

**Presidente da República
Dilma Roussef**

**Ministro da Cultura
Ana de Hollanda**

**Governador do Estado do Rio de Janeiro
Sérgio Cabral**

**Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro
Eduardo Paes**

**Presidente do IPHAN
Luiz Fernando de Almeida**

**Diretor do Departamento de Patrimônio Material
Dalmo Vieira Filho**

**Superintendente do IPHAN no Rio de Janeiro
Carlos Fernando de Souza Leão Andrade**

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação:

Cristina Vereza Lodi, arquiteta e urbanista, especialista em patrimônio

Consultores:

Márcia Nogueira Batista, arquiteta-paisagista e urbanista

Rafael Winter Ribeiro, geógrafo

Renata Sá Gonçalves, antropóloga

Lucia Garcia, historiadora

Savio Raeder, geógrafo

Estagiários:

Lívia Alves

Danilo Mariano

Tayza Tavares

Jardel Sandy

Mariana Brito

COMITÊ INSTITUCIONAL DA CANDIDATURA DO RIO A PATRIMÔNIO MUNDIAL

Ministro da Cultura
Ana de Hollanda
Presidente do IPHAN
Luiz Fernando de Almeida
Governador do Estado do Rio de Janeiro
Sérgio Cabral
Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro
Eduardo Paes
Associação dos Empresários Amigos
da UNESCO
Nizan Guanaes
Fundação Roberto Marinho
José Roberto Marinho

COMITÊ TÉCNICO DA CANDIDATURA DO RIO A PATRIMÔNIO MUNDIAL

IPHAN:

Carlos Fernando de Moura Delphim
Dalmo Vieira Filho
Sérgio Teitler

PARNA:

Ana Cristina Vieira
Bernardo Issa de Souza
Jardim Botânico:
Guido Gelli

Governo do Estado do Rio de Janeiro:

Márcia Bibiani
Olga Campista

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro:

SMU:

Alice Amaral dos Reis
Mônica Bahia Schlee

SMC/SUBPC:

Paulo Vidal L. Ribeiro

SMA:

Luiz Eduardo Pizzotti
Márcia Guerra

IPP:

André Zambelli

RIOTUR:

Ana Lúcia Santos Villar
Dircélia Pimentel

COMITÊ EXECUTIVO DA CANDIDATURA DO RIO A PATRIMÔNIO MUNDIAL

Prefeitura do Rio de Janeiro:

Antônio Pedro F. de Mello, secretário da SECTUR
Jandira Feghali, secretária da SMC
Romaric Sulger Büel
Washington Fajardo

Governo do Estado do Rio de Janeiro:

Carolina M. Kuenerz

IPHAN:

Luiz Fernando de Almeida, presidente
Carlos Fernando de Andrade, superintendente 6ª SR
Dalmo Vieira Filho, diretor do DEPAM
Fernanda Pereira, diretora do DEPRM
Mauro Chaves, assessor presidência

PARNA:

Ricardo Calmon, diretor

Fundação Roberto Marinho:

Hugo Sukman
Lucia Basto
Mariângela Castro
Ricardo Piquet

Associação dos Empresários Amigos

da UNESCO:

Joaquim Monteiro de Carvalho
Luis Roberto Pires Ferreira

CONTEÚDO

I. IDENTIFICAÇÃO DO SÍTIO

- I.1. Denominação do Bem
- I.2. Estado Parte
- I.3. Localização e Coordenada Geográfica
- I.4. Superfície do Sítio Rio Paisagem Cultural
- I.5. Delimitação do Sítio Rio Paisagem Cultural

II. JUSTIFICATIVA

- II.1. Declaração de Valor Universal
- II.2. Análise Comparativa
- II.3. Autenticidade e Integridade
- II.4. Critérios adotados

III. DESCRIÇÃO

III.A. DESCRIÇÃO DO SÍTIO

- III.A.1. Geografia e Geologia
- III.A. 2. Elementos constituintes do Sítio

III. B. HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO

- III.B.1. A cidade e a defesa externa
- III.B.2. A cidade produtiva e a agricultura
- III.B.3. A cidade e os jardins
- III.B.4. A cidade e a floresta
- III.B.5. A cidade e o mar
- III.B.6. A cidade que parece natureza e a natureza que parece cidade

III.C. FORMA E DATA DOS DOCUMENTOS MAIS RECENTES SOBRE O BEM

IIID. DOCUMENTOS HISTÓRICOS DE COMPROVAÇÃO DO VALOR UNIVERSAL

IV. CONSERVAÇÃO E PROMOÇÃO DO SÍTIO

IV.A. ESTADO DE CONSERVAÇÃO ATUAL

- Setor A. A montanha, a floresta e o jardim
- Setor B . A entrada da Baía de Guanabara e as bordas d'água desenhadas
- Setor C . A paisagem urbana na área de amortecimento

IV.B. FATORES QUE AFETAM O SÍTIO

- IV.B.1. Fatores urbanos
- IV.B.2. Fatores ambientais
- IV.B.3. Fatores sociais e administrativos

IV.C. POLÍTICAS E PROGRAMAS RELACIONADOS À PROMOÇÃO DO SÍTIO

V. NÍVEL DE PROTEÇÃO E GESTÃO

V.A. PROTEÇÃO

- V.A.1. Proteção Legal

V.A.2. Implementação da proteção

V.B GESTÃO

V.B.1. Propriedade

V.B.2. Planos existentes

V.B.3. Plano de Gestão do Sítio

V.B.4. Fontes de Financiamento

V.B.5. Treinamento e capacitação

V.B.6. Infra-estrutura Turística

V.B.7. Equipes técnicas

VI. MONITORAMENTO

VI.1 Indicadores e agentes responsáveis

VI.2. Marco Lógico

VII. DOCUMENTAÇÃO

VII.1. Linha do Tempo

VII.2. Bibliografia

VII.3. Levantamento fotográfico atual

VII.4. Levantamento iconográfico e cartográfico

VII.5. Legislação, planos urbanos e de gestão

APRESENTAÇÃO

Entre as 18 áreas brasileiras classificadas como sítios históricos, naturais ou mistos já inseridos na Lista do Patrimônio Mundial, a inclusão das **paisagens culturais** da cidade do Rio de Janeiro é o próximo passo importante que o governo brasileiro está dando na direção da proteção do Patrimônio Mundial para as futuras gerações.

O Rio foi incluído na Lista Tentativa sob o título *Rio de Janeiro Cultural Landscape* em 07/08/2001. Uma primeira candidatura, como sítio misto, foi enviada à UNESCO em 2002, tendo sido recomendada a sua continuidade dentro uma nova categoria: paisagem cultural. Produzimos então essa nova proposta que acreditamos representar valores, influências e lugares de verdadeiro significado universal, e que esperamos contribua com a nova discussão do conceito de Patrimônio Mundial aplicado a Paisagens Históricas Urbanas.

Nada representa mais o estágio civilizatório, a genialidade, os desafios, as contradições, a singularidade cultural da sociedade brasileira do que a Paisagem Cultural da Cidade do Rio de Janeiro. O valor universal excepcional do Rio, como definido nesse novo dossiê da candidatura a Patrimônio Mundial, é uma afirmação que também se torna útil a nós brasileiros, ao nosso processo de auto-conhecimento e fortalecimento do senso ético e público. É fruto da sensibilidade do homem carioca quando se deparou com uma natureza absolutamente singular e estonteante, o que o fez construir uma cidade que parece uma “segunda natureza”, quando observamos as paisagens culturais nela presentes.

Ao longo dos anos o Rio de Janeiro vem sendo considerado um exemplo único onde a relação homem-cidade-natureza é equilibrada e reconhecida como um monumento à qualidade de vida, ao prazer de viver na urbe. A construção da paisagem cultural aqui foi deliberada, determinada, constituída por processos históricos e culturais, e por esse motivo, a sua proteção deve ser dinâmica, como um processo que ainda não chegou ao fim, o que nos garantirá a continuidade histórica.

A contribuição ao conhecimento da natureza, ao agenciamento e à proteção pelas instituições gestoras das paisagens culturais incluídas no Sítio proposto, como o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e o Parque Nacional da Tijuca, além de mais recentemente, os legados de Burle Marx, continuam sendo perseguidos nos dias de hoje e que com a declaração a Patrimônio Mundial, ficará garantida para as gerações futuras.

Um dos resultados da mobilização das instituições envolvidas na elaboração desta proposta - o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, em colaboração com o Ministério do Meio Ambiente através do Instituto Chico Mendes para a Biodiversidade, com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, e a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – foi a criação de um comitê técnico que tem a função de criar as bases e tomar decisões relativas à inscrição do Rio de Janeiro como Patrimônio Mundial. Esta iniciativa coordenada pelo IPHAN vai de encontro à necessidade de se centralizar a futura gestão do patrimônio da humanidade sob uma única instituição pública federal, com a responsabilidade, capacidade técnica e poder de decisão inerente ao IPHAN.

Agradecemos ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, às diversas instituições públicas e privadas e aos técnicos que trabalharam ativamente no desenvolvimento das idéias e no documento da candidatura.

LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

DOSSIÊ DA CANDIDATURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO A PAISAGEM CULTURAL BRASILEIRA

I. IDENTIFICAÇÃO DO SÍTIO

I.1. Denominação do Bem

Rio de Janeiro

Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar

I.2. Estado Parte

BRASIL

1.3. Localização e Coordenadas Geográficas

Estado e Cidade do Rio de Janeiro

O Sítio localiza-se entre as coordenadas:

43° 21' 0" W e 43° 6' 0" W

22° 54' 0" S e 23° 0' 0" S

Figura nº01

MAPA D01 – LOCALIZAÇÃO DO SÍTIO

I.4. Superfície do Sítio Rio Paisagem Cultural

SETOR A:

Parque Nacional da Tijuca: 39,583 Km²

Jardim Botânico: 1,370 Km² (0,530 de arboreto + 0,840 de reserva florestal)

SETOR B:

Parque do Flamengo: 1,360 Km²

Entrada da Baía de Guanabara: 19,671 Km²

Praia de Copacabana e pontões: 2,134 Km²

TOTAL DO SÍTIO: 64,098 Km²

SETOR C:

Área urbana + zona de amortecimento: 22,920 Km²

I.5. Delimitação do Sítio

O Sítio engloba os principais elementos que estruturam a paisagem cultural da cidade do Rio de Janeiro, agrupados em 3 setores:

Setor A - A montanha, a floresta e o jardim: delimitado pelas quatro áreas do Parque Nacional da Tijuca (elemento nº 01) e pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro (elemento nº 02), tendo como zona de amortecimento a área especificada no plano de manejo do parque e o entorno do Jardim Botânico, formando um corredor ecológico, com a função de proteger a biodiversidade da flora e a mobilidade da fauna

Setor B - A entrada da Baía de Guanabara e as bordas d'água: composto pelo Parque do Flamengo (elemento nº03), pela área de proteção paisagística dos fortes na entrada da Baía de Guanabara (elemento nº 04) e pela Orla de Copacabana (elemento nº 05) com seus pontões rochosos (Morro do Leme, Forte de Copacabana e Ponta do Arpoador), considerando como zona de amortecimento o espaço compreendido entre o mirante do Corcovado, a 704 metros de altitude, e o mirante do Morro do Pico, na região das fortalezas de Niterói. A paisagem avistada desses mirantes representa o principal quadrilátero do sítio

Setor C - A paisagem urbana: definido como zona de amortecimento, marcado pelos elementos naturais do entorno do Sítio. Destaca-se como importante elemento de interligação e proteção dos demais setores, além de contribuir para a sustentabilidade e promoção dos valores excepcionais do Sítio como um todo. Engloba os morros da Babilônia, São João, Catacumba, Cabritos, Saudade, que delimitam os bairros de Copacabana, Botafogo e Lagoa, o Morro da Viúva no Flamengo, o vale do Cosme Velho e Laranjeiras e a encosta sul do Morro de Santa Teresa até encontrar a borda do Parque do Flamengo, no centro da cidade

MAPA D02 - SÍTIO

II. JUSTIFICATIVA

Em termos de categorias de bens culturais, tal como definidas no Artigo 1º da Convenção do Patrimônio Mundial de 1972, trata-se de um sítio. E também trata-se de uma paisagem cultural, segundo o parágrafo 39 das orientações para a aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial.

De acordo com o parágrafo 10 do Anexo 3, que trata das orientações para inscrição de tipos específicos de sítios na Lista do Patrimônio Mundial, a área pode ser incluída nas seguintes categorias:

- (i) **Paisagem desenhada intencionalmente** - representada pelo Jardim Botânico, Passeio Público, Parque do Flamengo e Orla de Copacabana
- (ii) **Paisagem organicamente em evolução, na subcategoria paisagem contínua** – representada pelos elementos naturais, principalmente o Parque Nacional da Tijuca e suas florestas replantadas (nas serras da Carioca e da Tijuca), que se regeneram ao longo dos anos
- (iii) **Paisagem Associativa** – representada pelos diversos elementos que receberam a mão do homem e cujas imagens, retratadas desde os primeiros anos da colonização, projetam a cidade e a cultura do Rio de Janeiro no Brasil e no mundo. Fazem parte do imaginário social sobre a paisagem da cidade representações literárias e pictóricas realizadas por brasileiros e estrangeiros que valorizaram a relação entre as curvas das montanhas, a borda do mar e as populações que ali se estabeleceram. Destacam-se as escarpas do Corcovado e do Pão de Açúcar, que receberam respectivamente a estátua do Cristo Redentor e o bondinho; a entrada da Baía de Guanabara, com as fortalezas projetadas para a defesa da cidade no passado; e no período moderno, o paisagismo excepcional do Parque do Flamengo e da Praia de Copacabana, obras do consagrado artista brasileiro Roberto Burle Marx.

MAPA D03 – CATEGORIAS DA UNESCO

II.1. Declaração de Valor Universal

O Rio de Janeiro, metrópole tropical que cresceu entre o mar, a montanha e a floresta, concentra aspectos da natureza que conferem característica única à sua paisagem, revelando o seu valor universal excepcional.

A forte presença de elementos da natureza no meio urbano define o Rio como exemplo de cidade onde o equilíbrio entre elementos naturais e construídos confere qualidade ambiental e social, possibilitando ao homem moderno usufruir de diversas formas de lazer ligadas a sua natureza marcante.

Figura nº

Destacam-se na justificativa do valor universal das paisagens da cidade do Rio de Janeiro:

- **O uso científico intencional da natureza local**, que se iniciou no período colonial com a pesquisa de espécies nativas para favorecer o extrativismo e a troca de sementes entre as colônias e intensificou-se a partir da vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro e com a abertura dos portos em 1808, que propiciou importantes expedições científicas e a criação do Jardim Botânico .

O conhecimento científico da flora nativa, aliado aos ideais românticos da segunda metade do século XIX, trouxe a preocupação com a preservação ambiental, cuja consequência direta foi a desapropriação de terras no Maciço da Tijuca para seu reflorestamento.

Figura Nº

No período moderno, esta bagagem científica embasou os trabalhos de Burle Marx, que se notabilizou em todo o mundo por conciliar seu talento artístico com um profundo conhecimento da flora de seu país, acrescido em suas permanentes expedições de coleta e pesquisa nos diversos ecossistemas brasileiros.

- **A presença de paisagens desenhadas intencionalmente, que** ganha sua representatividade máxima no período moderno, quando se aliam arquitetura, urbanismo e paisagismo, com obras primas construídas na cidade do Rio de Janeiro, em perfeita harmonia com a paisagem sinuosa dos morros cariocas, como o Museu de Arte Moderna e o Parque do Flamengo de Afonso Eduardo Reidy e Burle Marx. Os painéis de pedra portuguesa que ornamentam a Praia de Copacabana também foram projetados por Burle Marx.

Figura nº

- **A presença de paisagens que são refletidas para o mundo através dos valores simbólicos e imagens associadas**, que projetam a cidade do Rio de Janeiro internacionalmente e servem de tema e inspiração para as artes, literatura, arquitetura, urbanismo e paisagismo ao longo do tempo. Inúmeras são as representações das escarpas do Corcovado e do Pão de Açúcar, que receberam a estátua do Cristo Redentor e o bondinho; da entrada da Baía de Guanabara, com as fortalezas projetadas para a defesa da cidade no passado; e no período moderno, destaca-se o paisagismo excepcional do Parque do Flamengo e da Praia de Copacabana.

II.2. Análise Comparativa

Embora o Rio de Janeiro possua elementos morfológicos e naturais isoladamente assemelhados aos de outros contextos urbanos, seu conjunto paisagístico mais amplo integra aspectos naturais e socioculturais de modo extraordinariamente original. Uma floresta que cobre a montanha ocupando seu centro é provavelmente uma circunstância única no mundo. A comparação com outras cidades nos serve para ressaltar as diferenças e a originalidade da paisagem cultural do Rio.

Alguns sítios são comparados com o Rio: Sintra, em Portugal; Buenos Aires, na Argentina; Cidade do Cabo, na África do Sul; Nápoles, na Itália, Nova York e São Francisco, nos EUA, e Hong Kong, na China. Essas áreas têm aspectos em comum com a paisagem cultural do Rio de Janeiro, por serem exemplos de desafios bem sucedidos para a implantação humana e sua adaptação - a partir de matrizes culturais bastante distintas - a sítios naturais de grande diversidade morfológica e biológica.

Fig. Nº MAPA E PANORAMA DA BAÍA DO RIO DE JANEIRO

A comparação entre cidades desenvolvidas a partir da existência de baías e montanhas que se tornaram marcos da paisagem é possível, entre Rio de Janeiro, Cidade do Cabo e Nápoles. No caso do Rio de Janeiro, destaca-se a grande concentração de elementos montanhosos como o Pão de Açúcar, o Corcovado, a Pedra da Gávea e o Morro Dois Irmãos. O diferencial do Rio é a diversidade que marca a paisagem e a grande área ocupada pela floresta tropical em pleno coração da cidade, fato considerado singular.

Fig. Nº MAPA E PANORAMA DA BAÍA DA CIDADE DO CABO

Na Cidade do Cabo, o elemento marcante é a Montanha da Mesa (*Table Mountain*), cujo pico, assim como o da Tijuca, excede os mil metros de altitude (1.086m e 1.024m, respectivamente). Nela, assim como no Maciço da Tijuca, localiza-se um parque nacional bastante visitado e de grande diversidade biológica, já reconhecido como patrimônio mundial. Do ponto de vista do sítio, a Cidade do Cabo também foi implantada numa faixa de terra entre o mar e montanha, porém com traçado bastante regular, herança da colonização holandesa e posteriormente inglesa.

Fig. Nº MAPA E PANORAMA DA BAÍA DE NÁPOLES

Em Nápoles, o elemento marcante é o Vesúvio, cujo cume chega a alcançar 1281 metros, não incluído na área do sítio classificado como Patrimônio Mundial, que engloba somente o centro histórico da cidade. Há também um jardim botânico inteiramente envolto pela malha urbana,

diferente do existente no Rio de Janeiro, cuja borda oeste tem continuidade com a Floresta da Tijuca, o que confere especial interesse para as pesquisas científicas da flora da Mata Atlântica.

As cidades de Hong Kong e São Francisco, assim como Buenos Aires, são também exemplos de ocupação à beira de baías, onde a malha urbana, diferentemente do Rio de Janeiro, segue padrão regular, com a massa construída suplantando o relevo pouco acidentado.

Fig. Nº MAPA E PANORAMA DA BAÍA DE SÃO FRANCISCO

Em Hong Kong ainda temos a presença de parques no cume dos morros, que só alcançam 400 metros de altitude, com a visualização prejudicada pelos altos edifícios em seu entorno.

Fig. Nº MAPA E PANORAMA DA BAÍA DE HONG KONG

Quanto às duas cidades sul-americanas, alguns aspectos são comparáveis em termos de processos sociais, econômicos e culturais. Criadas por colonização ibérica, ambas cresceram como importantes cidades portuárias, exercendo influência sobre uma grande hinterlândia, como pontas de controle do processo civilizador no Novo Mundo. No início do século XX, passaram por reformas modernizantes, de inspiração européia, prevalecendo o modelo Haussmaniano, com forte influência do paisagismo de Alphand - no Rio de Janeiro com Glaziou e em Buenos Aires com C. Thays - que marcaram significativamente a paisagem dessas cidades.

FIGURA Nº MAPA E PANORAMA DA BAÍA DE BUENOS AIRES

As duas cidades hoje constituem polos de diversidade cultural por terem recebido influência de diferentes países a partir da colonização, que em Buenos Aires foi predominantemente europeia e no Rio contou também com a matriz africana. Enquanto no Rio de Janeiro as praias desempenham o lócus de sociabilidade e de encontros, em Buenos Aires são os parques e cafés que cumprem essa função. Do ponto de vista do agenciamento do sítio, a tropicalidade do Rio de Janeiro, seu relevo muito mais acidentado e a presença da floresta no meio da cidade deixam pouco espaço para semelhanças. O valor universal do Rio de Janeiro advém da excepcional conformação do sítio, com a presença de diversos elementos naturais e sua relação com o homem, bem mais marcantes do que em Buenos Aires.

Rio de Janeiro e Nova York também apresentam similaridades, como a designação de cidades *melting pots*, onde a vitalidade da cultura urbana revela o caráter das mesmas. Analogias também podem ser identificadas entre o Parque do Flamengo e o Riverside Park - após a sua extensão por Robert Moses - onde o caráter recreacional, a localização na borda d'água e a existência de vias expressas têm origem na mobilidade e velocidade que dominaram o urbanismo moderno.

O Riverside Park foi implantado originalmente entre 1875 e 1910, às margens do Rio Hudson, entre as ruas 72 e 125, a partir de desenho conceitual de Frederick Law Olmsted, que correspondia ao ideal do paisagismo inglês. Somente em 1937, durante a administração de Robert Moses, foram criadas as áreas destinadas à contemplação e recreação na borda d'água, surgindo o novo parque, que em 1980 se tornou patrimônio cênico da cidade de Nova York.

FIGURA Nº PANORAMA DO RIVERSIDE PARK TOMADO DO RIO HUDSON

FIGURA Nº MAPA ESQUEMÁTICO DO RIVERSIDE PARK EM NOVA YORK

O diferencial do urbanismo e paisagismo do Parque do Flamengo está na sua inspiração moderna, na sua integração à paisagem da cidade e na organicidade do traçado que reflete as curvas e reentrâncias do litoral carioca, o que não ocorre no desenho do Riverside Park. O Parque do Flamengo foi tombado em 1965, antes, portanto, do parque de Nova Iorque.

Outro ponto comum dos dois parques refere-se ao reconhecimento de seus autores. Enquanto o Brasil comemora, no ano de 2009, o centenário de Burle Marx, homenageado em uma série de exposições e eventos em diversas cidades brasileiras, Nova York promove a mostra “Robert Moses e a Cidade Moderna - a Transformação de Nova York”.

FIGURA Nº ILUSTRAÇÃO BASEADA NO TRAÇADO ORIGINAL DO PARQUE DO FLAMENGO

Entre Rio e Sintra, a conjuntura social e política em Portugal e no Brasil, no período do Segundo Reinado, favoreceu a implantação de um mesmo modelo de paisagismo com inspiração romântica, com reflorestamentos. Considerada a terceira maior floresta urbana do mundo, a Floresta da Tijuca partilha características semelhantes às da paisagem cultural de Sintra, a oeste de Lisboa, em Portugal, devido à ação do reflorestamento ocorrido em ambas as localidades.

FIGURA Nº COSTA DE PORTUGAL E PANORAMA DA SERRA DE SINTRA

.O reflorestamento no Rio aconteceu por ordem de D. Pedro II, em 1861, quando, em Sintra, seu cunhado, D. Ferdinando II, transformava as ruínas do Convento de Nossa Senhora da Pena no Palácio da Pena, criando o parque a seu redor. Considera-se hoje que o paisagismo implantado no parque de Sintra e na Floresta da Tijuca são obras contemporâneas e de mesmas inspirações e formatos, que provavelmente influenciaram o desenvolvimento da arquitetura da paisagem em toda a Europa.

II.3. Autenticidade e Integridade

Classificadas em 5 (cinco) elementos da paisagem, as áreas selecionadas expressam os atributos de autenticidade e integridade, conforme a tabela a seguir:

ELEMENTOS		1. Parque Nacional da Tijuca	2. Jardim Botânico	3. Parque do Flamengo	4. Entrada da Baía: Fortes históricos, Pão de Açúcar e Enseada de Botafogo	5. Praia de Copacabana
AUTENTICIDADE		Uso e Funções preservados: ambiental, social, lazer, turística e científica	Forma, uso e funções preservados: científica, social, lazer	Forma, concepção, uso e funções preservados: social, lazer e turística	Localidade, uso, significado e funções turísticas preservados	Forma, concepção, uso, significado e funções preservados: turística e de lazer
INTEGRIDADE	FUNCIONAL SOCIAL	Uso público garantido	Uso público garantido	Uso público garantido	Uso público garantido	Uso público garantido
	MATERIAL ESTRUTURAL	Observar reorganização de antenas de TV no Plano de Gestão	Observar limites de suporte de carga do arboreto no Plano de Gestão	Observar organização dos fluxos, relação da marina com o parque e restauração de áreas verdes no Plano de Gestão	Observar Plano de Despoluição da Baía de Guanabara e Revitalização dos Fortes no Plano de Gestão	Observar controle de usos dos espaços públicos e restauração dos mosaicos de pedra no Plano de Gestão
	ESTÉTICA VISUAL	Conjunto Florestal impõe-se na paisagem	Elementos marcantes originais na escala neoclássica preservados	Plano urbanístico e paisagístico preservado	Evolução urbana não afetou elementos naturais marcantes	Urbanização e paisagismo agregaram valor à paisagem
	SIGNIFICADO	Presença da floresta na área urbana garantiu significado ambiental	Significado científico e social preservado ao longo do tempo	Significado da paisagem preservado	Imagens icônicas da cidade preservadas ao longo do tempo	Paisagismo agregou valor simbólico à paisagem

A autenticidade do Sítio passa pela análise dos atributos de forma, uso e função, concepção, significado e localidade para os elementos da paisagem cultural da cidade do Rio de Janeiro.

Os atributos de uso e função justificam-se em todos os elementos do Sítio pela manutenção do uso público, social e de lazer estabelecido originalmente em todos eles, por serem áreas de propriedade do Governo Brasileiro transformadas em parques, como o Parque Nacional da Tijuca, o Parque do Flamengo e o Monumento Natural do Pão de Açúcar; ou áreas de domínio público tuteladas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como os fortes da entrada da Baía de Guanabara e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, ou pelo Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural (Inepac), como o paisagismo com os mosaicos de pedra portuguesa de Burle Marx na Praia de Copacabana.

Os atributos de forma e concepção relacionam-se às paisagens desenhadas intencionalmente e assim conservadas, como nos elementos:

nº 2 - Jardim Botânico, que desde a sua origem mantém a escala neoclássica com suas aléias geométricas, onde palmeiras centenárias conferem espacialidade ao local, sendo sua marca ao longo dos dois séculos de existência

nº 3 - Parque do Flamengo, que,, *"como uma das mais bem sucedidas realizações do urbanismo e paisagismo moderno, emoldura com verde a grande paisagem azul da baía de Guanabara, para aqueles que passam em suas pistas de alta velocidade, assim como oferece adoráveis recantos para aqueles que nele circulam a pé"* ¹;

nº 4- Entrada da Baía, nos desenhos dos engenheiros militares nos fortes históricos, que ainda preservam a arquitetura e os principais elementos de estratégia da defesa, servindo como ponto de interesse cultural e turístico na cidade

nº 5 – Praia de Copacabana, no paisagismo onde os painéis preservados de Burle Marx, construídos com técnica tradicional portuguesa de mosaicos de pedra, oferecem uma visão como em uma pintura povoada por banhistas e pedestres. O padrão do mosaico ondulado da praia foi mantido no novo paisagismo, girado 90º e ampliado para dar a sensação das ondas que quebram na praia mais adiante.

O atributo de significado expressa-se nos elementos:

nº 4 – Entrada da Baía - com o Morro do Pão de Açúcar e outros picos de observação, imagens associadas às representações da cidade do Rio de Janeiro desde os primeiros tempos da colonização

¹ Cavalcanti, Lauro & El-Dahdah, Farès, org. Roberto Burle Marx 100 anos: A Permanência do Instável, Rio de Janeiro: Rocco Editora, 2009, pag.57

nº 5 – Praia de Copacabana - o padrão em ondas do mosaico de pedra portuguesa identifica internacionalmente a cidade do Rio de Janeiro como modelo de cidade balneário nos trópicos. A cultura da praia que ali se desenvolveu, desde a década de 1920, quando surgiu seu primeiro hotel, tornou-se o grande motivador para a ocupação do bairro, estabelecendo um padrão de comportamento que foi copiado em todo território nacional

nº 1, 2 e 3- Parque Nacional da Tijuca, Jardim Botânico e Parque do Flamengo - por sua importância para o equilíbrio ambiental da cidade, destacando-se o exemplo de regeneração natural de floresta, considerado um dos mais bem sucedidos do mundo, tornando o Parque Nacional da Tijuca o único parque brasileiro totalmente situado em área urbana. Alia-se ao parque a importância e suporte do Jardim Botânico do Rio de Janeiro no reflorestamento e nos estudos para a preservação da biodiversidade local, bem como no estabelecimento de um modelo de cidade onde a natureza mantém-se presente no seio urbano, criando interrelações entre natureza-cidade-homem, que contribuem para a melhoria da qualidade de vida.. O projeto do Parque do Flamengo é um exemplo desse modelo, em que a integração entre a nova paisagem criada, a paisagem existente na cidade e o uso público foi o pilar central do projeto modernista implantado.

A integridade das áreas do Sítio é observada a partir da importância e da função que exercem na vida da cidade. Diversas medidas de proteção ambiental e do patrimônio cultural foram implementadas desde o século XIX, com a desapropriação das fazendas localizadas nas serras da Carioca e da Tijuca e o reflorestamento, que trouxeram benefícios ambientais à cidade e interferiram na forma de agenciamento dos diversos elementos de paisagem inseridos no Sítio. As transformações ocorridas foram pautadas na permanência dos fatores essenciais para a sua conservação, função, estrutura material, visão estética ou significados a elas atribuídos. Como observado no quadro anterior, algumas áreas necessitam de aprimoramentos na conservação dos elementos materiais, ou de revitalização dos usos originais, ou ainda de ajustes na legislação de proteção, mas mantêm o estado geral de integridade necessário à sua caracterização como Patrimônio Mundial. Esses procedimentos constarão do Plano de Gestão do Sítio.

II.4. Critérios adotados

A paisagem cultural da cidade do Rio de Janeiro possui valores universais excepcionais que permitem sua classificação em três dos critérios estabelecidos nas Diretrizes Operacionais para a Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial:

MAPA D04 – ELEMENTOS DO SÍTIO POR CRITÉRIOS

(i) Representar uma obra prima de um gênio criativo humano

Nos anos 1930/40, um grupo de jovens arquitetos cariocas – sendo os principais, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e Affonso Eduardo Reidy - exerceu um papel fundamental no cenário brasileiro, ao projetar, com consultoria de Le Corbusier o edifício do Ministério da Educação e Saúde - MES, ícone da arquitetura modernista no Brasil e no mundo. Integrando-se à equipe, Roberto Burle Marx aplicou ao paisagismo os novos princípios do modernismo, trazendo para o Rio de Janeiro uma contribuição das mais significativas, que lhe conferiu renome internacional.

FIGURA Nº - Desenho de Lúcio Costa para o Ministério da Educação e Saúde - MES

Definido por vegetação nativa e formas sinuosas, os jardins do MES possuíam uma configuração inédita no país e no mundo. A partir daí, Burle Marx passou a trabalhar com uma linguagem orgânica e evolutiva, identificando-a, através da sua prática como pintor, escultor e gravador, com vanguardas artísticas da arte abstrata, do concretismo e do construtivismo, entre outras. Bruno Zevi destaca em 1957 que *“o racionalismo arquitetônico não poderia durar muito tempo sem a mediação com a natureza e a história do Brasil. O instrumento de tal mediação foi precisamente Burle Marx.”*²

Figuras nº e - MES - DESENHO E JARDIM EXECUTADO POR BURLE MARX

Entre seus principais trabalhos destacam-se duas obras primas: o Parque do Flamengo e o paisagismo nas calçadas da Praia de Copacabana. Roberto Burle Marx, criou esse ícone do paisagismo modernista brasileiro, reverenciado em todo o mundo por sua contribuição conceitual e pelo resultado obtido na composição final, com perfeita integração do parque às autopistas e à paisagem do entorno, tendo importância vital para a imagem do Rio de Janeiro e para uma grande parcela da população que o frequenta.

Figuras nºs - MAQUETE DE REIDY PARA O MAM, DESENHO DE BURLE MARX E PANORAMA DO PARQUE DO FLAMENGO

No paisagismo da Praia de Copacabana, executado em 1970, predomina o belo desenho das pedras portuguesas, magistralmente organizadas em painéis que se espalham por cerca de cinco quilômetros, com plantios de árvores esparsas, consistindo em espécies nativas e resistentes aos ventos do Oceano Atlântico.

Figura nº Mosaico de pedra portuguesa de Copacabana

² Bruno Zevi. L'Express. Roma, 1957, pg 12

Burle Marx é considerado hoje o homem que reinventou os parâmetros do paisagismo do século XX. Sua contribuição, além da sinuosidade dos elementos, foi o uso de manchas contínuas substituindo as miscelâneas de cor que povoavam os canteiros e jardins. Em 1965, o Instituto Americano de Arquitetura concedeu-lhe o prêmio de belas-artes, nomeando-o "o verdadeiro criador do jardim moderno". Ao longo da última década, ele emergiu como uma espécie de herói para a nova geração de paisagistas nos EUA, Karen Van Lengen, diretora da Escola de Arquitetura da Universidade de Virginia, confirma esse reconhecimento: *"Burle Marx é admirável não apenas por sua formidável técnica artística, mas também pelo foco que mantinha no lado científico do paisagismo e a atenção que prestava à relação entre as plantas e o ambiente que as cercam"*³. O artista era tão conhecido por seu trabalho em botânica quanto por seus projetos paisagísticos. Mais de 50 espécies de plantas foram batizadas por ele, que era um dos maiores especialistas mundiais em bromélias. Karen destaca que *"Marx foi um pioneiro em sua reverência às plantas e na preocupação com sua preservação, com sua habilidade de ver o jardim como um experimento estético e também como expressão ecológica"*⁴.

Burle Marx desenhou alguns jardins para climas temperados, com destaque para os prédios das Nações Unidas na França e na Áustria, e seus projetos podem ser encontrados em parques e avenidas de várias cidades brasileiras e de países do continente americano, europeu e asiático.

(ii) Ser a manifestação de intercâmbio considerável de valores humanos durante um determinado período ou em uma área cultural específica, no desenvolvimento da arquitetura, das artes monumentais, de planejamento urbano ou paisagismo e da história da tecnologia

O Rio de Janeiro é exemplo excepcional de cidade latino americana, de colonização portuguesa, caracterizada por uma das mais complexas paisagens culturais, produzida pela troca entre diferentes culturas, associadas a um sítio natural marcado pela sua originalidade.

A utilização intencional da natureza, inicialmente por interesse econômico dos colonizadores portugueses, formou, ao longo dos anos, a paisagem carioca. Mais tarde, a imposição da natureza tropical e do relevo acidentado, aliado aos traços culturais do homem que aqui se estabeleceu, fez com que os elementos naturais se tornassem soberanos na paisagem da cidade, garantindo em grande parte a manutenção da biodiversidade local.

³ Em O domador urbano da flora nativa. J o r n a l d o B r a s i l, Domingo, 25 de janeiro de 2009, CADERNO B, Página: 5,
⁴ Idem

A cidade encontrada pelos navegadores do século XVI, foi marcada pela visão dos acidentes geográficos e a riqueza da fauna e flora tropical, que a definem como uma cidade de contrastes: montanhas cobertas de mata que se impunham à margem de uma grande e abrigada baía, com terras planas cobertas de manguezais.

Os portugueses investiram inicialmente na exploração dos recursos naturais com potencial econômico e na introdução de certo número de espécies exóticas de plantas e animais domesticados, que se encontravam já aclimatados em Portugal ou nas suas ilhas atlânticas. Acelerou-se, assim, o processo natural da cosmopolitização das floras e faunas terrestres, desvanecendo-se a tendência de diferenciação e de endemismo iniciada com a separação dos continentes em tempos muito remotos⁵.

Ainda no século XVIII foram organizados no Brasil hortos e jardins botânicos, com o objetivo de apoiar a investigação científica e o desenvolvimento botânico. O conhecimento da natureza local pelos estrangeiros intensificou-se a partir da vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro e abertura dos portos em 1808, que permitiu a execução de importantes expedições na cidade e a criação do Real Horto, depois Jardim de Aclimação, hoje Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Como um dos legados das expedições temos a *Flora Brasiliensis* que começa a ser preparada com a chegada de Carl Friedrich Philipp von Martius ao Rio de Janeiro no dia 15 de julho de 1817, junto com um grupo de naturalistas e cientistas que acompanhavam a arquiduquesa Leopoldina como parte da Missão Austríaca. Começaram uma viagem épica que percorreu 10.000 km, após uma série inicial de expedições na vizinhança do Rio de Janeiro. A *Flora Brasiliensis* foi produzida entre 1840 e 1906 pelos editores Von Martius, August Wilhelm Eichler e Ignatz Urban, com a participação de 65 especialistas de vários países, incluindo brasileiros. Contém tratamentos taxonômicos de 22.767 espécies, a maioria de angiospermas brasileiras, reunidos em 15 volumes, divididos em 40 partes, com um total de 10.367 páginas. Contém ainda 3.811 litografias de altíssima qualidade, muito ricas em detalhes, que são de grande ajuda na identificação de espécies. Até hoje a *Flora Brasiliensis* é a única Flora completa para o Brasil, que além do seu valor histórico, ainda é utilizada rotineiramente na identificação de plantas do Brasil e da América do Sul.

Figuras nº - Litografias da *Flora Brasiliensis*⁶, do séc. XIX, já disponíveis on-line:

<http://florabrasiliensis.cria.org.br/project>

⁵ Warren Dean, em **A Botânica e a Política Imperial: Introdução e Adaptação de Plantas no Brasil Colonial e Imperial**, pag. 2

⁶ A Prancha XXXI - *Artocarpus integrifolia* (jaqueira), de cuja sombra se vê a baía e a cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, é a da direita.

Na segunda metade do século XIX os desastres ambientais relacionados à cafeicultura e à expansão da cidade trouxe a preocupação com a preservação ambiental, tendo como consequência direta o reflorestamento dessas enormes áreas antes utilizadas para agricultura e a criação do Parque Nacional da Tijuca. O modelo de paisagismo implantado no parque foi pioneiro na América Latina, por atender a uma demanda ambiental ainda pouco amadurecida na consciência da população na época e por oferecer os atrativos à visitação nos novos moldes dos parques europeus. Suas ideias foram logo disseminadas em diversas cidades brasileiras e americanas.

Já no século XX, os conhecimentos históricos acerca da flora tropical, reelaborados no período moderno, ressaltaram as obras do paisagista Burle Marx, que, considerado um naturalista extemporâneo pelos seus colegas brasileiros, utiliza em seus jardins elementos da flora nativa, coletados em suas expedições pelas matas brasileiras.

(vi) Estar associado diretamente ou tangivelmente a acontecimentos ou tradições vivas, com idéias ou crenças, ou com obras artísticas ou literárias de significado universal excepcional;

O imaginário social brasileiro teve sempre no Rio de Janeiro seu principal ponto de referência. Contribuiu para o desempenho social e cultural da cidade, além de seu papel como capital do reino, do império e da república, sua implantação numa paisagem excepcional.

A diversidade cultural é marca de muitas grandes cidades. Na cidade do Rio de Janeiro expressa-se na relação da urbe com o mar, a floresta e as montanhas e a contribuição do homem a essa paisagem. Mais do que usos, há na cidade do Rio de Janeiro uma singularidade dos processos sociais que deram origem à forma e vice e versa. Os usos sociais das ruas, os espaços à beira mar, a orla da lagoa, os parques e as praças promovem encontros entre mar, floresta e cidade, entre morro e asfalto, moldando ativamente a paisagem cultural.

Desde o início da formação da cidade, a ocupação do território levou à criação de uma arquitetura, urbanismo e paisagismo em que o homem carioca demonstrou sua capacidade de adaptação do modelo português aos trópicos, tendo sempre como referencial a paisagem excepcional. O que aqui foi feito desde o período colonial já confirmava esta afirmação, destacando-se as paisagens integrantes do Sítio: a entrada da Baía de Guanabara, com suas escarpas e fortalezas do período de fundação da cidade; o Jardim Botânico com seus jardins neoclássicos de aclimação e sua continuidade na mata nativa, cujos estudos da flora tropical o diferenciam dos demais jardins botânicos no mundo; a Floresta da Tijuca, permeada de fontes, cachoeiras e caminhos criados

pelo paisagismo de espírito romântico; o Parque do Flamengo, desenhado a partir dos ideais modernos onde se misturam urbanismo, paisagismo e arquitetura, com suas características premiadas internacionalmente; e finalmente a Orla de Copacabana, com a cultura do uso da praia que desde o início do século XX criou padrões que se repetiram pelas cidades litorâneas.

Já no fim do século XIX, o uso da paisagem carioca aplicada a objetos foi resultante de uma apropriação criativa de pinturas, gravuras ou fotografias da época. A produção em série das reinterpretações da paisagem urbana propiciou a divulgação em larga escala da iconografia carioca, no país e no estrangeiro. As imagens da cidade que ainda hoje, de formas diversas, continuam a ser divulgadas constituem um fator de reconhecimento nacional e mundial dessa paisagem, cuja beleza emociona, desperta desejo de conhecê-la e usufruí-la, o que lhe confere um valor universal, conforme observa-se no Mapa D05.

MAPA D05 – VISUAIS DO SÍTIO

Os principais pontos turísticos - o Pão de Açúcar e o Corcovado - são marcos da paisagem, de onde a cidade se vê, se identifica, e é vista com toda a sua riqueza cultural, que inspira temas de músicas, poemas e pinturas. Nessas formas de expressão cultural, a troca entre tradições de origens diversas e imagens associadas da paisagem carioca mostrou-se relevante, com grandes reflexos e influências nacionais e internacionais. Dentre as expressões que tomaram os espaços públicos, destacam-se o samba, a bossa nova, o futebol, o carnaval e o réveillon, que projetam a cidade e sua singularidade no mundo.

Figuras Nº Visuais do Sítio

Assim, a população carioca resultante da mistura de culturas e ambientada nessa paisagem tem sabido transformar influências e modelos externos, em modos de vida próprios, garantindo uma produção intelectual e artística mundialmente reconhecida.. E ao fazê-lo, torna-se criadora de novos modelos de repercussão internacional, o que reforça o seu valor universal.

III.A. A – DESCRIÇÃO DO SÍTIO

O sítio localiza-se na área sul do município do Rio de Janeiro e na ponta oeste de Niterói, ambos na Região Metropolitana, onde se destaca o Maciço da Tijuca, cujo pico atinge 1.021 m de altitude. É constituído por encostas íngremes, grandes afloramentos rochosos, alguns deles se desenvolvendo até junto ao mar, cobertos por vegetação tropical nativa e reflorestada. Engloba a parte da cidade que cresceu na estreita faixa de planícies aluviais entre a Baía de Guanabara, o Oceano Atlântico e as montanhas, que ao longo do tempo recebeu intervenções paisagísticas

excepcionais na sua borda d'água, construídas para a defesa da cidade ou para o lazer da população..

III. A.1. Geografia e Geomorfologia

Do ponto de vista geográfico e geomorfológico, o Sítio está situado em área complexa e diversificada, um dos motivos de sua originalidade. Entre a montanha e o mar, entre a baía, a lagoa e o oceano, suas formações geomorfológicas foram sendo ocupadas pelo homem. Esses contrastes constituem características fundamentais do Sítio.

MAPA D06 – MAPA GEOLÓGICO

O Maciço da Tijuca possui um gradiente de altitude que vai do nível do mar até 1.021 m, com um substrato rochoso que data do pré-cambriano e é composto sobretudo por gnaisses diversos (microclima, biotita e granitóides), além de algumas intrusões de granitos, com diversos afloramentos rochosos e de sedimentos acumulados ao longo do tempo nas áreas de planície, fruto do processo erosivo dos maciços e do movimento de regressão e avanço do mar. Sua formação geológica é caracterizada por abundante granitogênese neoproterozóica resultante da amalgamação do supercontinente Gondwana, ao final do Ciclo Orogênico Brasileiro/Pan-Africano.

O substrato rochoso do Maciço da Tijuca data do pré-cambriano e é composto sobretudo por gnaisses diversos, além de algumas intrusões de granitos, com diversos afloramentos rochosos. Geomorfologicamente, está inserido dentro da província dos maciços costeiros, que consistem em blocos soerguidos durante o Cenozóico, paralelamente ao *front* escarpado das cadeias montanhosas das serras do Mar e da Mantiqueira (Asmus e Ferrari, 1978 *apud* Silva e Ramos, 2002). Esses maciços são remanescentes de uma antiga borda meridional do gráben da Guanabara, inserida anteriormente, durante o Paleoceno, no Planalto Atlântico, e que foi intensamente erodida pelo recuo da escarpa da Serra do Mar. Eles apresentam suas vertentes íngremes, muitas vezes rochosas e freqüentemente recobertas por depósitos de talos e colúvios; atingem diretamente a linha de costa por meio de pontões rochosos ou as baixadas fluviomarinhas e fluviolagunares em abruptas rupturas de declive. Os gradientes são muito aguçados e arredondados (como o Pão de Açúcar) ou em cristas alinhadas (como a Serra da Carioca). Em função do declive, apresentam ainda densidades de drenagem altas a muito altas, com um padrão, em geral, dendrítico e centrífugo, podendo ainda ser treliça.

O Maciço da Tijuca está segmentado em duas partes,- a Serra da Tijuca e a Serra da Carioca - restando ainda uma série de linhas de pontões e morros escalonados. Em decorrência da

estrutura escalonada do relevo, ocorrem duas linhas de montanhas no sentido Nordeste-Sudoeste. A primeira corresponde à Serra da Carioca e a segunda, ao morros litorâneos, do Morro do Pico e Pão de Açúcar, marcando a entrada da baía até a pedra do Arpoador. São constituintes ainda desse mesmo processo a linha de ilhas oceânicas, ao sul, e a Serra dos Órgãos, ao norte da cidade do rio de Janeiro.

Na estreita faixa entre o mar e a montanha, a formação de cordões de restingas amparados por pontões rochosos ligados diretamente ao mar deu origem a uma série de formações lagunares de pequena profundidade, formadas pelo acúmulo de sedimentos nas restingas e represamento parcial da água no seu interior. Nessas áreas, o acúmulo de sedimentos, produzidos pela erosão dos maciços e contínuos movimentos de avanço e regressão marinha, fez com que o terreno original fosse composto inicialmente por dunas, brejos e lagoas. Ela compõe hoje a área mais densamente ocupada e urbanizada da cidade.

O clima pode ser caracterizado como tropical, com uma precipitação média anual próxima a 2.200 mm e temperatura média em torno de 22º C, verões chuvosos e invernos secos. Os invernos são amenos, mas sujeitos à entrada de massas de ar oriundas da Antártida.

A diversidade geomorfológica e o clima a ela associado são fatores responsáveis pela importante biodiversidade do Sítio. Os principais ecossistemas que os portugueses encontraram aqui quando chegaram no século XVI foram os manguezais nas baías, lagoas e brejos; a vegetação de restinga na zona próxima ao mar; e a floresta pluvial tropical, denominada Mata Atlântica, ocupando a maior parte do território onde a cidade viria a ser estabelecida. Após mais de quatro séculos de intensa ação humana, essa vegetação foi bastante alterada, mas a cidade desenvolveu uma forma especial de lidar com a natureza trabalhada pelo homem. Seja através do processo de reflorestamento de seus maciços, seja pelo redesenho e tratamento paisagístico de sua orla e pelo uso das praias, a natureza tem um lugar especial na cidade. Nesse sentido, a relação homem-natureza no Rio de Janeiro é única e constitui a alma da cidade.

A vegetação encontrada hoje no Maciço da Tijuca, fruto de reflorestamento iniciado no século XIX, é composta por mata latifoliada perene com uma grande variedade de espécies autóctones e exteriores, muitas delas árvores frutíferas trazidas pelos portugueses da África e Ásia, possuindo três estratos bem definidos. Em algumas áreas como no entorno do Pão de Açúcar e da Pedra do Arpoador, é possível encontrar ainda exemplares de vegetação de restinga. Da mesma forma, no entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas, iniciativas de reflorestamento trazem de volta a vegetação original de manguezal.

Os setores do Sítio incluem as áreas da cidade do Rio de Janeiro em que a relação com a montanha e o mar é mais forte, guardando os principais exemplares da diversidade geomorfológica e ecológica com a qual o homem constituiu uma relação especial.

A.2 Elementos Constituintes do Sítio:

Paisagens culturais urbanas são marcadas por alta complexidade de elementos antrópicos. No caso do Rio de Janeiro, a diversidade do sítio natural sobre o qual a urbe se desenvolveu produziu paisagens culturais extremamente variadas, nas quais a relação da cidade com a montanha e o mar se destaca., , Por essa razão, o Sítio divide-se em três setores: os dois primeiros correspondem à área nuclear para o patrimônio mundial e o terceiro representa a zona de amortecimento que os protege.

A.2.1. Setor A: A montanha, a floresta e o jardim

O Parque Nacional da Tijuca

O Setor A abrange o Parque Nacional da Tijuca, totalmente incluído no Maciço da Tijuca, e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, situado entre as faldas do Maciço e a borda da Lagoa Rodrigo de Freitas. Ao longo de décadas, a Floresta da Tijuca tem sido laboratório para estudos de caráter diverso sobre a relação da cidade com a floresta, desde sua influência para o microclima e regime hidrológico urbano até seu impacto na vida cotidiana. O Mapa D07 demonstra os elementos do Setor A.

MAPA D07 – SETOR A

A geomorfologia, o substrato geológico, os solos, a fauna, as condições climáticas e a relação com o homem são considerados por especialistas os itens mais marcantes em se tratando de uma floresta urbana.

FIGURA Nº - A CIDADE E A FLORESTA

O Parque Nacional da Tijuca apresenta biodiversidade significativa, com 1619 espécies vegetais, das quais 433 estão ameaçadas de extinção, e 328 espécies animais, dentre anfíbios, aves e mamíferos, com 16 delas sob risco de desaparecer. Merece destaque também a representatividade histórica do parque, com edificações que datam do século XVIII e XIX, além dos 120 sítios arqueológicos localizados dentro de seus limites.

Sua área total é de 39,58 km², correspondendo a:

- Andaraí- Tijuca- Três Rios, conhecida como Floresta da Tijuca
- Parque Lage- Corcovado- Sumaré- Gávea Pequena, formando a área da Serra da Carioca
- Pedra Bonita- Pedra da Gávea
- Área da Covanca e Pretos Forros, acrescida em 2004.

O parque oferece inúmeras oportunidades para o lazer e o turismo ecológico e cultural. Nele destaca-se o Corcovado, cujo acesso viabilizou-se em 1885 com a inauguração da Estrada de Ferro Corcovado, obra de vulto para a engenharia da época e que continua a operar com toda a segurança e conforto. Em 1931, foi instalado em seu pico (704 metros) a escultura monumental do Cristo Redentor - projeto art déco do arquiteto Heitor da Costa e Silva, com a consultoria do artista plástico francês Paul Landowsky - tornando-se um de seus principais ícones.

O Jardim Botânico do Rio de Janeiro

No sopé do Maciço da Tijuca, entre a lagoa e a montanha, foi instalado em 1808 o Jardim Botânico do Rio de Janeiro. É cortado por dois rios cujas cabeceiras estão situadas no Parque Nacional da Tijuca: o Rio Macacos e o Riacho Iglezias. De sua área atual de 137 ha, apenas 53 ha estão abertos ao público, constituindo seu arboreto. O espaço restante integra-se ao Parque Nacional da Tijuca e é dedicado à preservação e à pesquisa científica.

FIGURA Nº - ALÉIA CENTRAL DO JARDIM BOTÂNICO

O traçado urbanístico do arboreto tem escala neoclássica, com suas aléias geométricas, distribuídas por eixos equilibrados, onde palmeiras de grande altura conferem espacialidade ao local, sendo sua marca ao longo dos dois séculos de existência. Ao final da aléia principal, foi instalado o pórtico remanescente da antiga Academia Nacional de Belas Artes - projeto de Grandjean de Montigny - transferido para o jardim após sua demolição no início do século XX.

O Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro, criado em 2001, tem como missão: promover, realizar e divulgar o ensino e as pesquisas técnico-científicas sobre os recursos florísticos do Brasil, visando ao conhecimento e à conservação da biodiversidade, assim como à manutenção das coleções científicas sob sua responsabilidade.

Ao longo dos anos, o Jardim Botânico formou as seguintes coleções:

- Herbário - fundado em 1890 pelo então diretor do Jardim Botânico, João Barbosa Rodrigues, contendo acervo básico para a pesquisa botânica e fornecendo os elementos fundamentais para estudos taxonômicos e florísticos. com uma coleção de cerca de 330.000 plantas, incluindo as adquiridas no século passado por D.Pedro II

- Carpoteca - o laboratório de sementes fornece suporte às pesquisas, envolvendo a biologia e tecnologia de sementes e plântulas desenvolvidas pelos programas de pesquisa, além de responder pela coleta e conservação de sementes do arboreto
- Xiloteca - com cerca de 8200 amostras de madeira de 160 famílias e aproximadamente 35.000 lâminas obtidas de 2200 indivíduos, muitas delas conseguidas por doações de instituições internacionais como a Xiloteca de Yale, o Smithsonian Institute, o Museu de História Natural de Nova York, o U. S. National Herbarium e o Jardim Botânico de Nova York
- Biblioteca - criada em 1890, a partir da coleção doada pela Família Imperial, acumulou inestimável acervo científico, histórico e cultural, com cerca de 108.700 volumes, dos quais 13.000 são obras especializadas e livros de referência, 3.000 obras raras e cerca de 2.000 títulos de periódicos

O Jardim Botânico edita a Revista *Rodriguésia*, que publica artigos e notas científicas em todas as áreas da biologia vegetal, cujo último volume foi o nº 60, lançado em 2009.

Com qualificado corpo de pesquisadores, o Instituto de Pesquisa Jardim Botânico mantém também intensa atividade de ensino na Escola de Botânica Tropical. Entre as linhas de pesquisa, destacam-se os programas de Conservação, de Diversidade Taxonômica, Mata Atlântica, Zona Costeira, Ecossistemas Marinhos e de Diversidade Molecular de Plantas.

A.2.2. Setor B. A entrada da Baía e as bordas d'água desenhadas

Este setor marca a relação da cidade com a baía e o mar e é constituído pelos pontões que limitam a entrada da Baía de Guanabara, onde destacam-se as formações rochosas de leste e de oeste, apropriadas inicialmente para a defesa e depois como ícones paisagísticos. Na parte voltada para a baía e o oceano, surgem as bordas d'água modificadas pelo homem, como o Parque do Flamengo e a Orla de Copacabana, com seu calçadão, conforme o Mapa D08.

MAPA D 08 – SETOR B

O Morro do Pão de Açúcar foi reconhecido como um dos principais sítios geológicos mundiais durante o *31st International Geological Congress*, em julho de 2000, quando uma placa

comemorativa foi colocada no local⁷. Sua altitude máxima é de 306 m, junto à segunda estação do bondinho.

FIGURA Nº - Enseada de Botafogo emoldurada pelo Pão de Açúcar

Estudos recentes permitiram determinar a idade de cristalização das rochas que compõem o Pão de Açúcar em 560 milhões de anos. Com os avanços, amplia-se a importância do sítio como um marco da Orogênese Brasileira e da colisão e amalgamação final entre os continentes sul-americano e africano, dando origem ao supercontinente Gondwana Ocidental. Localizado na entrada da baía de Guanabara, o Pão de Açúcar forma um conjunto com os morros Cara de Cão, Urca e Babilônia na margem oeste (Rio de Janeiro) e o morro do Pico, na margem leste (Niterói), que representava um ponto de apoio importante para a defesa da baía. Destaca-se, ainda, a pedra onde foi erigido o forte de Copacabana, já em área oceânica, mas ainda fundamental para a defesa da cidade. A baía, por sua vez, representava um ponto de apoio fundamental para a posse e controle do território, sendo por isso bastante disputada.

A cidade desenvolveu-se conquistando terrenos aos brejos, lagoas, mar e mesmo aos morros. Os aterros existentes desde o primeiro século de colonização intensificaram-se no século XX. A valorização crescente da borda d'água e a expansão da cidade em direção ao oceano provocaram uma série de ações voltadas para a reabilitação dessa orla, construindo espaços que ressaltam a relação da cidade com a natureza. A habilitação de grandes áreas abertas marca de maneira especial a forma como o homem se relaciona com a paisagem no Rio de Janeiro. A construção do aterro do Flamengo é um dos exemplos.

A Praia de Copacabana, cuja ocupação inicia com a abertura do túnel Prefeito Alair Prata (Túnel Velho) no final do século XIX marca a transformação da cidade em balneário. A orla atual é fruto de aterro na década de 1970, quando as pistas foram duplicadas, seu calçadão aumentado e a linha de areia alargada. Possui 4,15 Km de extensão, com o rochedo onde está localizado o forte de Copacabana e o morro do Leme delimitando as suas extremidades. Nela destaca-se o projeto de paisagismo de Roberto Burle Marx, que com seu desenho geométrico excepcional ganhou reconhecimento internacional.

FIGURA Nº - A CIDADE ENTRE A MONTANHA E O MAR

A.2.3. Setor C. A paisagem urbana – entre o mar e a montanha

⁷ Silva, Luiz Carlos & Ramos, Antonio José Lopes de. Pão de Açúcar, RJ: cartão postal geológico do Brasil. In: Schobbenhaus, C.; Campos, D.A.; Queiroz, E.T.; Winge, M.; Berbert-Born, M.L.C. (Edit.) 2002. *Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil*. DNPM/CPRM - Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP) - Brasília 2002; 554pp; ilust.

Correspondendo à área urbanizada e densamente ocupada, faz a conexão entre o mar e a montanha, entre os elementos dos setores A e B, conforme o Mapa D09. Como zona de amortecimento, é definido pelos ângulos visuais principais do Sítio e pelas áreas que contribuem para a sustentabilidade, proteção e promoção dos valores universais de seus elementos. Engloba os morros da Babilônia, São João, Saudade, Cabritos, Catacumba, que delimitam os bairros de Copacabana, Botafogo e Lagoa, o Morro da Viúva no Flamengo, o vale do Cosme Velho e Laranjeiras e a encosta sul do Morro de Santa Teresa até encontrar a borda do Parque do Flamengo, no centro da Cidade. Inclui também a Lagoa Rodrigo de Freitas e o bairro do Jardim Botânico, como amortecimento tanto para a encosta do Parque Nacional da Tijuca como para o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, assim como as áreas verdes adjacentes ao Parque do Flamengo (Passeio Público, Praça Paris e Marechal Deodoro, Praça do Russel e jardins do Palácio da República) como reforço à sua proteção. E como amortecimento para o Pão de Açúcar, inclui-se o bairro da Urca.

MAPA D09 – SETOR C

III. B. HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO DA PAISAGEM

A paisagem do Rio de Janeiro firmou-se paulatinamente no imaginário nacional e estrangeiro, revelando uma relação dinâmica entre seus habitantes e os aspectos de sua vegetação, seu clima e sua topografia. A partir da apropriação singular dos elementos naturais, do processo de ocupação do espaço, das edificações nos contornos dos morros e na beira do mar, repercutindo nos modos de morar, de viver o dia a dia e de socializar no meio urbano, a paisagem cultural vai se delineando. Acompanhar a construção da paisagem do Rio de Janeiro significa compreender suas etapas como um território em permanente relação com seus contornos internos e externos e seus elementos estruturadores ao longo do tempo: a cidade e a defesa externa, a cidade produtiva e a agricultura, a sua relação social com os jardins, as florestas e o mar.

III.B.1 A CIDADE E A DEFESA EXTERNA

A paisagem construída para a defesa da cidade: as bordas e morros transformados em fortalezas na Baía de Guanabara

A Baía de Guanabara ocupou posição fundamental na formação da paisagem da cidade do Rio de Janeiro. Ampla e bem abrigada, devido ao estreito espaço de sua barra de 1.600 metros, a baía encerra um baluarte natural de proteção ladeado por dois morros: o Pão de Açúcar e o do Pico. Nas suas pontas de entrada foram construídas duas importantes fortalezas: a de Santa Cruz (1) e a de São João (2). E qualquer embarcação que penetrasse a barra teria que passar também pela Fortaleza da Lage, construída um pouco mais para dentro, em 1646, formando um triângulo com as outras duas fortalezas.

Nessa ocasião, quando o Rio de Janeiro respirava a opulência trazida pelo ouro, a cidade foi fortificada tanto na entrada da Baía quanto nos acessos pelo interior, criando-se um sistema de defesa dos mais complexos e bem montados. **O Mapa H01 registra seus principais elementos.**

MAPA H01 – A CIDADE E A DEFESA

A Fortaleza de Santa Cruz, construída em 1555, constituiu a principal estrutura defensiva da barra da baía de Guanabara e da cidade e porto do Rio de Janeiro durante o período colonial. Encontrase guarneçada até a atualidade, atraindo uma média de dois mil visitantes por mês.

O complexo de fortificações onde hoje se situa a Fortaleza de São João começou a ser erguido na época do desembarque de Estácio de Sá, em 1º. de março de 1565, por ocasião da fundação da cidade do Rio de Janeiro, na várzea entre os morros Cara de Cão e o Pão de Açúcar.

O cenário montado para a defesa da cidade permanece inalterado na sua forma. O que se verifica, é uma mudança de uso dessas edificações históricas, que hoje constituem pontos turísticos capazes de atrair milhares de visitantes interessados em contemplar a beleza natural do Rio de Janeiro.

FIGURA Nº -O Pão de Açúcar na entrada do Porto do Rio de Janeiro. 1837. (Ferrez, 2000.133,II)

As rotas marítimas e a difusão da cidade no mundo: imagens associadas à cidade colonial tropical

“O Brasil e a costa brasileira, pela sua diversidade de aspectos, beleza quase indescritível da mata atlântica, serras e montanhas que encostam no mar, amplas e belas baías e enseadas, atraíram, de modo particular, estes viajantes (oficiais de Marinha); por obrigação ou simples prazer estético, eles nos legaram vistas que hoje nos encantam e emocionam.”

(Guedes, Max Justo. *Tenente Robert Pearce. Aquarelas feitas durante a viagem ao Brasil da HMS Favorite em 1819 e 1820*. Livraria Kosmos Editora, 1991. P.8)

FIGURA Nº -

A evolução da cidade do Rio de Janeiro é retratada por sucessivas formas de apropriação de sua paisagem. O professor americano de História da Arte W. Mitchell afirma que a paisagem, longe de ser uma reprodução fiel da natureza, é uma criação cultural que elege e unifica objetos isolados. Os interesses em torno da cidade do Rio de Janeiro delinearão diversas representações de sua paisagem, agrupando seus elementos arquitetônicos, geográficos e sociais numa visão ora mais utilitarista, ora mais contemplativa.

Sendo a Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro parada obrigatória das naus que percorriam uma das rotas marítimas do período das grandes navegações, muitos de seus tripulantes, além de cartógrafos e engenheiros militares, contribuíram para a iconografia da cidade, interessados em registrar os marcos da geografia da Baía de Guanabara.

O historiador Ronald Raminelli, em artigo que trata das imagens do Rio colonial, destaca a infinidade de vistas, prospectos e paisagens que permitiram conhecer a cidade. As primeiras gravuras destacam-se pela desinformação, resultando de visitas apressadas de corsários, impedidos de desembarcar por questões de defesa. Nesses testemunhos, o Rio resumia-se a uma pequena cidadela ao longe, onde destacavam-se alguns prédios, fortificações e relevos.

FIGURA Nº -John Fowler. Cidade e Porto do Rio de Janeiro. 1804. (FERREZ,2000, 52,II)

A partir da segunda metade do século XIX, os recantos da cidade foram retratados com maior riqueza de detalhes, em telas, desenhos e diários de viagem, produzidos em geral por estrangeiros, que revelavam uma cidade pitoresca à beira-mar, onde o cotidiano de seus moradores começava a ganhar importância por seu exotismo.

FIGURA Nº Nicolas Antoine Taunay. Igreja da Gloria. c. 1816 -1820. (FERREZ, 2000, 79,II)

Um dos maiores patrimônios da arquitetura colonial do Rio foi especialmente representado sob diversos ângulos: a igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, concluída em 1739 e até hoje reconhecida como um marco por excelência da paisagem do Rio. Desde o século XVIII a igreja, o

largo do pátio e a ladeira da Glória são ocupados pela população nas festas de Nossa Senhora da Glória.

A cultura urbana do Rio de Janeiro singularizou-se como paisagem tipicamente tropical em que a natureza e a cidade edificada não só refletem, como constituem a relação entre o ambiente natural e as expressões culturais, dando forma única a essa cidade.

III.B.2. A CIDADE PRODUTIVA E A AGRICULTURA

Figura nº : Carlos José de Reis e Gama. Plano da Lagoa Rodrigo de Freitas. 1809. (FERREZ, 2000, 56,II)

Alfred Crosby desenvolveu o conceito de “imperialismo ecológico”, que pode ser perfeitamente aplicado ao modelo de colonização da América Portuguesa, ao atribuir o sucesso dos europeus nas colônias à fácil reprodução de suas plantas, animais e parasitas, que colonizaram os ecossistemas invadidos de forma mais efetiva do que os próprios conquistadores. Com o cultivo e a criação de espécies exóticas adaptadas, teve início uma colonização baseada na ocupação fixa e segura.

Após a fundação da cidade do Rio de Janeiro, os portugueses distribuíram sesmarias – a primeira delas concedida aos padres jesuítas - e intensificaram o plantio da cana de açúcar, que passou a ocupar as planícies, bem como a extração de madeira para transformar-se em lenha e carvão. Os engenhos e moinhos exigiam a proximidade de água corrente em quantidade para geração de força motriz e por isso instalaram-se na base do Maciço da Tijuca, onde as vertentes encontravam a planície. Em 1590 havia seis engenhos de cana-de-açúcar na cidade; em 1728, o número subiu para 32; e em 1797 já eram 120 . O Mapa H02 indica essa ocupação.

MAPA H02 – A CIDADE PRODUTIVA

Na segunda metade do século XVIII o plantio do café foi introduzido no Rio de Janeiro. Em 1760 já havia mudas plantadas no Convento dos Barbonos, centro da cidade, onde se fazia aclimação de plantas exóticas. Com a abertura do comércio para os países estrangeiros, em 1808, muitos imigrantes que aqui aportavam eram senhores de fazenda, atraídos pela manutenção da mão de obra escrava, que trouxeram novas técnicas de plantio e beneficiamento do café, adotando uma produção em larga escala.

A encosta do Maciço da Tijuca tornou-se o lugar ideal para as plantações de café e foi a partir daí que a cultura cafeeira se projetou na história brasileira. Em 1816, chegou ao Rio de Janeiro o

pintor francês Nicolas Antoine Taunay, que comprou um terreno ao pé da Cascatinha, onde desenvolveu uma pequena lavoura de café, enquanto dedicava-se a pintar as belas paisagens locais.

Na ocasião, o padrão era comprar, desmatar, vender a madeira como carvão vegetal e plantar café no terreno limpo. Em 1813, um viajante inglês, John Luccock, relatou que rapidamente muito da floresta se convertera em carvão para que seu solo pudesse ser aproveitado na produção de café. Outros viajantes contam que as nuvens de fuligem das queimadas da Tijuca chegavam a encobrir o sol do meio dia.

FIGURA Nº *Valley of. St. Louis coffee plantation of Mr. Lecesne.* Aquarela de Emeric Essex Vidal, 1828

Em pouco tempo, a cultura cafeeira espalhou-se por toda a área que corresponde ao atual Parque Nacional da Tijuca. A serra da Carioca também foi devastada, ficando apenas a sua parte superior, menos atingida por abrigar as nascentes do rio Carioca, que abastecia naquela época o Rio de Janeiro. Em função disso, em 1817 foi publicado um decreto por ordem do Príncipe Regente D. João, sustando todo corte de mata em torno dos mananciais que abasteciam o aqueduto.

FIGURA Nº *Ruínas de Mocke, na Gávea Pequena.* Fotos de Pedro Oswaldo Cruz.

As encostas da Vista Chinesa também foram desmatadas com fins de agricultura. Experimentou-se ali a plantação de chá, com trabalhadores chineses trazidos de Macau, em 1812, pelo Conde de Linhares.

FIGURA Nº Ilustração do pintor alemão Johann Moritz Rugendas (1802-1858) que registrou a plantação chinesa de chá na região do Jardim Botânico

A cultura do café, porém, entraria em franco declínio a partir de 1860. Em relatório apresentado ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Manoel Felizardo de Souza e Mello, é constatada a real causa do “mal dos cafezais”:

“A moléstia que atualmente aflige a nossa lavoura de café é, pelo consenso de quase todos os fazendeiros, antiga, e as manchas das folhas, cuja origem não se investigava, porque então não davam cuidado, denominavam-nas ferrugem. (...) Para a sua presente e prodigiosa multiplicação cooperou indubitavelmente alguma sorte de enfermidade ou enfraquecimento das plantas. Quanto a mim, o grande número de cafezeiros ou envelhecidos ou maltratados, foi que forneceu alimento abundante e apropriado à reprodução dessa praga; e deles é que se propagou pelas plantas sãs e robustas. (...) Em fins do ano de 1860 as folhas dos cafezeiros entraram a sofrer. (...)”

Tenham os fazendeiros ânimo resignado, lutem contra o mal, que o vencerão. O remédio está em grande parte em suas mãos.”⁸

Assim, motivado pela decadência da cultura cafeeira e pelo significativo desmatamento dos vales dos principais rios e bacias do Maciço da Tijuca, inicia-se, em 1861, o inovador projeto de reflorestamento, forma de recompor o ecossistema, fruto das reflexões da elite imperial sobre a exploração racional de produtos florestais.

III.B.3 A CIDADE E OS JARDINS

Espaços públicos expressivos na cidade do Rio de Janeiro, os jardins são elementos estruturadores de uma paisagem desenhada com diferentes conotações ao longo do tempo. A inserção de vegetação no ambiente urbano data pelo menos do século XVI na Europa.

Há um rico percurso que mostra os significados distintos e reveladores do imaginário ocidental sobre os jardins no meio urbano: as primeiras iniciativas associam-se à mística do paraíso perdido incorporado como uma alegoria no interior das urbes; mais tarde, predomina a visão positivista da vegetação como fator de salubridade nas cidades do século XIX; e em tempos recentes, as manifestações de natureza ético-ecológica. O Mapa H03 indica os dois principais jardins históricos contidos no Sítio.

MAPA H03 – A CIDADE E OS JARDINS

O Passeio Público: primeiro jardim construído no Brasil

Localizado na borda do Sítio, dentro da zona de amortecimento, o Passeio Público foi aberto no local onde anteriormente existia a lagoa do Boqueirão da Ajuda, a mando do Vice Rei D. Luis de Vasconcelos (1779-1790).

As construções foram confiadas a Valentim da Fonseca e Silva, o Mestre Valentim, que projetou um parque em estilo francês, com alamedas de traçado elegante ornamentadas por chafarizes, estátuas e pavilhões. O belo portão de acesso, em ferro forjado em estilo rococó, ainda está em seu lugar, destacando-se o brasão com as armas reais e as efígies de D. Maria I, rainha de Portugal à época, e seu marido D. Pedro III. A alameda central conduzia o visitante à *Fonte dos Amores* e ao terraço de onde se descortinava o mar, que, chegava à altura do Passeio Público. Concluído em 1783, o jardim era um local disputado para se apreciar as belezas naturais da baía de Guanabara, tornando-se um ponto de encontro da população carioca a partir do século XVIII, como o primeiro mirante da cidade.

⁸ “Offício do Conselheiro Francisco Freire Allemão sobre o mal dos cafezeiros”. In: *Relatório apresentado ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor General Pedro de Alcântara Bellegarde do Conselho de S. M. o Imperador Ministro e Secretário de Estado dos Negócios e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras 9. Públicas pelo Diretor da Diretoria da Agricultura, Comércio e Indústria José Agostinho Moreira Guimarães*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1863. Pp. 3-4

FIGURA Nº Vista tomada do Passeio Público. In: Ostensor Brasileiro Jornal Literário e Pictorial publicado por Vicente Pereira de Carvalho Guimaraens e João José Moreira. Rio de Janeiro. Tomo II. 1846-1847. Lith: Ludwig & Briggs

Em relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Domiciano Leite Ribeiro, em 1864., o jardim é citado como Jardim Botânico do Passeio Público, pois além das suas funções contemplativas, foi local de aclimação de plantas nativas, antes dessa função ser exercida totalmente pelo Real Horto.

“Este estabelecimento, que se acha entregue a administração particular, oferece todas as vantagens de um recreio público, certamente da capital do Império, se por ventura tivesse maior extensão...possue actualmente cerca de 3.000 vegetaes de espécies mais preciosas por sua utilidade, belleza e raridade, tornando-se assim não só um jardim de recreio como também de aclimação e propagação de plantas úteis.”

FIGURA Nº Bertichem. Passeio Público

A pedido do Imperador D. Pedro II, o desenho do parque foi alterado pelo paisagista e botânico francês Auguste François Marie Glaziou, em 1864, quando ocupava o cargo de Diretor de Matas e Jardins. Vindo de uma experiência de trabalho em Paris com o notável paisagista Adolphe Alphand, um dos principais auxiliares do Barão George Haussmann na reforma urbana de Paris, Glaziou chegou ao Rio de Janeiro em 1858., Sua participação no paisagismo brasileiro corresponde a uma mudança paradigmática na maneira de projetar o jardim, adaptando o modelo europeu às condições brasileiras. Desenvolveu ainda estudos científicos da vegetação nativa, com identificação de inúmeras espécies, mantendo um intercâmbio com instituições européias, que guardaram muitos desses registros.

Embora conservando elementos arquitetônicos e artísticos originais, a repartição dos jardins no Passeio Público foi alterada por Glaziou, adotando-se aléias curvas e sinuosas, lagos e pontes, tão a gosto do paisagismo romântico. O resultado foi um jardim ao estilo inglês, imitando um bosque natural.

Figura nº Martinet. Passeio Público

No século XX as funções originais do Passeio Público foram modificadas, com o distanciamento do mar em função dos sucessivos aterros, deixando o jardim no meio da malha urbana.

Em 2004 uma ampla restauração coordenada pela Fundação Parques e Jardins e pelo IPHAN buscava devolver ao parque o traçado de Glaziou. Foi feita também uma pesquisa arqueológica, que permitiu encontrar partes importantes da história do lugar.

O Real Horto – Jardim de Aclimação – Jardim Botânico

Fundado em 13 de junho de 1808 pelo Príncipe Regente D. João, o Jardim Botânico foi criado com o objetivo de aclimatar as especiarias vindas das Índias Orientais. As primeiras plantas que chegaram vieram das ilhas Maurício, do jardim *La Plampemousse*, entre as quais estava a *Palma Mater*. A evolução histórica do jardim ocorreu principalmente em seu primeiro século de existência..

FIG. Nº BERTICHEM, Pieter Godfred. **Jardim Botânico**. In: *O Rio de Janeiro e seus arrabaldes*. Rio de Janeiro: E. Rensburg, 1857. FBN

Em mapa da Lagoa Rodrigo de Freitas feito em 1809 aparece a vegetação existente na área do Jardim Botânico antes de sua implantação. Inclui uma das atuais aléias e o jardim que se supõe integrante da antiga casa colonial, como se fosse seu grande quintal. Naquela ocasião, o acesso à propriedade rural era feito pelo caminho da base do Maciço da Tijuca, que corresponde à atual rua Pacheco Leão. A Lagoa Rodrigo de Freitas era relacionada aos fundos da fazenda, assim como ocorria em toda a malha urbana do século XIX: sobrados e palacetes só começaram a se abrir para a orla da baía de Guanabara no início do século XX, com a construção da Avenida Beira Mar. Na primeira área de caminhos abertos ainda no século XVIII foi plantada a *Palma Mater*.

Os viajantes Johann Spix e Carl von Martius, que visitaram o Jardim Botânico em 1817, descreveram sua paisagem e os elementos que a compunham: “*A fábrica de pólvora e a residência do Sr. João Gomes Abreu (...) diretor da fábrica e do viveiro, estão circundados, de um lado, de colinas gramáticas, cobertas de matas, do outro, pela Lagoa Rodrigo de Freitas (...) Atrás das casas, está situado o dito Jardim Botânico (...) Diversas belas alamedas de árvores-do-pão do Oceano Pacífico (Artocarpus incisa), itus de folhagem cerra (Guarea trichiliodes) e mangueiras cortam a plantação, divididas em quadrados do chá chinês. Até agora estão plantados dez mil pequenos pés, a três pés de distância um do outro, em filas.*”⁹

Coube a Frei Leandro do Sacramento, diretor do Jardim Botânico de 1824 a 1829, as primeiras intervenções na paisagem, com a construção do lago e da Casa dos Cedros, tendo ao centro a Mesa do Imperador, além de aumentar o espaço cultivado e ordenar a drenagem de grande área pantanosa até o Rio dos Macacos, onde foram executadas as alamedas de traçado formal, em estilo renascentista e barroco.

⁹ Ana Rosa de Oliveira, em A Construção da Paisagem in Jardim Botânico do Rio de Janeiro: 1808-2008

Nas novas aléias, o diretor Serpa Brandão decidiu plantar, em 1842, as palmeiras imperiais, marcando o grande diferencial do Jardim Botânico do Rio de Janeiro em relação aos outros jardins da época.

Esse traçado permitiu uma nova entrada, na recém aberta rua Jardim Botânico, que se desenvolvia ao longo da Lagoa Rodrigo de Freitas, responsável pela mudança da relação do jardim com a lagoa.

Fig. Nº KLUMB, Revert Henrique. **Jardim Botânico Alameda das Paineiras**. Fotografia. 1869-1870 *circa*. FBN.

Essas primeiras intervenções no Jardim Botânico corresponderam a um aumento considerável de área cultivada, com importante coleção de plantas indígenas e exóticas, mas também de espaços de lazer, apreciados por seus visitantes. Administrado desde 1860 pelo Imperial Instituto Fluminense de Agricultura - organismo privado dirigido pelo Barão do Bom Retiro, ministro do Império que defendeu a criação da Administração da Floresta da Tijuca e a preservação das matas nativas do litoral, além de fornecer sementes de espécies para o replantio da Floresta da Tijuca¹⁰ - o Jardim Botânico tornou-se a instituição do gênero que representou o projeto científico do estado imperial. Ali funcionavam uma escola agrícola e uma fazenda-modelo, combinando sua vocação científica e tecnológica e consolidando-o como jardim público da cidade.

João Barbosa Rodrigues, botânico autodidata de renome internacional e diretor do Jardim Botânico por quase 20 anos, no início do período republicano, trouxe grandes inovações e dinamismo para a instituição. Defendia o uso contemplativo, e procurou dotar o Jardim Botânico de desenho mais adequado à sua importância, com a inclusão de fontes, estatuária, novos plantios e novas coleções. Os caminhos curvos por ele introduzidos, foram inspirados nos jardins de Glaziou. O traçado atual do Jardim Botânico já estava praticamente configurado em sua administração.

Referindo-se à importância da criação de um Museu Botânico, Barbosa Rodrigues elaborou um projeto integral para a instituição, que incluía os seguintes serviços: herbário, biblioteca, escola botânica, campo de experiência e viveiros, refrigeratórios, jardins, laboratórios e observatórios e arboreto. Com esta proposta, estavam definidas as atividades atuais.

Ao longo de seus dois séculos de existência, recebeu os nomes de Real Horto, Real Jardim Botânico, Jardim Botânico do Rio de Janeiro e, recentemente, Instituto de Pesquisa Jardim

¹⁰ No "Relatório de Manoel Gomes Archer sobre o Serviço Florestal da Tijuca. Anexo W". In: *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa da 2ª Sessão da 15ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas José Fernandes da Costa Pereira Junior*. Rio de Janeiro: Tipografia Comercial, 1873, Major Archer cita a colaboração do Barão do Bom Retiro na pág. 1 e 8.

Botânico do Rio de Janeiro. Tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), pela sua importância histórica, cultural e científica, foi também reconhecido internacionalmente como um Museu Vivo na área da Botânica e definido pela Unesco como uma das reservas da biosfera.

A abertura dos portos e a pesquisa científica sobre a fauna e a flora: principais expedições, viajantes e naturalistas que visitaram a cidade

Fig. nº - View from the Summit of the Cacavada [sic] Mountains, near Rio, aquarela de Augustus Earle, c. 1822. National Library of Australia. Estão representados Gávea, Corcovado e Pão de Açúcar e fortificações de Lage e Santa Cruz

A presença de viajantes, artistas e naturalistas no Rio de Janeiro tem como data mais expressiva a vinda da corte portuguesa para o Brasil em 1808. Além de algumas medidas urbanizadoras efetivas, a cidade foi objeto de produção textual e iconográfica, decorrente de um dos fenômenos mais característicos da história moderna e contemporânea ocidental: as viagens, não mais aquelas de conquista empreendidas a partir do Renascimento, mas em seu sentido moderno de, apossar-se do mundo, pelo inventário da natureza.

A entrada de artistas, cientistas e estudiosos europeus na cidade do Rio de Janeiro reforçava a política joanina de civilizar os trópicos e reinventar o espaço urbano e sua gente. Entre os principais estrangeiros que aportaram no Rio de Janeiro, deixando farta iconografia sobre o período joanino, temos: o inglês Henry Chamberlain, o Barão de Langsdorf, acompanhado do pintor Johann Moritz Rugendas, o Príncipe Maximiliano I da Baviera, acompanhado de Freyreiss e Sellow, Charles Othon Frédéric Jean Bastide – Conde de Clarac e Auguste de Saint-Hilaire.

Os interesses naturalistas tinham caráter oficial, como provam, por exemplo, as missões científicas que acompanharam a arquiduquesa Leopoldina ao Rio de Janeiro, na ocasião de seu casamento com o Príncipe D. Pedro, em 1817. Na companhia de D. Leopoldina viajaram ao Rio de Janeiro pintores, zoólogos e botânicos com a missão de coletar informações geográficas, estatísticas, etnológicas e de história natural. Entre os membros das missões científicas de 1817 estavam Thomas Ender, Johann Baptist Von Spix e Karl Friedrich Phillip Von Martius, Pohl, Raddi, Natterer e Mikan, que, de modo sistemático, lançaram o olhar estrangeiro sobre o grande laboratório que representava o Brasil de D. João.

A chegada da Missão Artística Francesa completou o esforço de reinvenção da cidade do Rio de Janeiro. Em 1816 desembarcou no Rio de Janeiro Joaquim Lebreton, acompanhado dos artistas Jean-Baptiste Debret, Nicolas-Antoine Taunay, Grandjean de Montigny e Simon Pradier.

Maria Graham, por sua vez, foi uma viajante que nas primeiras décadas do século XIX desvendou o Rio de Janeiro e encantou-se com a floresta tropical que encobria o Maciço da Tijuca e com a beleza natural da cidade:

“Nada do que até hoje vi é comparável em beleza a esta Baía. Nápoles, o estuário do Forth, o Porto de Bombaim e Tricomali, cada um dos quais eu julgara perfeito em sua beleza, todos devem ceder lugar a esta Baía, que excede a cada qual em suas peculiaridades. Soberbas montanhas, penedos em colunas superpostas, vegetação luxuriante, ilhas claras e floridas, praias verdes e tudo isso, combinado ao casario branco; cada morro coroado por sua igreja ou fortaleza, navios ancorados ou a se moverem e numerosos botes a velejarem num clima delicioso, conjugam-se para tornar o Rio de Janeiro o mais encantador cenário que a imaginação pode conceber.”
(1821)¹¹

Fig. Nº Na imagem, bem representados, o mar, a cidade, a montanha GEORG HEINRICH VON LÖWENSTERN. Lapa, Passeio Público e Ajuda, *circa* 1827-1829

III. B.4 A CIDADE E A FLORESTA

“Ide à Floresta da Tijuca.

Só lá n’aquelas encostas e planaltos, cobertos de copados bosques resguardados do machado devastador, pela solicitude dos poderes públicos, a bem da manutenção de parte dos mananciais que abastecem de água esta cidade; só n’aqueles sombrios recantos, é que encontrareis, com indizível surpresa, a combinação harmônica, positivamente eurítmica de duas grandes e poderosas forças – a natureza brasileira, com todo o seu prestígio e inexcusável poesia – e a inteligência humana, no desenvolvimento do mais elevado pensamento artístico e na procura insaciável do belo, do ideal...”

(Alfredo d’Escragnole Taunay, Visconde de Taunay. Viagens de Outr’ora. 1885.)

A reconstrução da paisagem natural: proteção ambiental no século XIX

“Posto que me faltem estudos regulares de administração pública e de Ciências Naturais, a observação e a experiência me estão dizendo que ao desenvolvimento das florestas cabe um dos mais importantes papéis na futura prosperidade do Império. Por este meio não só se pode modificar favoravelmente o clima de muitas regiões, temperando os excessivos calores e a secura do verão, e moderando até certo ponto a força das chuvas e a violência dos ventos, mas é também o modo mais simples e eficaz de tornar salubres e habitáveis regiões que antes não o eram (...)”

(Major Manoel Gomes Archer. Relatório dirigido ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, de 24 de janeiro de 1873)

¹¹ O Rio de Janeiro em Prosa e Verso, Manoel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade, pag. 19 e 20

Por volta de 1840, estavam quase inteiramente desmatados os vales dos principais rios e bacias do Maciço da Tijuca e os relatórios oficiais destacam a progressiva degradação dos mananciais, tão importantes para uma cidade em rápido crescimento. A cada crise de abastecimento de água – praticamente anuais a partir de 1840 - ficava mais evidente a necessidade de medidas de proteção dos mananciais. As nascentes da Serra da Tijuca eram as mais críticas, pois era na sua direção que a cidade vinha se expandindo.

Fig. Nº - Frederico Guilherme Briggs. Cascata Grande da Tijuca. 1836.

A figura fundamental na decisão do governo de recuperar os altos vales da Serra da Tijuca foi Luís Pedreira do Couto Ferraz (1818-1886), Visconde e depois Barão do Bom Retiro. Fazendeiro do Maciço, foi o idealizador e grande incentivador do pioneiro programa de reflorestamento. Não apenas as florestas remanescentes foram preservadas, como foram tomadas iniciativas no sentido de replantar a mata em muitos locais onde havia sido devastada.

Em 1844, com a seca, o governo de D. Pedro II foi obrigado a tomar medidas para solucionar o problema: desapropriar os cafezais e restabelecer a Floresta da Tijuca. Iniciou-se o plantio de árvores em encostas e nascentes em terras abandonadas - ou em colaboração com proprietários mais conscienciosos - e ampliou-se a vigilância policial sobre o corte de árvores junto às nascentes.

A decadência da cultura cafeeira decorrente da praga que se espalhou pelas fazendas, a partir de 1860 motivou um inovador projeto de reflorestamento do Maciço da Tijuca.

A portaria n.º 577 de 11 de dezembro de 1861 criou a administração das florestas da Tijuca e das Paineiras, com o principal objetivo de implementar o replantio. Para iniciar os trabalhos nomeou-se imediatamente o administrador Manoel Gomes Archer, um prático em silvicultura, que logo na primeira década plantou cerca de 60.000 árvores nobres da flora brasileira. O Mapa H04 refere-se a esse processo.

A origem das mudas é importante para a história ambiental da cidade do Rio de Janeiro. Inicialmente, a vizinha Floresta das Paineiras, administrada por Tomás Nogueira da Gama, foi a fonte principal das mudas empregadas por Archer, que também mandou trazer mudas e sementes de sua fazenda Independência, em Guaratiba. Algumas vinham de criadouros, mas outras foram retiradas das florestas locais relativamente intocadas e semelhantes à da Tijuca. Uma terceira fonte de mudas foi o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que desde suas origens dedicava-se à aclimação de espécies vegetais exóticas. Assim, o ritmo de trabalho, o índice de sobrevivência das mudas plantadas e a utilização de muitas espécies de árvores, predominantemente nativas, foram aspectos que fizeram do replantio da Floresta da Tijuca uma experiência singular e pioneira no campo do remanejamento florestal.

O Major Archer acreditava na vocação florestal do Brasil e seu projeto previa a constituição de uma rede de florestas nacionais articulada com estabelecimentos de ensino e pesquisa, voltados para a exploração racional das florestas que cobriam o país.

A transformação da Floresta em jardim público e romântico

“Meu desejo era mostrar ao público o que é um parque nacional; a Floresta da Tijuca seria o exemplo em miniatura do que se poderia fazer em todo o país, aproveitando as belezas naturais e defendendo-as da ‘civilização’ que entra com o machado devastador, derrubando as matas e aproveitando o húmus da terra para pouco depois abandoná-la.” (Raymundo Ottoni de Castro Maya)¹²

Figura nº -

Na segunda metade do século XIX, novos personagens passaram a frequentar a Floresta da Tijuca: eram *mancebos trajados com severa elegância*, que facilmente se apaixonariam por uma *linda moça, montada em cavalo*, como os personagens de romances como *Sonhos d’Ouro*, de José de Alencar, escrito na Gávea Pequena, no verão de 1872.

No Segundo Reinado, a cidade modernizava-se. Com a perda da fertilidade natural e a ocorrência de pragas na área pioneira de plantio, a lavoura do café já havia seguido em busca de terras virgens, na direção do vale do rio Paraíba do Sul. Os altos da Tijuca encarnavam agora outros valores: clima ameno, ambiente saudável e qualidade de vida. A elite imperial adquiriu chácaras e sítios desmembrados das antigas fazendas de café para ali passar o verão.

Na ocasião tinha início a administração de Gastão Luís Henrique d’Escragnolle, sucedendo a gestão do Major Archer. Descendente de franceses de estirpe nobre, fiel servidor e amigo do Imperador D. Pedro II, Gastão d’Escragnolle empenhou-se no embelezamento da floresta, contando com a colaboração de Glaziou. Tão notável foi sua contribuição que o antigo horto transformou-se em encantador passeio público. Amante da natureza, conservava a beleza da selva exuberante, mantendo-lhe intacto o caráter silvestre. Usou como elementos decorativos a pedra roliça, árvores e arbustos plantados como ao acaso, sem lançar mão do cimento e da cantaria nos pousos que ia preparando para os que desejassem descansar à sombra dos arvoredos. A Floresta da Tijuca transformava-se, então, em jardim público, bem ao estilo romântico.

Na década de 1940 a administração da Floresta da Tijuca fica a cargo de Raimundo Ottoni de Castro Maya. Industrial bem sucedido, ligado à floresta desde a juventude, quando seu pai adquiriu o Sítio do Açude em 1913, Castro Maya dispunha-se a coordenar os trabalhos de reforma e urbanização do parque florestal, transformando-o em parque público. Em três anos

¹² Castro Maya, Raymundo Ottoni de. *A Floresta da Tijuca*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1967, p. 11.

reformou prédios, conservou estradas e caminhos, além de diversas benfeitorias para os visitantes.

Vale destacar o esforço empreendido em sua gestão no tratamento paisagístico e decorativo do parque, contando, para isso, com a colaboração de Roberto Burle Marx no Açude da Solidão. Uma outra marca de sua administração foi a reconstrução da Capela Mayrink, conforme projeto de Vladimir Alves de Sousa, com painéis de Cândido Portinari. O sucesso da administração Castro Maya era evidente e em 1946 a floresta chegava a receber cerca de 5 mil visitantes por dia, nos finais de semana.

Em 6 de julho de 1961, o governo federal criou, através do Decreto nº. 50.923, o Parque Nacional do Rio de Janeiro, realizando-se o projeto de Raymundo Ottoni Castro Maya de transformar a Floresta da Tijuca em parque nacional, que só tem seu nome modificado em 1967, pelo Decreto 60.183, que redefiniu seus limites. Na década de 1960 foram criados onze parques nacionais. Quando foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional – IPHAN, em 1966, ainda denominava-se Parque Nacional do Rio de Janeiro.

Em 1981, foi publicado o Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca, cujo ponto fundamental refere-se ao zoneamento, considerando que o parque urbano sofre enormes pressões da megalópole que o cerca.

Finalmente, em 1991, o Programa Homem e Biosfera, da Unesco, declarou o parque Patrimônio da Humanidade, consolidando assim todo o empreendimento ambiental praticado desde o século XIX.

III.B.5. A CIDADE E O MAR

Os primeiros espaços litorâneos da cidade

Com o Passeio Público, no final do século XVIII, inaugurou-se uma relação da cidade com o mar. Seu mirante foi o primeiro de uma série, demonstrando o novo interesse da população pela orla da baía, com o banho de mar liberado para a nobreza que o freqüentava. Ao longo do século XIX, vários locais da baía de Guanabara passaram a ser usados como balneário, sendo o mais freqüentado deles, a praia do Caju. As praias oceânicas eram imensos areais, acompanhados por restingas que se estendiam até os morros. Com a inauguração do túnel Alaor Prata para permitir que os bondes chegassem a Copacabana, em 1892, inicia-se a ocupação na orla, com os trilhos alcançando o Leme e Ipanema, transformando esses bairros, em aprazíveis balneários.

Figura nº -

Entre 1903 e 1906,, o prefeito Pereira Passos empreendeu uma grande reforma urbana, nos moldes do que havia sido feito por Haussmann em Paris. . Em nome da modernidade, do

saneamento e do embelezamento, com decisivo apoio do governo federal, realizam-se vários projetos, como a nova área portuária, com um grande aterro decorrente do arrasamento do morro do Senado. e a abertura de ruas, com destaque para a Avenida Central - que a exemplo de Paris, arrasou dezenas de quarteirões da cidade colonial - e a Avenida Beira-Mar, que se estendia do centro até Botafogo, com canteiros centrais, criados como área de lazer.

Figura nº -

Com as intervenções surge o Rio *Belle Époque.*, orgulho dos cariocas que passeavam pelos *boulevards*, pontos de encontro da burguesia elegante, produzida à moda francesa. A Avenida Beira-Mar convidava à contemplação, com canteiros centrais projetados pelos paisagistas Paul Villon e Louis Rey, que haviam trabalhado com Glaziou e se inspiraram nos jardins românticos do século XIX.

A Avenida Beira-Mar melhorou o acesso à orla oceânica, com a construção de novo túnel ligando Botafogo a Copacabana (Túnel Novo) e sua extensão até a Praia Vermelha, o que levou a uma rápida urbanização dos bairros balneários, incluindo este último onde se realizou a Exposição Internacional de 1908, comemorativa dos 100 anos da abertura dos portos brasileiros às nações amigas.

O banho de mar e a exposição ao sol tornou-se um costume e foi Copacabana o balneário que mais se desenvolveu. A Avenida Atlântica foi construída ainda na administração de Pereira Passos, com calçamento em mosaicos de pedra portuguesa reproduzindo o desenho das ondas do mar que consagrou o Rio de Janeiro. O Hotel Copacabana Palace, um dos primeiros edifícios altos do Rio, construído para receber os hóspedes da Exposição Internacional de 1922, deu-lhe reconhecimento internacional.

Figura nº Avenida Atlântica, 17.10.1924 - Augusto Malta, fotografia
Acervo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Figura nº Avenida Delfim Moreira - Augusto Malta, c. 1919, fotografia
Acervo Instituto Moreira Salles

Ipanema e Leblon ganhavam serviços de infra-estrutura, que viabilizavam sua ocupação. A partir do Leblon, estendeu-se a Avenida Niemeyer ao longo da encosta do Morro Dois Irmãos, que ao mesmo tempo valorizava a belíssima paisagem e facilitava o acesso às praias distantes que mais tarde formariam o bairro de São Conrado. O Mapa H05 mostra os diferentes aterros que se sucederam e os principais elementos do Sítio.

- **O movimento moderno e suas consequências nos espaços públicos cariocas**

A década de 1920 é reconhecida como um dos períodos de maior efervescência intelectual do século XX. Rediscutiu-se e reavaliou-se tudo: política, economia, filosofia, cultura, artes. O Rio de Janeiro, como capital da República, concentrava a maior parte dos acontecimentos. Ao contrário da reforma urbana do início do século que se pautou por modelos importados, o ideário modernista trilhou caminhos próprios, mais autênticos. A Semana de Arte Moderna de 1922, ocorrida em São Paulo, mas com repercussões imediatas no Rio, representou um rompimento estético nas várias formas de representação das artes plásticas e da música.

No campo das artes e da arquitetura, a influência de Le Corbusier após sua passagem pelo Rio em 1929, vindo de Buenos Aires, fez-se sentir em pouco tempo entre os profissionais de vanguarda da época. Fato significativo de sua adesão à nova arquitetura foi o convite para orientar o projeto que a equipe coordenada por Lúcio Costa, composta por Oscar Niemeyer, Affonso Eduardo Reidy, Jorge Machado, Carlos Leão e Ernani Vasconcelos, elaborava para o Ministério de Educação e Saúde.

No projeto do prédio considerado marco do movimento modernista, onde foram aplicados pela primeira vez no mundo os cinco princípios básicos da doutrina corbusiana - o pilotis, a estrutura independente, a planta livre, a fachada independente e o terraço-jardim - destacaram-se principalmente o arquiteto Oscar Niemeyer e o artista plástico Roberto Burle Marx, responsável por seu paisagismo. Em recente exposição comemorativa do centenário de nascimento de Burle Marx nos salões do Paço Imperial, Lauro Cavalcanti, seu curador, manifestou-se, sobre mostras anteriores dedicadas a Lúcio Costa e a Oscar Niemeyer: *“Os três homenageados deram um sotaque particular e original ao movimento trazido por Le Corbusier para o Brasil. Lúcio Costa imprimiu uma dimensão histórica que deu profundidade dialética entre as novas formas e a tradição construtiva local, fornecendo alternativas à pura oposição européia entre renovação e revolução, que fazia da amnésia o único meio para os novos caminhos. Niemeyer introduziu a graça formal a partir da exploração radical da tecnologia do concreto armado. Burle Marx criou a um só tempo, o paisagismo tropical e uma linguagem internacional e moderna dos jardins.”*

A partir desse projeto, Burle Marx tornou-se um permanente colaborador dos arquitetos modernistas, garantindo a integração dos espaços interno e externo em suas obras, sempre utilizando a riqueza da flora brasileira. Entre seus inúmeros projetos para a cidade, destacam-se o Parque do Flamengo e a Orla de Copacabana, considerados os mais paradigmáticos de sua extensa obra.

FIGURA Nº - JARDIM NO PILOTIS DO MÊS

O Parque do Flamengo atendeu à demanda das vias expressas de ligação norte-sul da cidade, associando-as à principal área de recreação e lazer do Rio. Tendo como referência o projeto do urbanista Affonso Eduardo Reidy, o parque situa-se numa área nobre, das mais impactantes do ponto de vista de sua paisagem natural e cultural da cidade, constituindo-se em importante transição entre a Baía de Guanabara e a malha urbana. Estende-se desde o aeroporto Santos Dumont até o Morro da Viúva, incorporando-se à área verde da enseada de Botafogo, com aproximadamente 120 ha.

Trata-se de uma das mais bem sucedidas realizações de Burle Marx, com uma concepção totalmente inovadora para a época, que não previa qualquer tipo de fechamento ou interrupção do *continuum* visual e funcional do parque, aberto à utilização da população em todos os seus ambientes e a qualquer hora do dia.

O Parque do Flamengo incorporou o Museu de Arte Moderna - obra prima da arquitetura carioca, projetada por Affonso Eduardo Reidy - e o Monumento aos Mortos da II Guerra Mundial, projeto premiado da arquitetura moderna no Rio de Janeiro. Outras edificações também estão incluídas na área do parque, com um paisagismo especial, que enaltece e valoriza sua arquitetura.

Em prosseguimento à contribuição de Burle Marx para a formação da paisagem da orla oceânica, em 1971 foram executados os jardins que ele projetou para o calçadão de Copacabana, após o alargamento da faixa de areia e da calçada. Trata-se de trabalho de um grande artista plástico trazido para o espaço público do bairro, em que massas de vegetação, intercaladas com o mobiliário urbano, complementam o projeto.

Figura nº - Praia de Copacabana -Marcel Gautherot, c. 1965, fotografia, Acervo Instituto Moreira Salles

Os dois projetos de Burle Marx, o Parque do Flamengo e o agenciamento urbano-paisagístico das calçadas de Copacabana foram inovadores em sua época, tornando-se modelos de intervenção. O Rio de Janeiro firmou mais uma vez o pioneirismo em projetos modernistas, adotados como referência na escala internacional, o que lhe assegura valor universal.

III.B.6. A CIDADE QUE PARECE NATUREZA E A NATUREZA QUE PARECE CIDADE¹³

A cidade do Rio de Janeiro esteve ao longo de sua formação e desenvolvimento em íntima interação com a natureza, desenhando os contornos de uma paisagem cultural urbana exemplar.. Paralelamente, os modos de construir e de viver na cidade consolidaram, ao longo dos últimos séculos, união indissociável entre natureza e espaço urbano. Os contornos da paisagem orientaram a delimitação de um sítio exemplar e paradigmático, onde a interrelação entre a cidade edificada e a natureza foi retratada por meio dos aspectos histórico, funcional, social e urbanístico de seus elementos estruturadores.

A orla da Baía de Guanabara, inalterada até o século XIX, é a mais importante imagem associada a essa paisagem, sendo intensamente divulgada, desenhada por tripulantes, cronistas, viajantes, naturalistas e pintores. Acompanhando o desenvolvimento dessa paisagem, percebemos a acomodação da cidade ao longo do tempo. Ainda no século XVIII, há o aterramento de mangues e lagos, como o caso do Passeio Público, importante mirante que expressou exemplarmente as relações e funções sociais à época entre a cidade e os jardins.

Ocupando lugar de destaque desde sua criação no início do século XIX, o Jardim Botânico, por sua vez, consolidou-se como ponto de visitação e de realização de pesquisas. Desde então, promove o desenvolvimento científico ambiental e desempenha importante papel de divulgação das espécies da Mata Atlântica, conscientizando a população quanto aos usos da floresta urbana.

No cerne da cidade, destaca-se o conjunto das encostas verdes que integram a floresta. A cidade produtiva está aqui retratada inicialmente por meio da relação das fazendas produtivas de cana e de café. A cidade e a floresta refletem o período do reflorestamento provendo recursos naturais e oferecendo aos moradores e turistas um espaço significativo de lazer e contemplação.

Os passeios e caminhadas não se limitam às áreas verdes, estendendo-se á orla, demonstrando a expressiva relação entre a cidade e o mar. O processo de aterramento da baía acontece a partir dos primeiros anos do século XX, com a transferência do porto. As obras de modernização da área central alteraram o contorno da baía do Caju até Copacabana, com a ampliação do cais, da Avenida Beira-Mar e posteriormente do Parque do Flamengo.

A urbanização da orla insere-se de modo singular no movimento mundial mais amplo característico das reformas urbanas do século XX de apologia ao ideário da mente só em corpo são (*mens sana in corpore sano*). Em uma cidade tropical, banhada pelo mar e cercada por uma vegeta o exuberante, o interesse esportivo é impulsionado por fortes apelos ligados ao uso dos espaços públicos.

¹³ O título baseia-se na frase “O Rio de Janeiro   uma natureza que se tornou cidade e   uma cidade que d  a impressão de natureza”, publicada em 1941 no livro Brasil, País do Futuro, de Stefan Zweig, Edição Ridendo Castigat Mores, Versão para eBook, eBooksBrasil.com, Fonte Digital www.jahr.org

A história e o desenvolvimento da relação contígua entre o mar e o Parque do Flamengo marcaram o espaço como lugar especial da paisagem no cotidiano de moradores e turistas. O sol, o ar livre e a oxigenação, o uso de áreas amplas para a realização das práticas esportivas foram valorizados pelo embelezamento da orla e de sua acessibilidade.

Desde as primeiras décadas do século XX, a praia de Copacabana é um balneário importante. Com a difusão do banho de mar, iniciou-se a apropriação da praia como local de lazer, imprimindo à cidade um novo padrão de morar à beira-mar como estilo de vida moderno. Depois da Segunda Guerra Mundial, a intensificação do consumo de massas fez da praia um lugar frequentado por diversos grupos sociais. No início da década de 1970, surge um novo espaço conquistado com o avanço sobre o mar: o calçadão de Copacabana, que transforma o uso da orla. Ampliou-se a circulação de pedestres e novas pistas para automóveis e bicicletas foram criadas. Tanto a paisagem física como a social alteraram-se. Práticas desportivas e cuidados com a saúde impulsionaram caminhadas, corridas de pedestres e bicicletas, produzindo heterogeneidade de usos do espaço. Mais recentemente, na década de 1990, foram montadas arenas esportivas, ocupadas dia e noite por atletas de várias modalidades, com destaque para o futebol e o vôlei de praia.

Associado à paisagem cultural carioca, surge um discurso musical de exaltação às praias, que se espalha pela cidade como um todo. Destacam-se gêneros musicais e festivos vinculados a morros e praias, como o samba e a bossa nova, demonstrando o caráter simbólico importante das imagens associadas a esse Sítio.

Por fim, constata-se que as territorialidades culturais apresentadas refletem a relação dinâmica entre seus habitantes e a natureza, que influenciou o desenho da cidade do Rio de Janeiro e de sua paisagem.

III.C. FORMA E DATA DOS DOCUMENTOS MAIS RECENTES SOBRE O BEM

1. PORTARIA IPHAN Nº 127 DE 30 DE ABRIL DE 2009 – estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira, considerando:

- o disposto no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, no Decreto-Lei no 3.866, de 29 de novembro de 1941, que dispõe sobre o tombamento de bens no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na Lei no 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, e no Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial, e o Estatuto da Cidade;

- que o Brasil é autor de documentos e signatário de cartas internacionais que reconhecem a paisagem cultural e seus elementos como patrimônio cultural e preconizam sua proteção;
- que a conceituação da Paisagem Cultural Brasileira fundamenta-se na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, segundo a qual o patrimônio cultural é formado por bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico; que os fenômenos contemporâneos de expansão urbana, globalização e massificação das paisagens urbanas e rurais colocam em risco contextos de vida e tradições locais em todo o planeta;
- a necessidade de ações e iniciativas administrativas e institucionais de preservação de contextos culturais complexos, que abranjam porções do território nacional e destaquem-se pela interação peculiar do homem com o meio natural;
- que o reconhecimento das paisagens culturais é mundialmente praticado com a finalidade de preservação do patrimônio e que sua adoção insere o Brasil entre as nações que protegem institucionalmente o conjunto de fatores que compõem as paisagens;
- que a chancela da Paisagem Cultural Brasileira estimula e valoriza a motivação da ação humana que cria e que expressa o patrimônio cultural e a relação harmônica com a natureza, estimulando a dimensão afetiva com o território e tendo como premissa a qualidade de vida da população; que os instrumentos legais vigentes que tratam do patrimônio cultural e natural, tomados individualmente, não contemplam integralmente o conjunto de fatores implícitos nas paisagens culturais.

Através de um processo administrativo aberto pelo IPHAN, o Comitê Executivo da Candidatura da Cidade do Rio de Janeiro a Patrimônio Mundial, que é composto por membros das 3 esferas governamentais, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada, solicitou em maio de 2009 o exame do IPHAN para a chancela da Paisagem do Rio de Janeiro, como Paisagem Cultural Brasileira. O reconhecimento nacional será um dos pilares para a pactuação entre os entes envolvidos sobre a gestão compartilhada do Sítio e para a consolidação da paisagem cultural do Rio como Patrimônio Mundial.

2. PORTARIA IPHAN Nº 2, DE 15 DE JANEIRO DE 2009 - Cria o Comitê Técnico para o estabelecimento de diretrizes e conceitos para a elaboração do dossiê técnico de candidatura da Cidade do Rio de Janeiro a Patrimônio Mundial. Nessa portaria, o Comitê Técnico ganha as seguintes competências:

- I - estabelecer os conceitos e as diretrizes técnicas que nortearão a elaboração do dossiê da candidatura;
- II - acompanhar os trabalhos dos especialistas das diversas disciplinas, que colaborarão na elaboração do dossiê técnico da candidatura;
- III - fixar as diretrizes para a gestão compartilhada da área definida para candidatura
- IV - efetuar a análise dos parâmetros urbanísticos e de proteção em relação à área definida para candidatura;
- V - propor a revisão dos parâmetros urbanísticos e de proteção em relação à área definida para candidatura que se fizerem necessários; e
- VI - contribuir com a elaboração do plano de gestão em relação à área definida para candidatura em conjunto com os especialistas contratados para o desenvolvimento desse trabalho.

O Comitê Técnico que trabalha em prol da candidatura desde janeiro de 2009 foi constituído, por:

- I - 1 (um) representante do Departamento do Patrimônio Material e de Fiscalização do IPHAN e respectivo suplente;
- II - 1 (um) representante da Superintendência Regional do IPHAN no Rio de Janeiro e respectivo suplente;
- III - 1 (um) representante do Instituto Chico Mendes e respectivo suplente;
- IV - 1 (um) representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro e respectivo suplente;
- V - 1 (um) representante da Prefeitura do Rio de Janeiro e respectivo suplente;
- VI – Um representante do Instituto de Pesquisa do Jardim Botânico do Rio de Janeiro

3. TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA – firmado em 04 de maio de 2009 entre o Ministério da Cultura do Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, o Grupo ABC / Associação de Empresas Amigas da Unesco e a Fundação Roberto Marinho. Constitui objeto deste Instrumento a mútua cooperação entre os partícipes visando à criação de um Comitê Institucional, que irá apoiar a candidatura da cidade do Rio de Janeiro a Patrimônio Mundial e a execução de ações necessárias para a elaboração do Plano de Gestão do Sítio.

4. PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA – estabelecido em 1981 e revisado em 2008, em atendimento às diretrizes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação do Governo Brasileiro.

5. PLANO DIRETOR DO JARDIM BOTÂNICO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - em 2002 o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) assessorou o Jardim Botânico na elaboração do Plano Diretor, que em 2009 foi atualizado. Essa adequação consistiu na identificação das condições atuais de uso e ocupação do território a partir das ações desenvolvidas ao longo dos últimos seis anos, enfatizando as relações do Jardim Botânico com a cidade e a sua organização interna para a proteção dos seus valores científicos, naturais, paisagísticos, arqueológicos e histórico-culturais.

6. PROJETO DE LEI DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: - Emendas do Poder Executivo Municipal – propõe-se a inserir o conceito e destacar a importância de paisagem entre os princípios e na implementação da política urbana no Município.

EMENDA MODIFICATIVA Nº 1

O Inciso I do Art. 2º passa a vigorar com a seguinte redação:

“I. valorização e proteção do meio ambiente, da paisagem e do patrimônio natural e cultural no processo de desenvolvimento da Cidade;”

EMENDA ADITIVA Nº 2

O Art. 2º passa a vigorar incluindo os §1º, §2º, §3º e §4º, com a seguinte redação:

“§ 1º. Entende-se por paisagem, a interação entre o ambiente natural e a cultura, expressa na configuração espacial resultante da relação entre elementos naturais, sociais e culturais, e nas marcas das ações, manifestações e formas de expressão humanas.

§ 2º. A paisagem da Cidade do Rio de Janeiro representa o mais valioso ativo econômico da cidade, responsável pela sua consagração como um ícone mundial e por sua inserção na economia turística do país, gerando emprego e renda.

§ 3º. Integram o patrimônio paisagístico da Cidade do Rio de Janeiro tanto as paisagens com atributos excepcionais, como as paisagens decorrentes das manifestações e expressões populares.

§ 4º. O acesso visual à paisagem da Cidade do Rio de Janeiro é direito inalienável desta e das futuras gerações.”

Essas emendas foram enviadas à Câmara de Vereadores para aprovação.

7. DECRETO MUNICIPAL N.º 30.542, DE 18 DE MARÇO DE 2009 - cria o Comitê de Qualificação Ambiental da Orla Marítima cujo objetivo é:

- I - Melhorar a qualidade ambiental e urbanística da orla marítima da Cidade;
- II - determinar os indicadores de qualidade ambiental da orla marítima;
- III - supervisionar o monitoramento dos parâmetros de qualidade da orla;
- IV- organizar e controlar as atividades econômicas, desportivas, turísticas e de lazer realizadas ou localizadas na orla.

8. DECRETO MUNICIPAL Nº 26.578, DE 1º DE JUNHO DE 2006 - declara o conjunto dos Morros do Pão de Açúcar e Urca como Monumento Natural, com área de 91,5 ha, considerando:

- o tombamento federal dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca, em 1973, pelo SPHAN, através do processo n.º 869-T/73, com inscrições n.º 52, 53, 54 e 58 no Livro Arqueológico, Etnológico e Paisagístico em 08/08/73;
- a Lei n.º 9.985, de 18/07/00 e Decreto n.º 4.340, de 22/08/02, que institui e regulamenta, respectivamente, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC;
- o Decreto n.º 1.446, de 02/03/78, que aprova o PEU n.º 001, de Preservação Paisagística dos Morros do Pão de Açúcar, da Urca e da Babilônia;
- o Decreto n.º 322, de 03/03/76 (art.163), que estabelece que as áreas acima da curva de nível de 60m dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca estão incluídas na ZE-1, conforme legislação urbanística;
- o conjunto dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca, reconhecido como áreas de visitação nacional e internacional, com importância singular na história da Cidade do Rio de Janeiro;
- que essas áreas apresentam características e atributos naturais, geomorfológicos e ecológicos próprios, destacando-se inúmeras espécies endêmicas, raras e ameaçadas de extinção;

8. RELATÓRIO: PARQUE DO FLAMENGO – LEVANTAMENTO DE ESPÉCIES

ARBÓREAS – realizado em 2008 pela arquiteta Paisagista Denise Pinheiro da Costa Monteiro, com o apoio do escritório Burle Marx e Cia Ltda, contratado pelo Rotary Club do Rio de Janeiro, com o objetivo de levantar informações para a recuperação da vegetação do Parque. O original do relatório encontra-se com o Rotary Club Flamengo.

9. DECRETO MUNICIPAL Nº 30936 DE 4 DE AGOSTO 2009- determina o tombamento provisório de 84 obras paisagísticas de autoria de Roberto Burle Marx na Cidade do Rio de Janeiro, sendo 29 localizadas no Sítio ou em sua zona de amortecimento.

10. TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO de 28 de agosto 2007- PARA GESTÃO COMPARTILHADA DO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA, CELEBRADO ENTRE O INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, A COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA – COMLURB, E A EMPRESA MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA S/A. COM A INTERVENIÊNCIA DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA

IIID. FONTES DOCUMENTAIS HISTÓRICAS QUE COMPROVAM O VALOR UNIVERSAL DO SÍTIO

1. Portaria n.º 577 de 11 de dezembro de 1861, criando a administração das florestas da Tijuca e das Paineiras.

“Sua Magestade o Imperador há por bem aprovar as seguintes Instruções provisórias para o plantio e conservação das florestas da Tijuca e das Paineiras.

Art. 1o. Nos terrenos nacionais sitos na Tijuca e Paineiras, estabelecer-se-há uma plantação regular de arvoredos do paiz.

Art 2o. Esta plantação se fará especialmente nos claros das florestas existentes nos ditos lugares pelo sistema de mudas, devendo-se estabelecer, nos pontos que forem para isso escolhidos, sementeiras ou viveiros de novas plantas.

Art.3o. A plantação se fará em linhas retas paralelas entre si, sendo as de uma direção perpendiculares às das outras. O trabalho começará das margens das nascentes para um e outro lado, com a distância de 25 palmos entre umas e outras árvores.

Art.4o. As mudas que se empregarem não terão menos de três anos, sem mais de 15 de idade e poderão ser coligidas nas matas das Paineiras, devendo a plantação ter lugar na estação própria.

Art.5o Para dirigir este Serviço haverá um Administrador na Floresta da Tijuca e outro na das Paineiras, com o vencimento mensal de 90\$000.

Art. 6o. Além destes empregados haverá um feitor em cada floresta, encarregado especialmente da plantação e escolha das mudas, com o vencimento diário de 2\$000, e tantos serventes quantos forem julgados necessários, conforme o desenvolvimento do serviço com o vencimento também diário de 1\$500.

Art. 7o. O Inspetor Geral das Obras Públicas poderá empregar neste serviço, como serventes, alguns dos escravos da nação que se acham à sua disposição com a gratificação de 100 réis diários, além do sustento e roupa.

Art.8o. Aos Administradores, feitores e serventes das florestas, incumbe impedir a danificação das arvores, devendo prender e remeter à autoridade policial mais vizinha para ser processada a pessoa que for encontrada em flagrante delicto.

Art.9o. Empregarão todo o zelo na conservação das estradas que atravessam ou atravessarem as florestas; não admitindo dentro das últimas indivíduo algum que não esteja competentemente autorizado com a necessária portaria de licença, quer seja ou não para caçar, e inspecionando-as de modo que não sirvam de asilo a malfeitores.

Art.10o. Os Administradores serão de nomeação do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; os outros empregados serão nomeados pelo Inspetor Geral de Obras Públicas do Município da Corte, e por eles despedidos conforme as exigências do serviço.

(...)

Art.16o. É expressamente proibido o corte de madeiras de qualquer qualidade, ficando por isso responsáveis os Administradores, guardas das matas e mais empregados. (...) Palácio do Rio de Janeiro em 11 de dezembro de 1861. Manoel Felizardo de Souza e Mello.”

2. *Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas apresentado à Assembléia Geral Legislativa na segunda sessão da 11ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Manoel Felizardo de Souza e Mello.* Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1862.

3. *Relatório apresentado ao Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor Manoel Felizardo de Souza e Mello, Conselheiro de Estado, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Pública aos 31 de março de 1862, pelo Diretor da Agricultura, Comércio e Indústria José Agostinho Moreira Guimarães.* Rio de Janeiro: Tipografia Paula Brito

4. “Relatório acerca do mal dos cafezeiros” In: *Relatório apresentado ao Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor Manoel Felizardo de Souza e Mello, Conselheiro de Estado, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Pública aos 31 de março de 1862, pelo Diretor da Agricultura, Comércio e Indústria José Agostinho Moreira Guimarães.* Rio de Janeiro: Tipografia Paula Brito, 1862.

5. “Contrato com o Instituto Fluminense d’agricultura para administrar o Jardim Botânico da Lagoa e relatório do Sr. Presidente do mesmo Instituto” In: *Relatório apresentado ao Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor Manoel Felizardo de Souza e Mello, Conselheiro de Estado, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Pública aos 31 de março de 1862, pelo Diretor da Agricultura, Comércio e Indústria José Agostinho Moreira Guimarães.* Rio de Janeiro: Tipografia Paula Brito, 1862.

6. *Relatório que devia ser presente à Assembléia Geral Legislativa da 3ª Sessão da 11ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Pedro de Alcântara Bellegarde.* Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1863.

7. *Relatório apresentado ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor General Pedro de Alcântara Bellegarde do Conselho de S. M. o Imperador Ministro e Secretário de Estado dos Negócios e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pelo Diretor da Diretoria da Agricultura, Comércio e Indústria José Agostinho Moreira Guimarães.* Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1863.

8. “Offício do Conselheiro Francisco Freire Allemão sobre o mal dos cafezeiros”. In: *Relatório apresentado ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor General Pedro de Alcântara Bellegarde do Conselho de S. M. o Imperador Ministro e Secretário de Estado dos Negócios e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pelo Diretor da Diretoria da Agricultura, Comércio e Indústria José Agostinho Moreira Guimarães.* Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1863.

9. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislatura na 2ª sessão da 12ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Domiciano Leite Ribeiro.* Rio de Janeiro: Tipografia Paula Brito, 1864.

10. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3ª sessão da 12ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios d’Agricultura, Comércio e Obras Públicas Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá.* Rio de Janeiro: Tipografia Universal Laemmert, 1865.

11. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 4ª sessão da 12ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Dr. Antonio Francisco de Paula Souza.* Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1856.

12. *Relatório apresentado a Assembléia Geral Legislativa na 1ª sessão da 13ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Manoel Pinto de Souza Dantas.* Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1867.

13. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 13ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Manoel Pinto de Souza Dantas.* Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1868.

14. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 14ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Joaquim Antão Fernandes Leão.* Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1869.

15. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 2ª sessão da 14ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de E. & H. Laemmert, 1870.
16. *Relatório apresentado a Assembléia Geral Legislativa na 3ª sessão da 14ª Legislatura pelo Ministro e Secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Theodoro Machado Freire Pereira da Silva*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal da E.& H. Laemmert, 1871.
17. “Imperial Instituto Fluminense de Agricultura Apenso C”. In: *Relatório apresentado a Assembléia Geral Legislativa na 3ª sessão da 14ª Legislatura pelo Ministro e Secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Theodoro Machado Freire Pereira da Silva*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal da E.& H. Laemmert, 1871.
18. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 4ª sessão da 14ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Barão de Itaúna*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de E.&H. Laemmert, 1872.
19. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa da 2ª Sessão da 15ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas José Fernandes da Costa Pereira Junior*. Rio de Janeiro: Tipografia Comercial, 1873.
20. “Relatório de Manoel Gomes Archer sobre o Serviço Florestal da Tijuca. Anexo W”. In: *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa da 2ª Sessão da 15ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas José Fernandes da Costa Pereira Junior*. Rio de Janeiro: Tipografia Comercial, 1873.
21. “Relatório do Jardim Botânico e da Fazenda Normal da data do último até o fim de abril de 1873 apresentado à Sr. Ex. o Sr. Conselheiro de Estado Visconde do Bom Retiro, Presidente do Instituto Fluminense de Agricultura pelo Dr. Glasl Diretor de ambos os estabelecimentos.” In: *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa da 2ª Sessão da 15ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas José Fernandes da Costa Pereira Junior*. Rio de Janeiro: Tipografia Comercial, 1873.
22. *Relatório apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas Engenheiro Antonio Francisco de Paula Souza no ano de 1893*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

23. Relação de plantas originais (200 exemplares em papel vegetal) do Projeto de Paisagismo para o Parque do Flamengo, oriundas do Escritório de Burle Marx, digitalizadas pela Fundação Parques e Jardins da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e nas pastas de nºs 12, 307,502 e 196201 do Acervo Técnico;

24. Relação de plantas originais em papel vegetal do Projeto de Paisagismo para a Praia de Copacabana arquivadas no escritório Burle Marx & Companhia.

IV. CONSERVAÇÃO E PROMOÇÃO DO SÍTIO

IV. CONSERVAÇÃO E PROMOÇÃO DO SÍTIO

IV.A. ESTADO DE CONSERVAÇÃO ATUAL

IV.A.1. Setor A - A montanha, a floresta e o jardim

Este setor é representado pelas áreas do Parque Nacional da Tijuca, incluindo o Parque Lage, e pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

- **O Parque Nacional da Tijuca**

O reflorestamento do Maciço da Tijuca, ocorrido ainda no século XIX após a derrubada das matas pela cafeicultura desenvolvida na região, é considerado exemplo de regeneração natural de floresta bem sucedido, dando origem ao Parque Nacional da Tijuca, criado em 06.07.61. Em 1991 foi incluído na parcela do território brasileiro declarada como Reserva da Biosfera, em reconhecimento da importância de seu acervo natural para o equilíbrio do ecossistema mundial.

É o único parque nacional do Brasil situado em área totalmente urbana. A massa florestal existente no parque e áreas adjacentes desempenha importante papel redutor da poluição e de amenizador do clima da cidade, além de ser fundamental para a contenção das encostas do Maciço da Tijuca.

Todas as vias internas do parque são asfaltadas e encontram-se em bom estado de conservação, apoiadas por placas de sinalização interpretativas dos principais equipamentos e pontos de interesse.

As normas de uso e as atividades praticadas no Parque Nacional variam em suas quatro áreas:

- Floresta da Tijuca: por ter contado com a participação dos paisagistas Glaziou e Burle Marx, nessa área existem diversos locais adequados para piquenique, recreação infantil, descanso e contemplação, dispondo dos necessários equipamentos de apoio. As caminhadas são realizadas nas trilhas existentes, a maioria delas datando do século XIX, quando eram utilizadas pelos moradores das antigas fazendas e por membros da elite imperial. Os picos mais procurados por montanhistas são os do Papagaio (989 m), da Tijuca (1.021 m) e do Conde (821 m), dos quais se descortinam amplas vistas da cidade. A área contém os principais recursos naturais do parque, como grutas, quedas d'água, lagos e mirantes, além dos três restaurantes: *Cascatinha*, *A Floresta* e *Esquilos*. É o espaço mais procurado pelos visitantes, portanto o que demanda os maiores investimentos de conservação
- Serra da Carioca: as pistas da serra da Carioca, em bom estado de conservação, permitem que sejam feitos passeios de bicicleta e caminhadas, sendo a Estrada das Paineiras a mais frequentada para estas atividades, principalmente aos domingos e feriados, quando é fechada ao tráfego de veículos, contando com um reforço do policiamento. Ao longo da pista existem diversas quedas d'água muito utilizadas pela população. São muitas as trilhas que cortam a área, permitindo o acesso a recantos do parque e interligando-os a diversos pontos da cidade. É o conjunto que apresenta o circuito mais variado de mirantes, destacando-se além do mirante do Corcovado, o da Vista Chinesa -marcado pela presença de um pavilhão em estilo oriental que homenageia os chineses que ali cultivavam chá - o das Paineiras e o de Dona Marta. Este último dispõe de um heliporto de onde partem voos turísticos. No Corcovado, estão concentrados os principais equipamentos de serviço: estação de trem, lojas, restaurante e lanchonete. Nas Paineiras, uma bela edificação de 1884 serviu como hotel de alto padrão. Atualmente, estão em andamento as providências para sua restauração, integrada à reurbanização da área do estacionamento e do ponto de saída do sistema de transporte para o Corcovado, organizado pela administração do Parque Nacional, em parceria com o IAB-RJ;
- Pedra Bonita- Pedra da Gávea: tendo como principal atividade o voo livre, foram instaladas na área as facilidades para os praticantes desse esporte. Guias especializados acompanham os visitantes em caminhadas e escaladas ao topo das pedras Bonita e Gávea.

O Parque Lage corresponde à antiga propriedade de Henrique Lage, projetada nos anos 1840 pelo inglês John Tyndale, ao gosto dos jardins românticos, cujos traços originais ainda se mantêm. Na residência da família, reconstruída na década de 1920 no estilo eclético, bastante preservada, instalou-se há 34 anos a Escola de Artes Visuais (EAV), administrada pelo governo estadual e que tem formado diversas gerações de artistas plásticos, alguns com nome internacional, atendendo atualmente cerca de 650 alunos. Por conter importante massa vegetal

contínua à do Parque Nacional da Tijuca, em 1976 o Parque Lage, com todas as suas edificações, foi desapropriado pelo governo federal e anexado ao parque, sendo um dos mais visitados da cidade.

- **O Jardim Botânico do Rio de Janeiro**

O Jardim Botânico foi criado como fábrica de pólvora e como Jardim de Aclimação, responsável pelas primeiras pesquisas científicas no país. Aos estudos de adaptação das espécies exóticas, acrescentaram-se experiências com espécies nativas, hoje reconhecidas internacionalmente.

Abrange um vasto território de 137 hectares, situado entre o Maciço da Tijuca e a Lagoa Rodrigo de Freitas, inserido no bairro de mesmo nome. Apenas 53 ha de sua área estão abertos ao público, constituindo o arboreto. A área restante integra-se ao Parque Nacional da Tijuca e é dedicada à preservação e à pesquisa científica. Para atender ao público visitante do arboreto, o Jardim Botânico concentra seus esforços na manutenção e conservação desse importante patrimônio, cujas coleções vivas alcançam a ordem de 8.000 espécies, oriundas de várias partes do mundo. Incluem-se também no arboreto algumas áreas de vegetação específica que estão abertas à visitação, como: bromeliário, orquidário, plantas medicinais, jardim sensorial, insetívoras e cactário.

Para garantir o mais alto grau de conservação do arboreto, a prefeitura do Instituto de Pesquisa conta com a eficiente atuação das coordenações de Conservação da Área Verde e das Coleções Vivas. Em decorrência da dinâmica da instituição, que é conhecida por suas permanentes e inovadoras atividades que atraem grande público, uma das constantes preocupações tem sido o controle da capacidade de carga nas ocasiões de grandes eventos, pois o excesso de público em algumas áreas do arboreto pode trazer impacto negativo para o jardim histórico.

O arboreto conta com adequada e dinâmica infraestrutura para recepção aos visitantes e aos pesquisadores, abrigando atividades de educação ambiental, dirigidas ao público e ao corpo de funcionários, em um processo permanente de tomada de consciência do meio ambiente, adquirindo conhecimentos, valores, habilidades e experiências para a solução de problemas ambientais.

Entre os demais serviços oferecidos pelo Jardim Botânico, inclui-se a produção de mudas do Horto Florestal, principalmente de espécies ameaçadas de extinção e florestas nativas, com ênfase nas oriundas da Mata Atlântica. Suas principais funções são: propagação e representação de espécies vegetais, conservação *in-situ* e *ex-situ* e difusão de novas tecnologias. Trata-se de área vizinha ao arboreto, que produz e atende, segundo as normas nacionais:

- à demanda do público para compra de mudas e orientação técnica para plantio, arborização urbana e recuperação de áreas degradadas, levando em conta sempre que as espécies selecionadas devem ser do ecossistema a ser recuperado;
- à introdução e reposição de espécies no arboreto;
- ao intercâmbio científico com instituições congêneres;
- a doações;
- aos Convênios Institucionais.

IV.A.2. Setor B - A entrada da Baía de Guanabara e as bordas d'água desenhadas

Este setor inclui o Parque do Flamengo, a área de Proteção Paisagística dos Fortes na entrada da Baía de Guanabara, estendendo-se até à Praia de Copacabana e seus pontões rochosos (Morro do Leme, Forte de Copacabana e Ponta do Arpoador).

- **O Parque do Flamengo**

O Parque do Flamengo, assim como o Passeio Público e a orla da praia de Copacabana, integram o conjunto de espaços públicos administrados pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Estendendo-se desde o aeroporto Santos Dumont até o Morro da Viúva, contíguo à nova praia criada simultaneamente com o aterro do qual resultou o parque, constitui-se na mais extensa e completa área de lazer da cidade. Modelados de terreno, em que se destacam grupos arbóreos de diferentes espécies, portes e texturas - com florações que se prolongam por todo o ano - formam espaços adequados às atividades ali desenvolvidas.

Visto como uma harmônica transição entre a cidade e a orla marítima, o Parque do Flamengo permite visualizar a exuberância da paisagem natural representada pelos morros e pela Baía de Guanabara, assim como admirar o rico conjunto arquitetônico do Flamengo, com seus edifícios de diferentes épocas e estilos, em que se destaca a Igreja de Nossa Senhora da Glória. As passarelas criadas sobre as vias expressas, pela qualidade de seu traçado, complementam esta percepção.

O partido urbanístico e paisagístico teve como condicionantes o traçado das pistas expressas e sua relação com a orla. Entre a praia e a via no sentido zona sul- centro, foram concentrados os equipamentos de lazer e culturais, como a pista de pedestres, a ciclovia, as quadras poliesportivas, os playgrounds, o Museu de Arte Moderna e o Monumento aos Soldados Mortos na Segunda Guerra Mundial. Na faixa interna, foram localizados os campos de futebol. Um completo sistema de sinalização informa sobre os equipamentos e serviços existentes, visando a situar o visitante.

A biodiversidade do parque, decorrente da presença de uma significativa avifauna atraída pela permanente floração, é enriquecida com a visita sazonal de outras espécies provenientes de áreas verdes mais distantes. A maior parte das espécies vegetais utilizadas na época de sua formação, foi bem sucedida em sua adaptação, apesar das dificuldades decorrentes das condições do terreno de aterro e dos fortes ventos do litoral, carregados de salinidade.. Adaptações e acréscimos feitos no Parque do Flamengo foram decorrentes de alterações do programa original, como ocorreu na Marina da Glória, onde a Prefeitura abriu oportunidades para atividades náuticas e competições esportivas, além de espaço para exposições de nível internacional.

O Museu de Arte Moderna foi construído anteriormente à implantação do parque e seu paisagismo destaca-se por um tratamento especial, que valoriza a premiada arquitetura de Affonso Eduardo Reidy e garante a perfeita integração do edifício à área verde.

- **Área de Proteção Paisagística dos Fortes na entrada da Baía de Guanabara**

Os morros do Pão de Açúcar e da Urca são considerados, juntamente com o Corcovado, os principais ícones da paisagem carioca. O tombamento pela União em 1973 significou o reconhecimento deste valor cultural e paisagístico.

Seus principais atrativos são: o sistema de ligação aérea dos topos dos morros, com seus mirantes, a pista Cláudio Coutinho (1.250 m), que permite um belo e acessível percurso pela base do Pão de Açúcar e diversas trilhas para escalada dos morros e alpinismo.

Desde 1913 encontram-se em funcionamento os dois trajetos aéreos: Praia Vermelha – Urca e Urca – Pão de Açúcar. Nos anos 60, o sistema foi modernizado e os topos dos morros foram reurbanizados, recebendo novos equipamentos de recreação e lazer, incluindo bares, restaurantes e lojas de *souvenirs*. No Pão de Açúcar, um mirante privilegiado permite uma visão de 360°, com destaque para a entrada da baía.

Nos anos 80 foi implantado pelo Estado do Rio de Janeiro um amplo programa de reflorestamento dos dois morros, que teve continuidade com a participação de grupos comunitários empenhados na criação do Parque Natural Municipal dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca. A cobertura vegetal dos dois morros apresenta significativa biodiversidade, com uma flora bem adaptada, marcada pelos fortes ventos, insolação e alta salinidade. Devido à predominância dos costões rochosos com acentuada declividade proliferam bromélias e orquídeas raras, ameaçadas de extinção.

Na ponta do Morro Cara de Cão foi erguida a Fortaleza São João, no mesmo local em que a cidade do Rio de Janeiro foi fundada em 1565. Além de três fortins, o complexo inclui o Forte São José, o terceiro mais antigo do Brasil, fundado em 1578. A fortaleza é aberta ao público em horários agendados.

O conjunto de morros do lado leste, em que predomina o do Pico, com seu complexo de fortes – Santa Cruz da Barra, São Luiz, Pico, Rio Branco e Imbuí - articulava-se com os do lado oeste no sistema de defesa da cidade. Com mais de 450 anos de história, a Fortaleza de Santa Cruz é obra impecável da arquitetura colonial militar luso brasileira, reconhecida pelo IPHAN com o tombamento ocorrido em 1938. Acha-se aberta à visitação orientada, como os demais fortes..

- **Praias do Leme e Copacabana, pontões rochosos**

O morro do Leme é parte integrante dos contrafortes litorâneos do Maciço da Tijuca. De seu topo, onde se situam as antigas instalações do Forte Duque de Caxias, antigo Forte da Vigia, pode-se apreciar os morros vizinhos, inclusive o Pão de Açúcar de um ângulo inusitado, e visão panorâmica das praias do Leme e Copacabana. Juntamente com a ilha de Cotunduba, forma a Área de Proteção Ambiental Morro do Leme.

Os últimos remanescentes de Mata Atlântica, cercados pela vegetação secundária predominante na área, em estágio de regeneração, constituem significativo ambiente para a fauna local.

Na base do Morro do Leme, localiza-se o CEP – Centro de Estudos do Pessoal do Exército, que administra a área, garantindo seu estado de conservação e organizando programas esportivos e culturais para a comunidade, como caminhadas, principalmente as que levam ao topo do morro. Na base, logo acima do nível do mar, o caminho dos pescadores oferece belo visual da praia, sendo muito utilizado pelos praticantes da pesca de vara.

A praia do Leme integra-se à de Copacabana no tratamento de sua orla. Para uma área que foi conquistada ao mar, Burle Marx assinou o projeto, considerado obra ímpar do paisagismo internacional. Pensado como um painel contínuo, o autor oferece ao pedestre a oportunidade de desfrutar de uma rica diversidade de formas e composições. Utiliza pisos em mosaico de pedra portuguesa, incorporando no desenho elementos do abstracionismo formal presentes em sua obra mais recente, que completa com manchas de grupos arbóreos adequados às condições locais. Próximo à praia, foi mantido o desenho das ondas do mar, presente na primeira calçada da Avenida Atlântica, projetada no início do século XX.

Ao longo dos anos, modificações de ordem urbanística foram introduzidas no projeto, criando estacionamentos, ciclovia contínua, postos de salvamento, quiosques e postos de gasolina. Mas a maior interferência no projeto tem sido a extensão dos restaurantes da orla em direção ao espaço público, interrompendo parcialmente o desenho do calçadão. Situações como esta, têm sido analisadas e contornadas pela Prefeitura e o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, órgãos responsáveis pela administração e pela tutela da área.

O Forte de Copacabana surge em 1914 - após a demolição da pequena ermida que guardava a imagem de Nossa Senhora de Copacabana, ponto de atração de romeiros - para abrigar a guarnição de defesa do litoral carioca. Na década de 1980, com a extinção das Baterias de Artilharia de Costa, inaugura-se o Museu Histórico do Exército.

Na ponta do Arpoador, até o século XVIII era comum a prática de se arpoar baleias vindas dos mares frios do sul. A Praia do Diabo, situada entre as duas pontas, tem sido utilizada para a prática do surfe nos últimos anos. A Pedra do Arpoador cumpre papel de destaque na paisagem carioca, pela qualidade de suas formações rochosas e pela vista que dela se descortina na direção oeste. A Prefeitura, depois de declarar os dois pontões como Área de Proteção Ambiental, tem investido em sua recuperação.

IV.A.3. Setor C - A paisagem urbana na zona de amortecimento

Este setor é delimitado pelos ângulos visuais que partem dos dois principais picos contidos nos elementos do Sítio: o do Corcovado e o do Morro do Pico, em Niterói. Constitui-se em importante elemento de interligação e proteção dos valores excepcionais dos demais setores. Engloba os morros da Babilônia, São João, Catacumba, Cabritos, Saudade, que delimitam os bairros de Copacabana, Botafogo e Lagoa, o Morro da Viúva no Flamengo, o vale do Cosme Velho e Laranjeiras e a encosta sul do Morro de Santa Teresa até encontrar a borda do Parque do Flamengo, no centro da Cidade. A Lagoa Rodrigo de Freitas e o bairro do Jardim Botânico inserem-se no setor como zona de amortecimento tanto para a encosta do Parque Nacional da Tijuca, como para o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, assim como as áreas verdes adjacentes ao Parque do Flamengo (Passeio Público, Praça Paris e Marechal Deodoro, Praça do Russel e jardins do Palácio da República) como reforço à sua proteção. Inclui também o bairro da Urca, como amortecimento para o Pão de Açúcar.

Como zona de amortecimento do Sítio, o setor tem a função de garantir a proteção do valor universal excepcional e da integridade de seus elementos. Nele estão presentes diversas Unidades de Conservação, como as APAs – Áreas de Proteção Ambiental do Cosme Velho e

Laranjeiras, de São José, dos Morros da Babilônia, São João, dos Morros dos Cabritos e da Saudade, conforme pode ser analisado no Mapa das Unidades de Conservação municipais. Alguns parques municipais também estão incluídos: o Parque do Pasmado, o Parque Garota de Ipanema, o Parque Tom Jobim e o Parque da Catacumba. Destaca-se ainda o Parque Estadual da Chacrinha. Entre as APACs, incluem-se as do Jardim Botânico, Humaitá, Botafogo, Bairro Peixoto, Lido, Cosme Velho, Laranjeiras, SantaTeresa e Glória.

O Parque do Flamengo conecta-se, em sua porção norte, com uma sequência de áreas verdes contidas na Zona de Amortecimento, que, amparadas por lei, complementam a proteção legal do parque. Esses espaços públicos – Passeio Público, o Outeiro da Glória e os jardins do Palácio do Catete, que até fins do século XIX eram banhados pelo mar, encontram-se hoje, após os sucessivos aterros, voltados para as pistas que ligam a praia do Flamengo ao Centro. Especialmente, sua conexão com o Parque do Flamengo é feita pela grande massa arbórea existente ao longo das pistas, quebrada apenas pelo intenso tráfego de veículos.

O Passeio Público, que em 2004 foi restaurado pela Prefeitura privilegiando a solução paisagística de Glaziou, mantém seu antigo terraço-mirante isolado pelo gradil que contorna a área verde. Para o Outeiro da Glória, a Praça do Russel faz a conexão espacial. Os jardins do Museu da República, que correspondem aos do antigo palacete do século XIX pertencente à família do barão de Nova Friburgo, mantêm-se abertos à visitação pública.

IV.B. FATORES QUE AFETAM O SÍTIO

IV.B.1. Fatores Urbanos

Desde fins do século XIX, os morros cariocas começaram a ser ocupados por população de baixa renda. Ao longo do século XX, com o agravamento da questão habitacional, acentuou-se a ocupação desordenada e precedida por desmatamento, que, além de interferir na paisagem urbana, trouxe graves consequências ambientais sobre os cursos d'água e contribuiu para a erosão das encostas.

O Maciço da Tijuca e os demais morros contidos na área de amortecimento do Sítio - com destaque para os que delimitam Copacabana, separando-a de Botafogo e Lagoa - foram bastante ocupados nesse período, formando-se assim grande número de favelas na área. A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro vem implantando, desde o início dos anos 1990, o Programa Favela Bairro, que tem como objetivo a integração das favelas ao tecido urbano, dotando-as de novos espaços de convivência, redes de infraestrutura e mobilização comunitária.

As figuras xx e xx indicam as ocupações nas encostas do Maciço da Tijuca, algumas delas estendendo-se até quase o limite do Parque Nacional da Tijuca. Uma das principais atividades da administração do parque é o controle da ocupação ilegal, por meio de rigorosa fiscalização de suas áreas periféricas, e apoio à Prefeitura no trabalho de monitoramento da expansão urbana nestas áreas críticas.

Figuras nº

Como medida de segurança, a administração do Parque Nacional da Tijuca mantém fiscalização permanente em sua zona de amortecimento.

O efeito de borda que o parque sofre é decorrente não apenas das ocupações irregulares, mas também de sua excessiva fragmentação, cujas causas são: a escala, a inserção em área urbana e as vias com alta circulação de veículos que cortam os diversos fragmentos que compõem o parque. A atuação eficiente e permanente da fiscalização nas áreas periféricas tem sido fundamental para evitar invasões ou outras ações indesejáveis no parque.

Poucas ocupações ainda se mantêm no interior da Unidade de Conservação, em geral como situações que se arrastam há muitos anos, com os ocupantes tendo adquirido direitos jurídicos pelo tempo de uso. É intenção da atual administração resolver todas essas questões, mas os processos são morosos, agravados pelas condições sócio-econômicas dos ocupantes, que muitas vezes não dispõem da documentação exigida tornando as soluções mais difíceis. Para a remoção dos residentes, a administração tem recorrido a acordos, em parceria com o município.

Outra situação que ocorre no Parque Nacional da Tijuca é a presença de grande número de antenas, trazendo prejuízos, não só por sua intervenção na paisagem como pela destruição da vegetação. As providências que estão sendo tomadas pela atual administração do parque, além das incluídas no Plano de Manejo, são:

- Recadastramento de todas as empresas responsáveis pelas antenas;
- Discussão com empresas de radio difusão para criação de um Termo de Cooperação que estabelecerá critérios e metodologias para autorização de atividades, prevendo medidas compensatórias e mitigadoras;
- acordo de cooperação com rádios e TVs concessionárias de serviços públicos para manter antenas no Sumaré e retirada do equipamento das que não prestam serviços públicos;
- A implantação de guaritas e fiscalização sistemática;

- cobrança de compensação ambiental, levando em conta a área/altura ocupada, com vistas ao estímulo direto à diminuição de estrutura e condensamento de várias empresas em uma única antena.

IV.B.2. Fatores Ambientais

A cidade do Rio de Janeiro, em função de seu clima, está sujeita a eventos de chuvas fortes, especialmente no verão, que provocam alagamentos em alguns pontos e, por vezes, deslizamentos. A cidade possui um “Sistema de Alerta de Chuvas Intensas e de Deslizamentos em Encostas”, que utiliza informações, em tempo real, de 32 estações pluviométricas automáticas, imagens de radares meteorológicos, detector de raios, dados climáticos de duas estações meteorológicas, imagens de satélite e informações disponíveis na WEB. Os dados são analisados numa estação central computadorizada por geotécnicos e meteorologistas, funcionando 24 horas por dia. Em algumas favelas em área de risco, o desmatamento e o acúmulo de lixo pode provocar deslizamentos. Um sistema de monitoramento e remoção de população é acionado uma vez que o problema é detectado.

Não tem havido desmoronamentos nos afloramentos rochosos da cidade, uma vez que aqueles que estariam sob risco encontram-se protegidos por diferentes sistemas de contenção de encostas.

A Floresta da Tijuca, sobretudo em sua vertente norte, mais seca e com áreas ocupadas por capim colônias, está sujeita a incêndios. Um sistema de monitoramento do Parque Nacional da Tijuca é preparado para acionar equipes de brigadas voluntárias. Outro problema que o parque enfrenta é a caça a animais silvestres, hoje controlada, com ações de fiscalização e atividades de educação ambiental. O abandono de animais domésticos, sobretudo gatos, também exerce pressão sob a floresta, assim como o extrativismo vegetal.

A orla da cidade sofre impacto da poluição da água. O problema é mais grave dentro da Baía de Guanabara, que recebe esgoto de boa parte da região metropolitana. O Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG) possui estratégia a médio prazo para a limpeza da baía. Hoje o despejo de esgoto *in natura* já está sendo reduzido. Nas praias oceânicas, a existência do emissário submarino que leva o esgoto para alto mar garante bons índices de balneabilidade a maior parte do ano. Entretanto, o despejo ilegal de esgoto nas galerias de águas pluviais provoca a ocorrência de línguas negras na areia após episódios de chuvas.

IV.B.3. Fatores Sociais e Administrativos

Os impactos identificados nesse item referem-se aos problemas sociais encontrados na relação entre os usuários do Sítio e as práticas administrativas, muitas vezes prejudicadas pela fragmentação de competências entre as diversas gestões.

O Parque Nacional da Tijuca e o Parque do Flamengo, devido a sua grande extensão, demandam uma fiscalização permanente quanto ao uso adequado e racional de seus equipamentos. Especificamente, no Parque da Tijuca, o uso da área é bem controlado, com algumas pequenas intervenções inadequadas, como a realização de oferendas religiosas com o uso de velas e alimentos deixados ao ar livre, oferecendo risco para a segurança. Tal problema vem sendo combatido pelo programa permanente de conscientização ambiental e criação do “Espaço Sagrado”, especialmente reservado para tais práticas.

No Parque do Flamengo, o uso de churrasqueiras e a presença de vendedores ambulantes prejudicam sua conservação. O Plano Diretor do parque irá definir um regulamento para evitar práticas inadequadas.

Na orla da praia de Copacabana, há o estacionamento irregular das calçadas, danificando as pedras portuguesas e prejudicando a passagem de pedestres, assim como o uso indevido dos espaços públicos por ambulantes, feiras, bares e restaurantes.

O Decreto Municipal nº30.542, de 18 de março de 2009, que cria o Comitê de Qualificação Ambiental da Orla Marítima, já está em plena execução e tem exatamente o objetivo de melhorar a qualidade ambiental e urbanística,, determinar os indicadores de qualidade ambiental, supervisionar o monitoramento e organizar e controlar as atividades econômicas, desportivas, turísticas e de lazer.

Como solução, propõe-se a gestão compartilhada do Sítio com a instalação do Plano de Gestão, em que as diversas instâncias de governo e representantes da sociedade civil reúnam-se em um comitê , com a presença de um conselho consultivo permanente.

IV.C. POLÍTICAS E PROGRAMAS RELACIONADOS À CONSERVAÇÃO E PROMOÇÃO DO SÍTIO

C1. PROJETO EDUCATIVO DA CANDIDATURA DO RIO A PATRIMÔNIO MUNDIAL

O foco do Projeto Educativo ligado à candidatura do Rio é:

- fomentar a participação da comunidade local na candidatura;
- estabelecer parcerias com a rede escolar municipal, estadual e o IPHAN, em prol da promoção da candidatura e conscientização de alunos e professores;
- capacitar professores sobre os temas ligados à candidatura;
- executar a montagem de exposição, no Palácio Gustavo Capanema, e a organização de visitas por grupos escolares.

As parcerias visam a promover as seguintes ações para divulgar o tema do Rio Patrimônio Mundial:

a) IPHAN - DEPAM - SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO RIO DE JANEIRO

- Publicação **Oficinas de Estudos da Preservação – Coletânea II**, a ser distribuída em bibliotecas e universidades públicas e privadas
- Revista palavras cruzadas Família Real no Brasil (reimpressão)
- Revista palavras cruzadas Rio Paisagem Cultural
- Álbum de figurinhas Rio Paisagem Cultural

- Ciclo de palestras Oficinas de Estudos da Preservação, ligado ao tema Patrimônio e voltado para estudantes universitários
- Portas Abertas Fortalezas
- Portas Abertas Igreja;
- Palácio Gustavo Capanema: exposição, venda de produtos culturais, balcão de informações turísticas e culturais, livraria e cafeteria
- Divulgação no Portal IPHAN do link Rio Paisagem Cultural.

b) SECRETARIA DE CULTURA E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- Projeto Núcleos de Cultura nas Escolas - NCE

Propõe fomentar, democratizar, ampliar e qualificar o acesso de alunos e professores da rede pública estadual às áreas mais diversas da expressão cultural. Com a implantação de 40 Núcleos de Cultura em escolas estaduais da rede pública de ensino do Estado do Rio de Janeiro até Dezembro de 2009, e mais 40 em 2010, visa a criar polos de conexão promotores de iniciativas locais de manifestações artísticas e culturais, cidadania, protagonismo juvenil, empreendedorismo, valorização e resgate das culturas locais.

A grade de atividades prevê cursos, oficinas, projetos, dentro e fora da escola, além da formação de redes cooperativas de produção, experimentação e aprendizagem, com o

propósito de consolidar a identidade das escolas como polos de cultura e cidadania para as comunidades em que se inserem. Serão desenvolvidas dentro dessas atividades ações direcionadas para a candidatura do Rio Paisagem Cultural.

- Portal conexão professor- será alimentado com conteúdos para os professores da rede e poderá ser um espaço para divulgações de eventos e ações relacionadas ao tema Rio Paisagem Cultural.
- Projeto Jovem Turista - o objetivo é atender a rede estadual de ensino que hoje conta com 1.380.000 alunos. Pesquisa feita para formatar o projeto revelou que grande parte dos alunos pesquisados almejava conhecer a Cidade do Rio de Janeiro. Dois portais na Internet são disponibilizados com conteúdo, um para os professores e outro para alunos, e uma rede de relacionamento nos laboratórios de informática, com aproximadamente 500 blogs existentes nas escolas. A fase inicial do Projeto Jovens Turistas atenderá 8 alunos de Japeri e 8 alunos da Cidade do Rio de Janeiro.

c) SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO E FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

Projeto Autonomia - consiste em um programa de educação com metodologia direcionada para escolarizar alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio que estão em distorção idade/série. Atualmente estão inscritos aproximadamente 18.000 alunos, mas o número estimado para ser atendido até o final do ano que vem é de 70.000 alunos. O Rio como Patrimônio Mundial será tema de um projeto complementar – transdisciplinar, dentro do Autonomia. Será elaborado um Caderno do Professor que se constituirá num instrumento pedagógico com ferramentas teóricas, conceituais e metodológicas. Esse trabalho pretende despertar a curiosidade dos alunos para que busquem conhecer mais a história do Rio de Janeiro, a importância de se preservar e conservar o patrimônio da cidade e, sobretudo, o reconhecimento dessa paisagem cultural como mundial.

d) PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Espaços para a divulgação da candidatura: portal da Prefeitura e rede virtual da Secretaria Municipal de Educação – Intranet

Ações pedagógicas:

- Produzir material em consonância com os projetos e as propostas pedagógicas já em andamento na secretaria
- Criar oportunidade para apresentação e discussão do tema em diferentes segmentos, com vistas à difusão e apropriação do mesmo na comunidade escolar: coordenadorias

regionais, gestores, professores, conselhos representativos (diretores, professores, alunos, funcionários e responsáveis)

e) CANAL MultiRio

No Portal MultiRio: publicação de jogo sobre o tema. Uma equipe técnica da MultiRio, junto a uma equipe do IPHAN desenvolverá um jogo, que ficará no portal para ser acessado pelos visitantes. Os professores da rede municipal são o público alvo prioritário e o objetivo é que possam jogar com seus alunos em sala de aula

Na TV: divulgação do vídeo produzido a partir de texto do Dr. Ivo Pitanguy exaltando as qualidades da cidade e lançamento de campanha voltada para a sociedade e a escola sobre o Rio Paisagem Cultural, veiculada inclusive pela BandRio, em horários conveniados com a Prefeitura

Nas escolas: realizar concurso de frases sobre o Rio entre os alunos da rede municipal. As frases vencedoras serão utilizadas em peças de campanhas produzidas pela MultiRio e veiculadas na TV e no portal, com a identificação dos alunos e suas escolas. Contamos com a parceria da Secretaria Municipal de Educação para essa ação.

f) COMITÊ EXECUTIVO DA CANDIDATURA DO RIO PAISAGEM CULTURAL

No sentido de potencializar um conteúdo básico e estender para a rede privada e para o público em geral, propõe-se a criação de uma exposição a ser implantada no mezanino do Palácio Gustavo Capanema, bem cultural tombado e atual sede do escritório técnico do projeto da candidatura do Rio de Janeiro . Para apoiar a visita à exposição estão previstas a contratação de monitores para auxiliar os professores e público em geral e a realização de oficinas. Além disso, sugere-se a distribuição de material didático para professores, estudantes e público em geral durante a visita à exposição.

C2. O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - Lançado em 28 de janeiro de 2007, é um programa do Governo Federal brasileiro que engloba um conjunto de políticas econômicas, planejadas para os próximos quatro anos, e que tem como objetivo acelerar o crescimento econômico do Brasil, prevendo investimentos totais de 503 bilhões de reais até 2010. O PAC compõe-se de cinco blocos, sendo o principal o que engloba as medidas de infraestrutura social, habitação, saneamento e transportes de massa. Na cidade do Rio de Janeiro, diversos projetos para habitação de baixa renda, incluindo favelas, estão em andamento em parceria com o Governo do Estado e Prefeitura do Rio, sendo que algumas delas encontram-se na área de amortecimento do Sítio proposto.

C.3. PROGRAMA DE DESPOLUIÇÃO DA BAÍA DE GUANABARA (PDBG) - Conjunto de obras de saneamento básico realizadas nos últimos 20 anos no Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de reduzir a poluição da baía. Além de obras de saneamento, o programa atua em outras vertentes: racionalização do abastecimento de água, melhoria na coleta de lixo, controle de inundações, mapeamento digital da região e diversos projetos ambientais. No orçamento original de 1994, os recursos disponíveis eram de US\$ 793 milhões, dos quais US\$ 350 milhões financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), US\$ 237 milhões pela agência japonesa Japan Bank for International Cooperation (JBIC) e US\$ 206 milhões provenientes do governo estadual. O contrato de financiamento entre o governo estadual e o BID foi assinado em 9 de março de 1994, com vigência de cinco anos. No entanto, em face da complexidade do programa, cujos investimentos envolvem projetos independentes de órgãos estaduais e municipais, o prazo foi ampliado.. A Estação de Tratamento de Esgotos Alegria, inaugurada em janeiro de 2009, foi um importante passo na recuperação da qualidade das águas lançadas na baía.

V. NÍVEL DE PROTEÇÃO E GESTÃO

V.1. PROTEÇÃO

Medidas de proteção da paisagem cultural do Rio de Janeiro são adotadas desde o século XIX, quando inicia-se a desapropriação de terras que continham os cursos d'água utilizados para o abastecimento da cidade e seus mananciais (Lei No. 1.114 de 27 de setembro de 1860) e a criação das Florestas da Tijuca e Paineiras (Decisão No. 577, Portaria de 11 de dezembro de 1861) da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Em continuidade às ações de proteção, em 1866 foi efetuada a desapropriação dos sítios das áreas situadas nas Florestas da Tijuca e Paineiras.

A política nacional de proteção e preservação dos bens patrimoniais brasileiros é assegurada pela Constituição da República Federativa do Brasil em dois capítulos: no da Cultura e no do Meio Ambiente. O da Cultura estabelece que “constituem o patrimônio cultural brasileiro, os bens, de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. O do Meio Ambiente trata da conservação da natureza sob o ponto de vista biológico, assumindo a responsabilidade legal e administrativa pela preservação e restauração de processos ecológicos essenciais, pela biodiversidade e pela integridade do patrimônio genético, bem como pelas unidades de conservação.

Assim sendo, a preservação da pluralidade cultural brasileira e da diversidade biológica complementam-se, principalmente numa cidade como o Rio de Janeiro, onde a apropriação pelo homem de um ambiente natural rico e diversificado, com suas formações geológicas e geomorfológicas típicas, resultou numa paisagem cultural excepcional.

V.1.1. Proteção Legal

A cidade do Rio de Janeiro destaca-se no cenário nacional por possuir um dos maiores elencos de áreas protegidas do país, em termos culturais e ambientais, tal a importância e o significado de nossa paisagem cultural. E certamente o Sítio concentra seus elementos mais representativos, destacando-se os protegidos por órgãos de patrimônio ou de meio ambiente,...

- **Tombamentos e Portarias Federais de proteção cultural**

O movimento em prol da cultura nacional que apoiou o Ministro Gustavo Capanema do Ministério da Educação e Saúde ao longo dos anos 1930 resultou na criação do SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em janeiro de 1937. No mesmo ano, o Decreto-Lei 25 instituiu o ato do tombamento como medida de proteção ao patrimônio cultural.

Fundamentado nos conceitos preservacionistas internacionais da época, escrito pela vanguarda intelectual, o Decreto-Lei 25 manteve-se ao longo desses 70 anos, como um documento íntegro, consistente e atual, completo no que diz respeito aos diversos aspectos do patrimônio cultural brasileiro. Continua sendo o documento máximo em que o órgão federal de tutela do patrimônio cultural se apóia (atual IPHAN), servindo de modelo a outras instituições. No Rio de Janeiro, o órgão estadual foi criado em 1965 e o municipal em 1984.

O MAPA P01 indica os tombamentos federais referentes aos elementos do Sítio:

- Parque Nacional da Tijuca, conforme processo 76-T-65, inscrito no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 27.04.1967;
- Jardim Botânico do Rio de Janeiro, conforme processo 101-T-38, inscrito no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 30.06.1938;
- Conjunto Paisagístico do Parque Lage, conforme processo 537-T-57, inscrito no Livro Histórico em 14.06.1957;
- Parque do Flamengo, conforme processo 748-T-64, inscrito no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 28.07.1965;
- Morro Cara de Cão, da Babilônia, da Urca, Pão de Açúcar, Dois Irmãos, Pedra da Gávea, conforme processo 869-T-73, inscritos no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 08.08.1973;
- Fortaleza de São João, conforme processos 101-T-38 e 155-T-38, inscrito nos Livros Histórico e de Belas Artes em 24.05.1938;

- Fortaleza de Santa Cruz, conforme processo 207-T-39, inscrito nos Livros Histórico e de Belas Artes em 04.10.1939.

O IPHAN, considerando a importância de se garantir a visibilidade do patrimônio e atendendo ao que já estava estabelecido no Artigo 18 do Decreto-Lei 25, tem definido algumas das áreas de entorno de bens tombados através de portarias específicas, que objetivam sua proteção. Algumas portarias federais incluem elementos do Sítio e seu entorno: Portaria 08/80; Portaria 02/86; Portaria 104/00.

Na Zona de Amortecimento, existe um grande número de bens tombados. Relacionamos apenas os de porte significativo, coerente com a escala em estudo:

- Palácio Laranjeiras
- Parque Guinle
- Palácio do Catete
- Palácio Guanabara
- Passeio Público.

O MAPA P02 indica os tombamentos estaduais referentes aos elementos do Sítio:

- Forte de Copacabana e pontas de Copacabana e do Arpoador, de acordo com a Resolução SEC 47 de 06.09.1990;
- Conjunto urbano paisagístico nas praias do Leme, Copacabana, Ipanema e Leblon, conforme tombamento de 25.01.1991;
- Morro Dois Irmãos, conforme Decreto Estadual E 5456 de 26.05.1972.

Na Zona de Amortecimento, também existe um grande número de bens estaduais tombados. Como no levantamento anterior, relacionamos apenas os de porte significativo:

- Parque Estadual da Chacrinha
- Parque da Gávea
- Copacabana Palace
- Praça Senador Salgado Filho
- Estação de Passageiros do Aeroporto Santos Dumont
- Conjunto Arquitetônico do Largo e Beco do Boticário

O MAPA P03 indica os tombamentos estaduais referentes aos elementos do Sítio:

- Espelho d'água da Enseada de Botafogo, conforme Decreto 7.444 de 01.03.1988;
- Forte Duque de Caxias (Leme), conforme Decreto 6.933 de 08.09.1987;
- Pedra do Arpoador, conforme Lei 1.433 de 03.09.1989.

Assim como nos levantamentos anteriores, na Zona de Amortecimento também existe grande número de bens municipais tombados, destacando-se:

- Espelho d'água da Lagoa Rodrigo de Freitas
- Praça Paris e Praça Marechal Deodoro
- Conjunto Arquitetônico da Cinelândia

Além do tombamento, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro tem adotado um outro instrumento de preservação paisagística e cultural, com a instituição das APACs – Áreas de Proteção do Ambiente Cultural, que englobam edificações representativas de fases da formação do bairro, sendo responsáveis por sua memória e identidade. À Figura xx3 foram acrescentadas as APACs definidas pela Subsecretaria de Cultura incluídas na Zona de Amortecimento, com sua delimitação: Entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas / Jardim Botânico / Humaitá / Botafogo / Bairro Peixoto / Lido / Cosme Velho / Laranjeiras / SantaTereza / Glória.

Os mapas relacionados acima foram produzidos a partir de informações coletadas junto aos órgãos de patrimônio nas três instâncias: IPHAN, INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural e SubPC – Sub Secretaria do Patrimônio Cultural.

• **Unidades de Conservação Ambiental**

O SNUC – Sistema Nacional das Unidades de Conservação da Natureza foi criado pela Lei 9.985/2000 com base nas diretrizes da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981). Estabeleceu critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação brasileiras, cujos principais objetivos são a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional.

Entende-se como Unidade de Conservação “o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”. A lei estabelece categorias diferenciadas para as unidades de proteção integral e de uso sustentável.

O MAPA P04 indica o Parque Nacional da Tijuca, com sua respectiva área de amortecimento, como unidade de conservação federal, criado pelo Decreto Federal nº 50.923 de 06.07.1961, revisto pelo Decreto nº 60.183 de 08.02.1967, em sua denominação e limites .

A área de amortecimento do Sítio inclui o Parque Estadual da Chacrinha, unidade de conservação estadual.

O MAPA P05 indica as unidades de conservação municipais que correspondem integral ou parcialmente aos elementos do Sítio:

- Parque do Flamengo Brigadeiro Eduardo Gomes
- Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca
- Parque Natural Municipal do Penhasco Dois Irmãos
- APA da Orla Marítima
- APA dos Morros do Leme e Urubu
- APA das Pontas de Copacabana e Arpoador.

A Zona de Amortecimento inclui diversas unidades de conservação municipais, assim como parques administrados pela Prefeitura:

- APARU do Alto da Boa Vista
- Parque Natural Municipal da Cidade
- Parque Natural Municipal da Fonte da Saudade
- Parque Natural Municipal da Catacumba
- Parque Natural Municipal José Guilherme Merchior
- APA de São José
- APA do Morro da Saudade
- APA dos Morros da Babilônia e São João
- APA do Morro da Viúva
- APA do Morro dos Cabritos
- APA de Sacopã
- Passeio Público
- Parque Eduardo Guinle
- Parque Garota de Ipanema
- Parque Yitzhak Rabin
- Parque Tom Jobim

Os mapas relacionados acima foram produzidos a partir de material fornecido pelo Parque Nacional da Tijuca e pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

O Mapa P06 corresponde à superposição das áreas de proteção nos elementos do Sítio, evidenciando que cerca de 85 % dessa área está protegida por algum instrumento legal.

MAPA P06 – MOSAICO DE ÁREAS PROTEGIDAS

Preservação da paisagem pela legislação urbanística

Às proteções baseadas nas legislações de patrimônio e de meio ambiente soma-se a legislação urbanística que no Rio tem tido um caráter bastante preservacionista, fundamental para a conservação da Zona de Amortecimento.

Ao longo do século XX, quando se iniciou a verticalização das edificações urbanas, um dos principais instrumentos urbanísticos controladores do processo era o gabarito de até 12 pavimentos, fixado de acordo com as características de cada bairro, ou sub-bairro. Somente em 1967 o gabarito da cidade foi liberado, viabilizando a construção de prédios isolados de maior altura, respeitando-se o volume construído de um edifício que se situasse no mesmo terreno.

A mudança na legislação urbanística foi responsável pela grande diferença que se verifica hoje na paisagem urbana de bairros vizinhos: Copacabana, com seu “paredão” de 12 pavimentos na Avenida Atlântica, interrompido por algumas construções recentes; Ipanema e Leblon, com um perfis construídos bastante diversificados.

Diante do compromisso técnico que se estabeleceu do respeito à paisagem, com a manutenção de uma equilibrada relação cidade-natureza, a legislação urbanística tem procurado corrigir equívocos verificados nos últimos anos como a liberação de gabaritos em algumas áreas..

Figura nº - Fotos recentes de Copacabana e Ipanema respectivamente, destacando-se edifícios altos em Copacabana que interferem no equilíbrio do conjunto e a diversidade das edificações de Ipanema

Nos anos 70 surgiram os primeiros instrumentos urbanísticos com preocupação de controle da ocupação das encostas, com foco na proteção das florestas. O Decreto E 3800 de 1970 definiu as Zonas Especiais, ratificadas posteriormente pelo Decreto 322 de 1976, onde a ZE1 correspondia à zona de floresta e a ZE10 às áreas ocupadas por favelas. Estabelecia-se pela primeira vez na legislação urbanística da cidade, um limite para a ocupação das encostas, ficando definida a cota 60 (60 metros acima do nível do mar) para o Pão de Açúcar, Urca e Telégrafo e a cota 100 para os demais morros da cidade. A percepção da paisagem urbana que temos hoje, confirma a importância dessa restrição, que em parte é responsável pela manutenção da cobertura vegetal de nosso morros.

- **V.1.2. Implementação da proteção**

Os dois principais documentos da política urbana são a Lei Orgânica do Município (de 05.04.1990) e o Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro (Lei Complementar nº 16 de 04.06.1992). Ambos já haviam incorporado todas as diretrizes federais relativas a proteção e preservação cultural e ambiental, assim como os tombamentos e unidades de conservação até então definidos.

Atualmente o Plano Diretor encontra-se em processo de revisão com incorporação de aditivos técnicos elaborados pelas secretarias da Prefeitura, para posterior aprovação pela Câmara de Vereadores. Destacam-se as seguintes emendas propostas, com inserção do conceito de paisagem:

- entre os princípios da política urbana: "valorização e proteção do meio ambiente, da paisagem e do patrimônio natural e cultural no processo de desenvolvimento da Cidade";
- como direito do cidadão:
 - "proporcionar ao cidadão o direito de usufruir a paisagem"
 - "assegurar a harmonização entre os diversos elementos que compõem a paisagem"
 - "propor e executar ações de conservação, monitoramento e manutenção dos traços significativos ou característicos da paisagem"
 - "estabelecer procedimentos para a participação da sociedade e de representantes de entidades, instituições e órgãos públicos das diferentes instâncias de governo interessados na definição e implementação das políticas de proteção da paisagem"
 - "inserir a preservação da paisagem no ordenamento do território e nas políticas setoriais que possam lhe causar impactos diretos ou indiretos"
 - "promover a qualidade ambiental do espaço público"
 - "estabelecer processos de negociação para mediar os diferentes interesses e valores dos grupos sociais que vivenciam e interagem na configuração da paisagem"
 - "conscientizar a população do valor da paisagem como fator de melhoria da qualidade de vida, por meio de programas de educação ambiental e cultural".
- na implementação da política urbana no Município:
 - "Entende-se por paisagem, a interação entre o ambiente natural e a cultura, expressa na configuração espacial resultante da relação entre elementos naturais, sociais e culturais, e nas marcas das ações, manifestações e formas de expressão humanas"
 - "A paisagem da Cidade do Rio de Janeiro representa o mais valioso ativo econômico da cidade, responsável pela sua consagração como um ícone mundial e por sua inserção na economia turística do país, gerando emprego e renda"

- “Integram o patrimônio paisagístico da Cidade do Rio de Janeiro tanto as paisagens com atributos excepcionais, como as paisagens decorrentes das manifestações e expressões populares”
- “O acesso visual à paisagem da Cidade do Rio de Janeiro é direito inalienável desta e das futuras gerações”.

E ainda, para se garantir que a proteção legal seja realmente efetiva, estão sendo incorporadas ao Plano Diretor todas as áreas protegidas no período posterior à sua elaboração, seja pelo tombamento ou como unidade de conservação.

V.2. GESTÃO

V.2.1. Propriedade

Todas as áreas incluídas no sítio Rio Paisagem Cultural são de propriedade da República Federativa do Brasil:

- o Parque Nacional da Tijuca, inclusive o Parque Lage, com base no regime de desapropriação das terras;
- o Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro, por ter sido adquirido pelo governo imperial (1808) para instalação de uma fábrica de pólvora e como jardim de aclimação;
- as áreas que constituem a borda d’água, por serem terrenos de marinha ou acrescidos de marinha¹⁴. Nessa área estão incluídos o Parque do Flamengo com a Marina da Glória, a enseada de Botafogo estendendo-se até ao conjunto dos morros Cara de Cão, Pão de Açúcar e da Urca, do lado oeste da entrada da baía de Guanabara, e contornando-os, até a Praia Vermelha, morro do Leme e praia de Copacabana, com suas pontas até a Pedra do Arpoador. Do lado leste da entrada da baía de Guanabara, partes dos morros do Pico, Ourives e Morcego.

V.2.2. Estatuto Jurídico ou Situação Legal

¹⁴ Terreno de marinha é uma faixa em toda a costa brasileira de 33 metros contados para o lado da terra a partir de onde chega a maré alta (a média das marés altas), mas tendo como referência as marés de 1831, época em que foi criado o conceito de terrenos de marinha. Acrescido de marinha é o terreno formado, natural ou artificialmente, para o lado do mar ou dos rios e lagoas, em seguimento aos terrenos de marinha.

O domínio útil de grande parte dos elementos propostos está sob responsabilidade de órgãos da administração direta e indireta do serviço público federal e concessão de uso.

O Parque Nacional da Tijuca foi criado pelo Decreto Federal nº 50.923 de 06.07.61, sob o nome de Parque Nacional do Rio de Janeiro, tendo recebido a atual denominação em 08.02.67, pelo Decreto Federal 60.183. É administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), do Ministério do Meio Ambiente.

Atendendo às diretrizes da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o PARNA conta com uma gestão participativa, que garante a aproximação da UC com a sociedade, através de seu Conselho Consultivo, com suas duas Câmaras Técnicas, de Turismo e de Proteção. O Conselho Consultivo é paritário em suas vinte e seis representações - metade governo e metade sociedade civil- sendo presidido pelo Chefe do Parque Nacional da Tijuca, que representa o ICMBio no Conselho.

Encontra-se já firmado Termo de Acordo e Compromisso para a gestão compartilhada do PARNA pelas três esferas do governo, com a criação de um Conselho Gestor.

A operação da Estrada de Ferro Corcovado é realizada por concessão feita diretamente pelo Serviço de Patrimônio da União - SPU .

No Parque Lage, o principal equipamento é o antigo solar da família Lage, atualmente utilizado pela Escola de Artes Visuais (EAV). Em 23.06.2009 (**documento** D.O. RIO Nº 64 de 23.06.2009 p.39) foi assinado o Termo de Cessão de Uso, em que o ICMBio transferiu ao governo estadual a administração do local, pondo fim a uma questão jurídica que se arrastava há anos. A medida consagra a parceria entre a cultura e o meio ambiente, visando à sua sustentabilidade.

O atual Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro foi criado como autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente pela Lei nº 10.316 de 06.12.2001 (documento D.O.U nº 233 de 07.12.2001), que definiu sua natureza jurídica, finalidades, competência e constituição administrativa.

As áreas da borda d'água são administradas, em sua maioria, pela Prefeitura Municipal. A proposta atual é a criação de um Grupo de Trabalho que reúna essencialmente as administrações do Parque do Flamengo e os órgãos que atuam na praia da Urca e calçadão de Copacabana, com vistas à criação de uma infraestrutura técnica e administrativa de forma a garantir maior eficiência em todas as ações de conservação e restauração.

A operação do Caminho Aéreo do Pão de Açúcar é realizada por concessão feita pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, assim como a Marina da Glória, o Restaurante Rio's no Parque do Flamengo e os quiosques situados ao longo dos parques e das praias. O Museu de Arte Moderna e o Museu Carmem Miranda têm concessões de domínio útil.

As fortalezas da entrada da baía são administradas pela 1ª Divisão do Exército. Do lado oeste, a fortaleza de São João, erguida no mesmo local em que a cidade foi fundada em 1665, inclui o Forte São José,.. Do lado leste, a Fortaleza de Santa Cruz da Barra está articulada aos outros fortes de seu complexo: Forte do Pico, Imbuí e São Luiz, que tiveram importante atuação na defesa da entrada da baía.

V.2.3. Planos existentes

O Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca, elaborado pelo ICMBio com apoio do IBAMA, foi concluído em 2008. Destacando a importância de sua inserção na Reserva da Biosfera e outros Atos Declaratórios Internacionais o planejamento foi definido a partir do zoneamento de uso.

O Plano Diretor do Instituto de Pesquisa Jardim Botânico, elaborado logo após sua criação em 2001, tem norteado todas as ações desenvolvidas. Recentemente sofreu processo de reajuste para adequação a novas propostas técnicas. O Jardim Botânico busca implantar um modelo de gestão estratégica , desenvolvido em parceria com a empresa de consultoria Intelligere

O Parque do Flamengo foi projetado nos anos 1960 por equipe ligada ao então Governo do Estado da Guanabara, coordenada pelo arquiteto Affonso Eduardo Reidy e por Maria Carlota de Macedo Soares, na qual teve participação essencial o paisagista Roberto Burle Marx. Sua proposta era facilitar os acessos viários entre o centro e a zona sul, muito congestionados na época, e ao mesmo tempo criar uma grande área de lazer para a população da cidade. Entre os diversos equipamentos integrantes do parque, o programa previa a instalação de uma marina pública.

O projeto da Marina da Glória, desenvolvido pela Prefeitura no final dos anos 1970, resultou incompleto e não adequado às demandas atuais. Encontra-se em negociação entre os órgãos públicos relacionados à área, entre eles o IPHAN, responsável por seu tombamento, concessionárias e empresas , numa parceria público- privada, um novo projeto para a área da Marina da Glória.

V.2.4. Plano de Gestão do Sítio

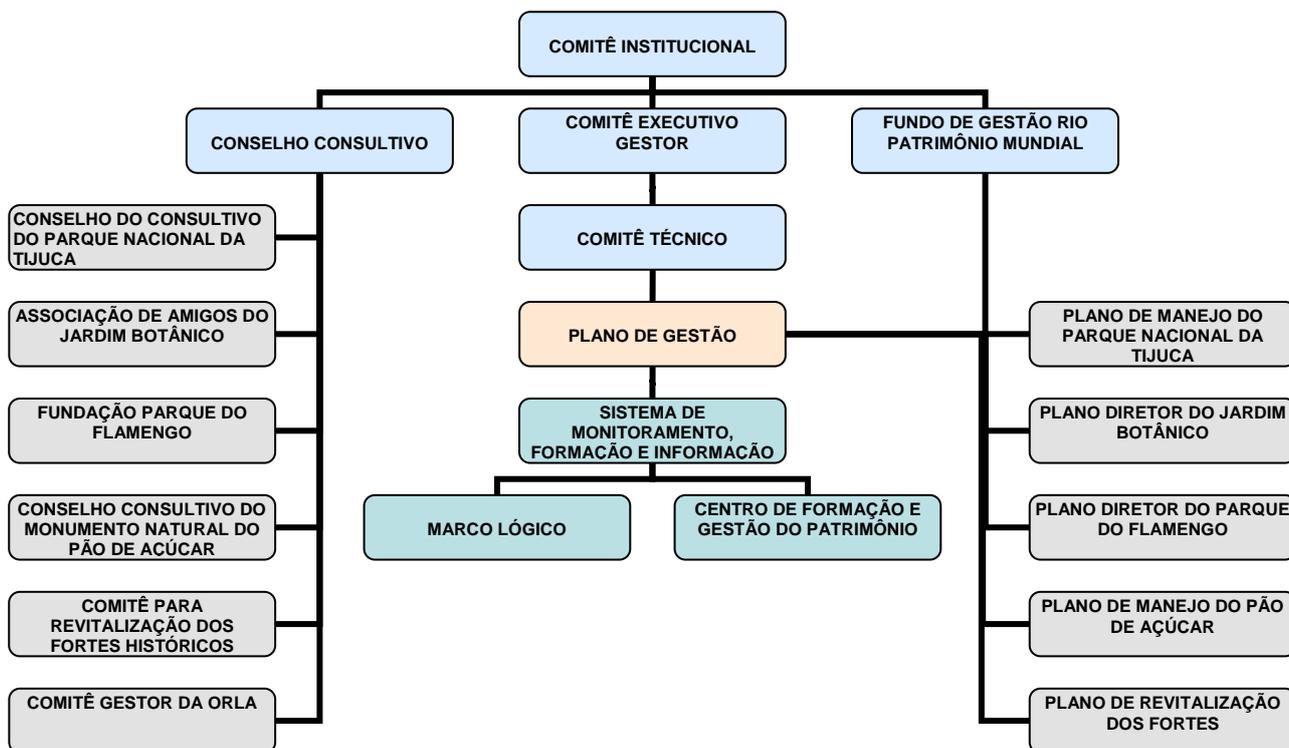
Um plano de gestão compartilhada para o Sítio deve se basear em estratégias de sustentabilidade cultural e ambiental da paisagem, promovendo:

- a sensibilização da sociedade para importância da conservação do patrimônio como memória da cultura e da identidade carioca,
- o aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento e gestão dos elementos do Sítio,
- a aplicação desses instrumentos na gestão integrada do Sítio, envolvendo as três esferas governamentais , os parceiros privados e a sociedade.

As medidas da gestão compartilhada devem se estruturar em quatro dimensões: institucional, normativa, técnico-operacional e econômico-financeira. Deverá ser definida a unidade territorial que incluirá os elementos propostos e estabelecida a estrutura de gestão compartilhada, como organismo de apoio às tarefas da Comissão Gestora, constituída pelo Conselho Consultivo e Comitê Técnico.

Nas dimensões normativa e técnica-operacional, a gestão compartilhada deverá instituir as novas normas para a proteção e gestão do Sítio, compatibilizando-as com a legislação existente.. Na dimensão econômica-financeira, deverá ser criado o Fundo de Conservação do Sítio Rio Patrimônio Mundial.

Atualmente em discussão pelo Comitê Institucional e Técnico da Candidatura do Rio a Patrimônio Mundial e previsto para ser contratado até janeiro de 2010, o futuro Plano de Gestão insere-se no seguinte organograma:



V.2.5. Fontes de Financiamento

Os dois elementos do Sítio vinculados ao Ministério do Meio Ambiente – Parque Nacional da Tijuca e Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro - estruturam seu orçamento com verbas do governo federal, com recursos de instituições de pesquisa internacionais que os apóiam e arrecadações próprias (concessões, entradas, serviços prestados).

Fontes orçamentárias municipais além de recursos oriundos da concessão de uso têm garantido a manutenção das áreas sob gestão da Prefeitura do Rio: a orla de Copacabana, o Parque do Flamengo, o Monumento Natural do Pão de Açúcar e o serviço do Bondinho, e o Parque Garota de Ipanema no Arpoador.

A área de interesse paisagístico dos Fortes da Entrada da Baía de Guanabara, do Forte Duque de Caxias e de Copacabana, é mantida com recursos do Ministério da Defesa do Brasil, repassados ao Exército Brasileiro e também com arrecadações privadas oriundas de ingressos e locações para eventos..

V.2.6. TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

CENTRO DE FORMAÇÃO E GESTÃO EM PATRIMÔNIO

Parceria IPHAN e UNESCO em prol da criação, a partir de setembro de 2009, do Centro de Formação e Gestão em Patrimônio, que será baseado no Palácio Gustavo Capanema, sede do IPHAN no Rio de Janeiro. As ações previstas são:

- 16 a 29 de setembro de 2009 – 1º Curso do centro de Formação e Gestão em Patrimônio, no Auditório Muniz Aragão, 7º andar, do Palácio Gustavo Capanema
- . 28 de setembro a 1º de outubro de 2009 – 1º Seminário do Centro de Formação e Gestão do Patrimônio, no Salão Portinari, do Palácio Gustavo Capanema
- . 02 a 04 de dezembro de 2009 – Encontro Unesco “Paisagens Culturais Urbanas”, no Salão Portinari, do Palácio Gustavo Capanema

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO JARDIM BOTÂNICO

O Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro possui um quadro técnico com alta qualificação profissional.. Além disso, vem investindo na qualificação de seus pesquisadores através de cursos de mestrado e doutorado no Brasil e no exterior, em diferentes áreas do conhecimento. Em 2002, com a realização de concurso público para o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro foi possível a ampliação de seu quadro de pesquisadores qualificados e das linhas de pesquisa.

Seu programa de educação ambiental engloba também os funcionários menos qualificados, preparando-os para as atividades desempenhadas e para o atendimento ao público.

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO DA ESCOLA NACIONAL DE BOTÂNICA

O Programa de Pós Graduação da -ENBT, com curso de mestrado e doutorado, integra a filosofia de atuação do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ), reforçando seu caráter difusor do estudo da botânica e do meio ambiente.. A instituição, também possui programas de educação ambiental e extensão, apoio à implantação e gerenciamento de coleções e de novos jardins botânicos. Seu corpo docente é composto por doutores dedicados à pesquisa, ao ensino de pós-graduação e a orientação de jovens cientistas. Destaca-se no cenário nacional e internacional pela produção científica.. Atualmente, o corpo técnico integra o plano de carreira de Ciência e Tecnologia.

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO

O Núcleo de Educação Ambiental – NEA – tem por objetivo promover um processo permanente de apoio à formação da consciência ambiental, difundindo conhecimentos, valores, habilidades e experiências. Criado em julho de 1992 com a missão de desenvolver projetos e atividades que estimulem a mudança de comportamento e atitudes frente às questões ambientais, suas

atividades utilizam os elementos do arboreto, enfatizando a conservação e a promoção da melhoria da qualidade de vida.. Espaços como o Jardim Sensorial e o de Plantas Medicinais contribuem para a difusão do conhecimento, o uso sustentável das plantas, sua aplicação científica e seu papel social.

PROGRAMAS EDUCATIVOS DO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA

- Projeto Integração Escola Parque (Educadores Ambientais) : Administração de educadores ambientais, visando ampliar a interlocução do parque com as comunidades de entorno, através de visitas monitoradas e recreação infantil.
- Projeto Integração Escola Parque (Parte Integrante do Projeto Cristo Redentor): Administração de uma coordenadora e 05 professores que atuam nas onze escolas municipais do entorno da Floresta da Tijuca juntamente com o CEAMP (Centro de Educação Ambiental do Parque). O trabalho é de sensibilização das questões de valorização e preservação do Patrimônio Histórico Cultural e Ambiental do parque no sentido de utilizá-lo como recurso pedagógico, incluindo realização de oficinas com atividades lúdicas e visita orientada..

V.2.7. INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - VISITAÇÃO

Neste Sítio, a infraestrutura e a visitação turística fortalecem usos conscientes de espaços verdes, da orla do mar e da apreciação da paisagem como importantes fatores de educação ambiental e social, além de entretenimento.

A Floresta da Tijuca, permeada de fontes, cachoeiras e caminhos criados pelo paisagismo de espírito romântico, oferece recantos e atrativos históricos, visitados por turistas, famílias, estudantes e moradores.. De acordo com dados do Ministério do Meio Ambiente, no âmbito nacional, o Parque Nacional da Tijuca é o que recebe mais visitas de turistas em todo o país, cerca de 1,2 milhão por ano. Essa atividade garante renda a cerca de 30% dos moradores das comunidades do seu entorno, segundo dados do relatório de atividades 2000-2008 da empresa de turismo do município do Rio de Janeiro (RIOTUR).

As paisagens integrantes do Sítio na entrada da Baía de Guanabara têm atualmente as fortificações como importantes pontos de vista do mar e da cidade. O conjunto das fortificações reflete diversas fases da história da cidade, que são apresentadas em visitas guiadas oferecidas ao público.

Dois dos principais pontos turísticos da cidade – o Pão de Açúcar e o Corcovado – são marcos significativos que confirmam o deslumbramento provocado pela paisagem. No ano de 2006, o número de visitantes ao Corcovado, via trenzinho, foi de 434.047. O bondinho do Pão de Açúcar

oferece um panorama amplo da baía e chega a receber em média 35.000 pessoas por mês, conforme informação da empresa Caminho Aéreo Pão de Açúcar.

O Jardim Botânico incentiva a realização de importantes estudos da flora tropical. Seguindo sua vocação para o desenvolvimento científico e para o aprimoramento da qualidade de vida, são oferecidas bolsas de estudos para estudantes em diversos níveis de formação. A visitação ao Jardim Botânico inclui o contato com as coleções vivas, distribuídas no parque e reunidas em espaços próprios como: bromeliário, orquidário, plantas medicinais, jardim sensorial, insetívoras e cactário. Para transmitir ao público o inestimável valor de seu acervo, o Jardim Botânico desenvolve atividades de educação ambiental, em um processo permanente de despertar para a consciência ecológica.

Distinguindo-se por seu valor histórico, artístico e paisagístico, outro ponto de visitação integrante do Sítio é o Parque do Flamengo, que oferece uma variedade de atrações. Levantamento realizado no ano de 2008 pela Secretaria Especial do Turismo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro contabilizou 7.860 pessoas ao mês. O Monumento Estácio de Sá foi visitado por 12.077 pessoas em 2008. Além do monumento que remete à valorização do aspecto histórico, outros vetores importantes de atração são o Museu de Arte Moderna e a Marina da Glória. Por fim, são realizados projetos de iniciativa de turismo sócio-cultural, em que a participação de alunos da rede particular de ensino e a realização de passeios em carrinhos elétricos e triciclos viabilizam o conhecimento para a preservação.

A Praia de Copacabana mantém uma grande tradição de festas ao ar livre. Se no circuito internacional é comum que shows sejam realizados em estádios e ginásios, no Rio tais espetáculos ocorrem frequentemente em espaços abertos. Não é rara a grande concentração de público na Praia de Copacabana, como por exemplo a turnê mundial dos Rolling Stones em 2005 ou o Live Earth em 2007. Destaque no calendário da cidade é a noite de Ano Novo, considerada a maior festa ao ar livre de todo o planeta, com shows musicais e lançamento de fogos de artifício, reunindo cerca de um milhão de pessoas na praia de Copacabana e estendendo-se a outras praias da orla.

V.2.8. EQUIPES TÉCNICAS

1. PARQUE NACIONAL DA TIJUCA/ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade)

Figura 58: Organograma do Parque Nacional da Tijuca, no ano de 2007, Estado do Rio de Janeiro.



QUADRO DE FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES

ICMBIO				COORDENAÇÃO DO NÚCLEO MUNICIPAL			
ÁREAS DE ATUAÇÃO	NÍVEL SUPERIOR	NÍVEL MÉDIO	NÍVEL AUXILIAR	ÁREAS DE ATUAÇÃO	NÍVEL SUPERIOR	NÍVEL TÉCNICO	NÍVEL AUXILIAR
Chefe	01			Coordenador	01		
Manejo e Proteção	04	05		Assessor	01		
Pesquisa	02			Educação Ambiental	04		
Cultura	02			Administração		01	
Educação Ambiental	04			Guarda Municipal		30	
Ecoturismo	01			Conservação Logradouros			15
Administração	04	04		Limpeza Urbana			14
Informática		02					
Secretaria		03					
Recepção		06					
Manutenção de Trilhas	02	12					
Manutenção Predial			04				
Segurança Predial		50					
Comunicação	01						
Uso Público	02	01					
Jurídico	01						
Supervisor Serv. gerais		02					
Transporte		03					
Limpeza Predial			20				
Assessorista		16					
Manutenção elevadores		04					
SUB-TOTAL	24	108	24		06	31	15

TOTAL	156	64
GERAL	222	

OBS: Importante ressaltar que há técnicos do ICMBio que realizam múltiplas funções, incluindo pesquisa ambiental e histórica além de atuarem em suas áreas específicas.

2. INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO – JBRJ

Presidente do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico

Liszt Vieira

Diretor de Gestão

Renato Cader da Silva

Diretor de Pesquisa Científica

Fabio Rubio Scarano

Diretor de Ambiente e Tecnologia

Guido Gelli

Diretor da Escola Nacional de Botânica Tropical

Gilberto Amado

Grupo de Trabalho de Adequação do Plano Diretor do Jardim Botânico

Guido Gelli (Coordenador do GT)

VI. MONITORAMENTO

Sendo o Sítio composto de duas seções distintas com 5 elementos de paisagem com características diversas, o seu monitoramento será efetuado através de vários indicadores, que estão presentes no Marco Lógico firmado pelos entes responsáveis pela candidatura e no seu Plano de Gestão.

Estes indicadores são aqueles já estabelecidos no Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca, no Plano Diretor do Jardim Botânico ou no Plano de Revitalização e Conservação do Conjunto Paisagístico dos Fortes Históricos da Entrada da Baía. Outros novos foram estabelecidos para os Planos em elaboração para o Monumento Natural do Pão de Açúcar, Parque do Flamengo e Praia de Copacabana, ou ainda aqueles necessários para o monitoramento da gestão, promoção do Sítio Rio Patrimônio Mundial.

VI.1 MARCO LÓGICO DO SÍTIO RIO PATRIMÔNIO MUNDIAL

OBJETIVOS	INDICADORES	FATORES DE VERIFICAÇÃO	PRESSUPOSTOS
Objetivos Gerais → Paisagens Culturais recuperadas e conservadas de forma sustentável e geridas de forma	1. Paisagens culturais bem conservadas e/ou recuperadas no 1º até o 5º ano de execução do Plano de Gestão, utilizados com atividades ambientais, culturais, sociais e	1. Relatório de Progresso anual de conservação e ações de educação e promoção elaborado pelo Comitê Gestor e previsto no Plano de Gestão. Registro fotográfico.	1) Campanha de educação e conscientização da população executada pelo Comitê Gestor Rio Patrimônio Mundial e parceiros 2) Execução do Plano de

<p>compartilhada</p>	<p>comerciais, identificadas com sinalização indicativa do seu significado histórico-cultural-ambiental em duas línguas, para garantir o pleno conhecimento da população e dos visitantes.</p> <p>2. Grau de conhecimento e atitude positiva da população frente ao Patrimônio Mundial em 2011</p> <p>3. Incremento do fluxo de visitantes nos 5 elementos do Sítio, tomando-se como referência a data de inscrição do Sítio na Lista do Patrimônio Mundial.</p> <p>4. Comitê Gestor criado até jan-2010, com a participação dos 3 níveis de governo, os gestores atuais das áreas inseridas no Sítio e a iniciativa privada.</p> <p>5. Envolvimento da comunidade através de parcerias estabelecidas entre a comunidade/ Gestores Públicos/ empresas até jan-2010.</p> <p>6. Fundo de Gestão do Patrimônio Mundial. superavitário após 5 anos de sua criação, com repasse de recursos efetivos (doações, repasses de recursos públicos, receitas provenientes de aplicações financeiras, etc).</p>	<p>2. Pesquisa de percepção da população em relação ao Sítio Rio Patrimônio Mundial executada pelo Comitê Gestor em 2009-2010.</p> <p>3. Listas de visitação aos centros de visitantes ou museus instalados nos 5 locais.</p> <p>4. Instrumentos firmados de parcerias privadas e relatório do Projeto Educativo.</p> <p>5. Balanços, balancetes e saldos do Fundo de Gestão do Patrimônio Mundial.</p>	<p>Gestão e interesse da iniciativa privada em relação às propostas do Plano.</p> <p>3) Conservação do entorno dos 05 elementos do Sítio para evitar fatores de interferência.</p>
----------------------	---	---	--

RESULTADOS	INDICADORES	FATORES DE VERIFICAÇÃO	PRESSUPOSTOS
<p>R1) PARQUE NACIONAL DA TIJUCA, revitalizado e conservado conforme definido no Plano de Manejo nos próximos 5 (cinco) anos de gestão</p>	<p>a) Serviços de Atendimento ao Público adotadas e compatíveis com o padrão internacional de Turismo</p> <p>b) Situação Fundiária regularizada e infra-estruturas existentes adequadas às necessidades e objetivos da UC</p> <p>c) Padrões de conduta implementados para os usuários do PARNA</p> <p>d) Administração fortalecida e com linhas de ação priorizadas, para possibilitar melhor desempenho de suas funções</p> <p>e) Sistema de ordenamento da visitação e controle da receita estruturados</p> <p>f) Reconhecimento do PARNA Tijuca promovido em seus valores naturais, históricos e culturais no nível local, regional, nacional e internacional</p> <p>g) Estratégias de Controle e Proteção aos recursos naturais da UC estabelecidos</p> <p>h) Ecossistemas naturais recuperados</p> <p>i) Ações sistemáticas de prevenção a incêndios promovidas</p> <p>j) Mecanismos de integração da UC com a comunidade e instituições estabelecidas para prevenção de invasões</p> <p>k) Competências e atribuições institucionais estabelecidas nos processos de cooperação técnica</p> <p>l) Áreas de uso público redimensionadas considerando a viabilidade técnica e operacional na UC.</p> <p>m) Auto-sustentabilidade econômica e qualificação das atividades na UC desenvolvidas</p> <p>n) Ações gerenciais internas e externas nas áreas de proteção e manejo, pesquisa e monitoramento, visitação, educação ambiental implementadas de acordo com o plano de manejo, nos 5 anos de gestão, a partir de sua aprovação</p>	<p>- Relatório Anual de Atividades</p> <p>- Documento de aprovação dos projetos e obras pelos órgãos competentes</p> <p>- Contagem da visitação através das listas de visitantes no Centro de Visitantes</p> <p>- Contagem do nº de ingressos vendidos nos centros de visitação</p>	<p>a) Manutenção de sua condição de área ambientalmente protegida;</p> <p>b) Manutenção de sua condição de autarquia federal, com repasse de recursos necessários;</p> <p>c) Manutenção de sua condição de patrimônio ambiental e cultural tombado, com interlocução adequada junto aos diversos órgãos federais envolvidos na proteção do patrimônio histórico, cultural e ambiental;</p> <p>d) Interesse e participação de entes privados na conservação do patrimônio ambiental e cultural</p>

RESULTADOS	INDICADORES	FATORES DE VERIFICAÇÃO	PRESSUPOSTOS
R2) JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO conservado e gerido conforme seu Plano Diretor, nas quatro áreas especiais definidas para fins de planejamento: 1 - Arboreto; 2 - Corredor Cultural e Complexo da Administração 3 - Complexos de Ensino e Pesquisa; 4 - Integração e Expansão Futura.	a) Ambiência paisagística do Arboreto conservada, incluindo monumentos e obras de arte, permitindo a sua visitação pelo maior número de pessoas, através das intervenções de: <ul style="list-style-type: none"> • Conservação do patrimônio e valorização da visitação pública: Restauo da Estufa Mestre Valentim; Mirante do Caminho da Mata Atlântica; Torres do portão principal (lanchonete e enfermaria) • Aperfeiçoamento da infraestrutura e serviços de apoio e suporte: rebaixamento da rede elétrica. 	- Relatório Anual de Atividades - Aprovação dos projetos e obras pelo IPHAN	a) Manutenção de sua condição de área ambientalmente protegida; b) Manutenção de sua condição de autarquia federal, com repasse de recursos necessários; c) Manutenção de sua condição de patrimônio tombado, com interlocução adequada junto aos diversos órgãos federais envolvidos na proteção do patrimônio histórico, cultural e ambiental, especialmente o IPHAN. d) interesse mútuo dos partícipes na gestão futura compartilhada do Bem
	b) Visitação pública valorizada através do aperfeiçoamento dos serviços e equipamentos do Corredor Cultural através das intervenções prioritizadas: <ul style="list-style-type: none"> • Integração do território com a melhorias da infra-estrutura viária. • Ampliação do Corredor Cultural - Centro de Visitantes 	- Relatório Anual de Atividades - Aprovação dos projetos e obras pelo IPHAN - Contagem da visitação através das listas de visitantes no Centro de Visitantes - Contagem do nº de ingressos vendidos	
	c) Unidades de Ensino e Pesquisa integradas com as demais atividades que se desenvolvem no Jardim Botânico, aliadas à proteção do patrimônio, através das intervenções prioritizadas: <ul style="list-style-type: none"> • Restauração da Escola de Botânica Tropical • Pavimentação da via de serviços para integração entre Arboreto e Escola Nacional de Botânica Tropical. • Integração entre ensino e pesquisa e ampliação dos espaços de visitação: Casa da Vegetação (abertura ao público para visitação). 	- Relatório Anual de Atividades - Aprovação dos projetos e obras pelo IPHAN - Contagem de visitantes da casa da Vegetação	
	d) Condições de controle do uso e ocupação do solo melhoradas, através das intervenções prioritizadas: <ul style="list-style-type: none"> • Aperfeiçoamento da infraestrutura e de serviços de apoio e suporte: Leiras para compostagem. • Compatibilização entre usos e serviços de suporte e ampliação dos espaços de visitação: Nova sede da Compostagem e garagem de veículos institucionais. 	- Relatório Anual de Atividades - Aprovação dos projetos e obras pelo IPHAN	

	<p>e) Projetos especiais e planos complementares elaborados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gestão eficiente da energia; • Saneamento ambiental e gestão integrada dos resíduos sólidos; • Melhoria no sistema de abastecimento d'água e rede de coleta de esgotos • Sistema de drenagem pluvial • Sistema de irrigação e alimentação dos lagos • Plano de Manejo das Coleções Vivas; • Estudo do Perfil dos Visitantes; • Plano de Acessibilidade para o Jardim Botânico do Rio de Janeiro. 	<ul style="list-style-type: none"> - Relatórios de Progresso de Atividades - Ofício de aprovação dos projetos e obras pelo IPHAN 	
--	--	--	--

RESULTADOS	INDICADORES	FATORES DE VERIFICAÇÃO	PRESSUPOSTOS
R3) Parque do Flamengo com seu Plano Diretor elaborado e o parque conservado conforme seu projeto original	a) Plano Diretor elaborado e aprovado até janeiro de 2010	Documento de aprovação pelos órgãos competentes	a) Manutenção de sua condição de área ambientalmente protegida;
	b) Projeto de restauração dos elementos arquitetônicos e paisagísticos originais do Parque elaborados e início da execução do projeto até julho 2010	Documento de aprovação dos projetos e obras pelos órgãos competentes	b) Manutenção de sua gestão municipal, com repasse de recursos necessários;
	c) Retomada da Obra de Restauração do Monumento a Estácio de Sá em outubro de 2009 e início da visitação pública março de 2010;	- Relatório de Obras	c) Manutenção de sua condição de patrimônio ambiental e cultural tombado, com interlocução adequada junto aos diversos órgãos federais envolvidos na proteção do patrimônio histórico, cultural e ambiental;
	d) Projeto de Revitalização da Marina da Glória detalhado até dezembro de 2009, início das obras até julho de 2010;	Documento de aprovação dos projetos e obras pelos órgãos competentes	d) Interesse e participação de entes privados na conservação do patrimônio ambiental e cultural
	e) Gestão aperfeiçoada com a criação da Fundação Parque do Flamengo até julho de 2011		e) interesse mútuo dos partícipes na gestão futura compartilhada do Parque
	f) Visitação ampliada e serviços de infra-estrutura turística aperfeiçoados até julho de 2010	Contagem da visitação através das listas de visitantes no Monumento aos Mortos, Marina da Glória, MAM e outros	

RESULTADOS	INDICADORES	FATORES DE VERIFICAÇÃO	PRESSUPOSTOS
R4) Entrada da Baía, Monumento Natural do Pão de Açúcar com seu Plano de Manejo elaborado; Área de Interesse Paisagístico dos Fortes com seu plano de Revitalização elaborado e ambas as áreas conservadas propriamente	a) Monumento Natural do Pão de Açúcar com: <ul style="list-style-type: none"> Plano de Manejo elaborado até julho de 2010 Gestão ambiental, a conservação, a manutenção, a recuperação, a direção e o controle ambiental adequado, para o seu funcionamento eficaz, visitação adequada e o desfrute da população espaços verdes garantidos e livres para a promoção do lazer em área natural; Ecossistema de Mata Atlântica existente e o patrimônio paisagístico da área conservado, protegido e recuperado; Preservação dos bens naturais tombados garantida 	- Relatório Anual de Atividades - Aprovação dos projetos e obras pelo IPHAN e Prefeitura - Contagem da visitação através das listas de visitantes - Contagem do nº de ingressos vendidos	a) Manutenção de sua condição de áreas ambientalmente e culturalmente protegidas; b) Manutenção de sua gestão pública, com repasse de recursos necessários; c) Manutenção de sua condição de patrimônio ambiental e cultural tombado, com interlocução adequada junto aos diversos órgãos federais envolvidos na proteção do patrimônio histórico, cultural e ambiental; d) Interesse e participação de entes privados na conservação do patrimônio ambiental e cultural e) interesse mútuo dos partícipes na gestão futura compartilhada dos bens protegidos
	b) Plano de Revitalização e Uso Turístico- Cultural dos Fortes Históricos da Baía da Guanabara detalhado até julho 2010: <ul style="list-style-type: none"> Programa de Preservação do Patrimônio Cultural preparado para as fortalezas de ao João, Duque de caxias, Santa cruz, de Copacabana, de N S da Conceição, da Laje, do Pico, São Luiz, Imbuhy e Gragoatá e Monumento aos Mortos da segunda Guerra, Programa Histórico Cultural realizado com a realização de pesquisas históricas e arqueológicas, coleta de depoimentos e criação de banco de dados Programa de Uso Turístico e Social preparado com a recuperação e/ou construção de 04 atracadouros para barcos de turismo, infraestrutura turística para recepção de visitantes e projetos sociais em parceria com comunidades locais Programa de Educação Ambiental preparado com preparação de infraestrutura para trilhas, sistema de segurança, e guias ambientais e conservação de áreas remanescentes de Mata Atlântica 	- Relatório de Atividades da coordenação do Plano - Aprovação dos projetos e obras pelo IPHAN e demais órgãos competentes - Contagem da visitação através das listas de visitantes dos Fortes - Contagem do nº de ingressos vendidos	

RESULTADOS	INDICADORES	FATORES DE VERIFICAÇÃO	PRESSUPOSTOS
R5) Praia de Copacabana, Pontões do Leme e do Arpoador com seu Plano de Conservação e Revitalização elaborado e as áreas conservadas propriamente	<p>a) Plano de Recuperação e Revitalização da Praia de Copacabana elaborado até janeiro de 2010, atendendo aos seguintes itens:</p> <ul style="list-style-type: none"> Recuperação de todos os elementos constantes do Plano original de Bule Marx, em especial os mosaicos em pedra portuguesa com técnicas de conservação compatíveis com a qualidade internacional Reordenamento do uso dos espaços públicos de forma a não bloquear e descaracterizar os elementos tombados Remoção de elementos descaracterizadores do projeto original como equipamentos urbanos, toldos, gradeas de ferro, etc Revitalização dos usos dos espaços públicos com incentivos a práticas sociais e culturais adequadas ao espaço tombado 	<p>Relatório de Atividades da coordenação do Plano de Recuperação</p> <ul style="list-style-type: none"> Aprovação dos projetos e obras pelo INEPAC e demais órgãos competentes Contagem da visitação através das listas de visitantes dos Fortes Duque de Caxias e de Copacabana 	<p>a) Manutenção de sua condição de área culturalmente e ambientalmente protegida;</p> <p>b) Manutenção de sua gestão municipal, com repasse de recursos necessários;</p> <p>c) Manutenção de sua condição de patrimônio ambiental e cultural tombado, com interlocução adequada junto aos diversos órgãos federais envolvidos na proteção do patrimônio histórico, cultural e ambiental;</p> <p>d) Interesse e participação de entes privados na conservação do patrimônio cultural</p> <p>e) interesse mútuo dos partícipes na gestão futura compartilhada da orla</p>
	<p>b) Programa de Uso Turístico e Social das pontas do Leme e Arpoador:</p> <ul style="list-style-type: none"> recuperação e/ou construção de atracadouros para barcos de turismo no Forte de Copacabana, infraestrutura turística para recepção de visitantes e projetos sociais em parceria com comunidades locais 		
R6) Gestão do Sítio Rio Patrimônio Mundial compartilhada entre os 3 entes governamentais e com a participação da iniciativa privada	a) Criação do do Fundo Gestor Rio Patrimônio Mundial a partir de julho de 2011;	<p>a) Relatório Gerencial do Fundo</p> <p>b) Relatório de Atividades do centro de Formação e Gestão do Patrimônio</p> <p>c) Relatório Gerencial do Sistema de Informação</p>	<p>a) Interesse mútuo dos partícipes na gestão futura compartilhada do Sítio</p> <p>b) Interesse e participação de entes privados na conservação do patrimônio ambiental e cultural</p>
	b) Capacitação dos membros do conselho curador do Fundo a partir de out/2011;		
	c) Gestão compartilhada do Sítio entre os órgãos de patrimônios municipais, estaduais e federais		
	d) Cumprimento à legislação aplicada à preservação das 3 instâncias de governo.		
	e) Desenvolvimento do Centro de Formação e Gestão do Patrimônio pelo IPHAN em parceria com a Unesco		
	f) Inserção do Sítio Rio Patrimônio Mundial no Sistema de Informação do IPHAN		

VII. DOCUMENTAÇÃO

VII.1. Linha do Tempo

1565 - Fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, no sopé do morro Cara de Cão (atual Urca). Neste mesmo local, foi erguida a Fortaleza de São João constituída por três baterias e pelo Forte São Jose, de 1578. Expulsão dos franceses da Baía de Guanabara através da expedição de Estácio de Sá.

1567 - Mem de Sá ataca a França Antártica e reconquista o Rio de Janeiro. Criação da Capitania Real do Rio de Janeiro por Mem de Sá em 04/03. - Construção do Forte de São Sebastião no Morro do Descanso (depois do Castelo), no Rio de Janeiro. Nesta cidade também seria iniciada a construção da Bateria de Santiago na entre as praias de Santa Luzia e da Piaçaba, região que seria conhecida posteriormente como ponta do Calabouço.

1603- Ampliação da Bateria de Santiago, tornando-se Forte de Santiago, no local onde atualmente encontra-se o Museu Histórico Nacional.

1605 - É construído o Forte Urbano de Santa Cruz, onde hoje, no local, ergue-se a Igreja de Santa Cruz dos Militares, na rua Primeiro de Março (RJ).

1605 - Construção do Forte de Santa Cruz na entrada da baía de Guanabara, RJ.

1607 - No Rio de Janeiro, os frades franciscanos ocupam o morro de Santo Antônio.

1646 – Construção da Fortaleza da Lage.

1698 – Delineada a “planta para a fortificação da Praia Vermelha” , localizada no Arquivo Ultramarino, Lisboa de autoria do engenheiro Gregório Gomes.

1711 – Invasão do Rio de Janeiro pela esquadra francesa comandada por Duguay-Trouin.

1718 - É instalada a Fortaleza da Conceição, no morro do mesmo nome, que depois serviu de sede do Bispado do Rio de Janeiro e onde hoje funciona o Serviço Geográfico do Exército.

1739 – Conclusão da Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro.

1750 - É concluído o Aqueduto da Carioca, que ficou conhecido como Arcos da Lapa.

1760 – Chegada das primeiras plantas de café ao Rio de Janeiro.

1762 – Por ordem do Conde de Bobadela inicia-se a construção da Casa do Trem, ao lado do Forte de Santiago, com vistas à guarda de armamentos.

1763 – Elevação do Brasil à categoria de Vice-Reino. Transferência da capital de Salvador para a cidade do Rio de Janeiro.

1776-9 – Construído o Forte da Vigia posteriormente denominado Forte do Leme.

1783 – É inaugurado o Passeio Público, primeiro jardim público da cidade do Rio de Janeiro e da América do Sul, projetado por Mestre Valentim, na administração do vice-rei D. Luís de Vasconcelos e Souza.

1808 – A Família Real portuguesa transfere-se para o Rio de Janeiro e a cidade torna-se sede da monarquia portuguesa. – Assinado o decreto de abertura dos portos as nações amigas. - Criação do Jardim Botânico.

1810 – Chegada dos chineses ao Rio de Janeiro para introduzir a cultura do cha no Brasil

1815 – O Brasil é elevado a Reino Unido de Portugal e Algarves.

1821 - D. João VI retorna a Portugal, deixando D. Pedro como Príncipe Regente.

1822 – D. Pedro proclama a Independência do Brasil, tornando-se o primeiro Imperador do Brasil.

1831– Abdicação de D. Pedro I. Início do período Regencial.

1832 – Visita de Charles Darwin ao Rio de Janeiro.

1833 – Criação da Reserva de Floresta no Maciço da Tijuca, por Decreto Imperial n. 429.

1834 – Inaugurada no Rio de Janeiro uma linha de barcos a vapor, ligando Botafogo ao Saco do Alferes, atual Santo Cristo.

1837- Primeiro sistema de transportes públicos no Rio de Janeiro, ligando o Centro a São Cristóvão, Engenho Velho e Botafogo. Os omnibus, expressão francesa, eram puxados por muires.

1840 - Aos 14 anos de idade D. Pedro II torna-se Imperador do Brasil.

1850 – Vários atos do Governo Imperial referiam-se à desapropriação e guarda de áreas de nascentes.

1858 – Chegada ao Rio de Janeiro de Glaziou

1859– Instalada a primeira linha de veículos sobre trilhos, com tração animal, que os cariocas chamam de “bondes”.

1860 – Através da lei n. 1.114, de 27 de setembro, foram desapropriadas as nascentes de águas necessárias para o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro.

1861 – Criada a administração das florestas da Tijuca e das Paineiras. Início da administração de Manoel Gomes Archer, principal responsável do processo de reflorestamento da Floresta da Tijuca.

1864 – Reforma promovida no Passeio Público pelo paisagista francês Auguste François Marie Glaziou.

1866 – Declaradas áreas de utilidade pública os sítios situados nas Florestas da Tijuca e das Paineiras.

1874 – Início da administração de Gastão Luis Henrique de d’Escragnolle que promoveu o embelezamento da Floresta da Tijuca transformando-a em jardim público e romântico.

1878- Criada a Companhia de Carris Urbanos, e iniciada a distribuição de água canalizada para oito mil residências do Rio.

1885 – Inauguração da Estrada de Ferro do Corcovado

1889 – Proclamação da República.

1892 – Inauguração do Túnel Alaor Prata, ligando Copacabana à cidade.

1905– Inaugurada a Avenida Central

- Inaugurada a Avenida Beira Mar.

1908 – Exposição Internacional comemorativa do centenário de abertura dos portos, na Praia Vermelha.

1909 - nasce Burle Marx em 4 de agosto, em São Paulo

1913 - Burle Marx muda-se com a família para o Rio de Janeiro, onde fixam domicílio

1919- Demolição da Igrejinha de Nossa Senhora de Copacabana e construção do Forte de Copacabana.

1922 – Exposição internacional comemorativa do centenário da Independência.

1927- A cidade ganha o seu primeiro plano de remodelação: o Plano Agache.

1928 a 1929 - Burle Marx vive período na Alemanha com a família

1929 – Visita de Le Corbusier ao Rio de Janeiro

1930 a 1934 - Burle Marx ingressa e frequenta a Escola Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro

1931 – Inauguração da Estátua do Cristo Redentor no alto do Corcovado

1932 - Burle Marx - Primeiro projeto de paisagismo para a residência da família Schwartz no Rio de Janeiro

1934 - Burle Marx assume a Diretoria de Parques e Jardins do Recife, projeta praças e jardins públicos

1936- Construído o edifício do Ministério da Educação, projetado por Oscar Niemeyer e Le Corbusier, com mural de Portinari.

1937 – Burle Marx cria o primeiro Parque Ecológico do Recife.

1938 – Tombamento do Passeio Público pelo SPHAN.

1949 - Burle Marx adquire um sítio de 365.000 m², em Guaratiba, RJ, onde abriga uma grande coleção de plantas

1953 - Burle Marx projeta os Jardins da Cidade Universitária da Universidade do Brasil, Rio de Janeiro

1955 - Burle Marx Projeta o paisagismo do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro - MAM/RJ

1958- Sobre o aterro criado com material do extinto Morro do Castelo, inaugura-se o Museu de Arte Moderna .

1960 – Transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília.

1961 - Paisagismo do Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro.

1961 –Criação do Parque Nacional da Tijuca.

1965- Inaugurado o túnel Rebouças, ligando a Lagoa ao Rio Comprido.

1967 – Tombamento da Floresta da Tijuca.

1971 – Executados os jardins projetados por Burle Marx para o calçadão de Copacabana.

1974- Inaugurada a Ponte Rio-Niterói.

1975 - Fusão entre o Estado do Rio de Janeiro e o Estado da Guanabara.

1977- Início das atividades do Metrô do Rio de Janeiro.

1985 - Burle Marx doou seu sítio de Guaratiba com seu acervo ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (na ocasião se chamava Fundação Nacional Pró Memória)

1984- Inaugurada no Rio de Janeiro a Passarela do Samba, o Sambódromo.

1992- Realizada na cidade do Rio de Janeiro a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ECO-92.

1994 - Burle Marx morre no Rio de Janeiro, em 4 de junho, tendo projetado mais de 2.000 jardins ao longo de sua vida.

VII.2. BIBLIOGRAFIA

1. *A Paisagem carioca*. Catálogo da exposição realizada no Museu de Arte Moderna, Rio de Janeiro de 8 de agosto a 17 de setembro de 2000. Curador geral: Carlos Martins. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro/ Rioarte, 2000. 244 p.il.
2. ABREU, Maurício. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO / Zahar, 1988;
3. _____ (org) *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro:
4. Coleção Biblioteca Carioca, 1992
5. AGASSIZ, L. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; 1975.
6. ALBERNAZ, Maria Paula & MODESTO, Cecília. *Dicionário Ilustrado de Arquitetura*. São Paulo: ProEditores, 1997-1998. ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de.
7. _____ *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.
8. _____ *Rodrigo e seus Tempos*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.
9. ALENCAR, José de. *Sonhos d 'Ouro*. Obras completas. Rio de Janeiro: Aguilar, 1959, 4 vols. V.1.
10. ALMEIDA, Roberto Schmidt de (org). *Fragmentos discursivos de bairros do Rio de Janeiro. Urca (mapas e fotos)*. Rio de Janeiro: UniRio, 1998.
11. ANDRADE, Carlos Fernando de. *O Rio de Janeiro que se muda*. Rio de Janeiro: UFRJ Tese de doutorado em arquitetura e urbanismo, 2009.
12. ANDREATTA, Verena. *Cidades quadradas, paraísos circulares: os planos urbanísticos do Rio de Janeiro no Século XIX*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.
13. ARANTES, Antônio Augusto (organização). *Produzindo o Passado*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
14. ARGAN. Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*. Tradução de Pier Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
15. ATALA Fuad, Bandeira, Carlos Manes, F. Martins, Henrique. *Floresta da Tijuca*. Trabalho executado pelo Centro de Conservação da Natureza. Rio de Janeiro,

- Departamento de Recursos Naturais da Secretaria de Economia do Estado da Guanabara, 1966.
16. BANDEIRA, Carlos Manes. *Parque Nacional da Tijuca*. São Paulo: Makron Books, 1993.
 17. _____ . *A História da Tijuca*. Revista Pesquisas n.º 7. FBCN. Rio de Janeiro, 1981.
 18. _____ . “A Recuperação do Patrimônio Histórico do Parque Nacional da Tijuca”. In: *Anais da II Conferência de proteção à Natureza - Fundação Getúlio Vargas, Museu Nacional, FBCN*. Revista Pesquisas n.º 8. Rio de Janeiro, 1981.
 19. BANDEIRA, Manoel e ANDRADE, Carlos Drummond de. *Rio de Janeiro em Prosa e Verso*, Rio de Janeiro: editora José Olympio, 1965.
 20. BÁRCIA Margot Ferreira. *Desvendando o Cenário Urbano: Copacabana, Pirotecnia de Signos*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ). *Mimeo*. 2005.
 21. BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Atlas da Evolução Urbana da Cidade do Rio de Janeiro – ensaio – 1565-1965*. Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1965;
 22. BEDIAGA, Begonha. “Conciliar o útil ao agradável e fazer ciência: Jardim Botânico do Rio de Janeiro – 1808 a 1860”. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.1131-1157, out.-dez. 2007.
 23. BELCHIOR, Elísio. *Conquistadores e Povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1985.
 24. BELTRÃO, Maria. *Pré-história do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Forense/SEEC, 1978.
 25. BERGER, Paulo; Mathias, Herculano Gomes; Mello Junior, Donato. *Pinturas e Pintores do Rio Antigo*. Rio de Janeiro, sem editor, 1990.
 26. BERNARDES, Lysia. *Rio de Janeiro: cidade e região*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1987.
 27. BERNARDES, Lygia M.C. *Expansão do Espaço Urbano no Rio de Janeiro*. In “*Rio de Janeiro – Cidade e Região*”. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1987 (Coleção Biblioteca Carioca);
 28. BESSA, Altamiro & Mol, Sérgio (coordenação). *Preservação do Patrimônio Cultural: nossas casas e cidades, uma herança para o futuro*. Belo Horizonte: CREA-MG, 2004.

29. BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
30. BOITO, Camilo. *Os Restauradores*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
31. BUNBURY, Charles James Fox. *Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais. (1833 - 1835)*. Belo Horizonte. Itatiaia, 1981.
32. CAIXETA, Eline Maria Moura Pereira . “Uma Arquitetura para a Cidade: a obra de Affonso Eduardo Reidy”. 2007. *Texto escrito com base na tese de doutorado “Affonso Eduardo Reidy. O Poeta Construtor”, defendida na Escola Técnica Superior de Arquitetura de Barcelona, em fevereiro de 2000.*
33. CAMPELO, Glauco. “Atributo da Simplicidade”. In *Arquitetura e Movimento Moderno*
34. CAMPOFIORITO, Ítalo. “O Tombamento é um Santo Remédio”. In: *Revista do Brasil*, nº 1. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Ciência e Cultura/ Rioarte, 1984.
35. _____, “Muda o Mundo do Patrimônio”. In: *Revista do Brasil*, nº 4. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Ciência e Cultura, Rioarte, 1985.
36. _____, “Patrimônio Cultural: ‘onde a cultura existe, dar voz a ela’ ”, In: *Revista do Brasil*, edição especial: Política Cultural no Rio de Janeiro, Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro. Secretaria de Estado de Ciência e Cultura, Rioarte, 1986.
37. CARDOSO, Maria Francisca T. Cavalcanti. *Expansão do Espaço Urbano e Crescimento do Aglomerado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Boletim da ADESG, nº 109, março-abril de 1965;
38. CARVALHO, Rosa Ângela de. *Lazer em praias urbanas: estudos das orlas do Leme e da Bica*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Arquitetura, FAU, UFRJ, 2005.
39. CASTRO, Sônia Rabello de. “Estatuto da Cidade e a Preservação do Patrimônio Cultural Federal: compatibilizando a gestão”. In: Portal do INEPAC (www.inepac.rj.gov.br);
40. _____. *O Estado na Preservação de Bens Culturais*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.
41. CASTRO MAYA, Raymundo Ottoni. *A Floresta da Tijuca*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1967.
42. CAVALCANTI, Lauro, Quando o Brasil era moderno, Guia de Arquitetura 1928-1960, Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2001

43. CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francês até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
44. CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL, Museu, *A Paisagem Desenhada – o Rio de Janeiro de Pereira Passos*, Rio de Janeiro: CCBB, 1994.
45. CEZAR, Paulo Bastos. *A Casa da Gávea Pequena: residência oficial da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.
46. CEZAR, Paulo Bastos, OLIVEIRA, Rogério Ribeiro. *A Floresta da Tijuca e a Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.
47. COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no Século Dezesete*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1965;
48. _____ *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1988.
49. CONDURU, Roberto. “Razão em forma: Affonso Eduardo Reidy e o espaço arquitetônico moderno”. In: *Revista de pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*. Programa de pós-graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo EESC-USP, 2005.
50. CORONA, Eduardo & LEMOS, Carlos. *Dicionário da Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Edart, 1972.
51. CZAJKOWSKI, Jorge (organização) *Coleção Guias da Arquitetura no Rio de Janeiro - Guia da Arquitetura Colonial, Neoclássica e a Arte Decô . Guia da Arquitetura Moderna*. Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Urbanismo, Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro, 2000.
52. CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/Unesp, 2001.
53. CHUVA, Márcia (organização). *A Invenção do Patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro. MinC/Iphan/Departamento de Promoção, 1995.
54. COELHO NETO, Ana Luisa. “O Geoecossistema da floresta”. In: ABREU, Mauricio (org.). *Rio de Janeiro: natureza e sociedade*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
55. COSTA, Lúcio, *Depoimento de um Arquiteto Carioca*, Rio de Janeiro: Cadernos de Cultura, Ministério da Educação e Saúde, 1952.

56. CORRÊA, Doreé Camargo. *Calendário Permanente da Floresta da Tijuca*. Rio de Janeiro: EGL Editora, 1995.
57. CORRÊA, Marcos Sá (org). *Parque Nacional da Tijuca: 140 anos de reconstrução de uma floresta*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2001.
58. CORREIA, Armando de Magalhães. *O Sertão Carioca*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, v. 167, 1933.
59. COSTA, Valdeli Carvalho da. *Umbanda, os Seres Superiores e os Orixás/ Santos*. São Paulo: Loyola, 1983.
60. CRULS, Gastão. *Aparência da Cidade do Rio de Janeiro*. Coleção Rio 4 Séculos, Volume 1, Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1965
61. CUNHA E MENEZES, Pedro da. *O Rio de Janeiro na Rota dos Mares do Sul: iconografia do Rio de Janeiro na Austrália*. Rio de Janeiro: Andrea Jacobsson Estúdio, 2004.
62. _____. *Trilhas do Rio*. Rio de Janeiro, Salamandra, 1996.
63. CURY, Isabelle (organização). *Cartas Patrimoniais*. Brasília: MinC/Iphan, 2004.
64. DARWIN, Charles R. *Viagem de um Naturalista ao Redor do Mundo*. Rio de Janeiro: Sedegra, 2ª edição, 2 volumes
65. DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954.
66. D'ELBOUX, Roseli Maria Martins. "Uma promenade nos trópicos: os barões do café sob as palmeiras-imperiais, entre o Rio de Janeiro e São Paulo". In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.14. n.2. p. 193-250 jul.- dez. 2006.
67. DIAS, Mariza Guimarães. *Universo do Povo do Santo*. Centro Cultural Municipal José Bonifácio. Secretaria Municipal de Cultura. Rio de Janeiro, 1996.
68. DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e Preservação Ambiental no Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997.
69. _____. "O Jardim dentro da Máquina. Breve história ambiental da Floresta da Tijuca". In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. I, n.2, 1988, p. 276-298.
70. DURAND, José Carlos. "Le Corbusier no Brasil. Negociação política e renovação arquitetônica. Contribuição à história social da arquitetura brasileira". In: *RBCS* no. 16 Ano 6 jul 1991.
71. EMBRAPA/SNLCS-IBAMA. 1992. *Identificação de Limitações Pedológicas e ambientais causadoras da degradação de área do Jardim Botânico do Rio de Janeiro*. Série Estudos e Contribuições 10: 101 p.

72. FARIAS, Patrícia Silveira de. *Pegando uma cor na praia*. Tese de doutorado, IFCS/UFRJ, 1999.
73. FERNANDES, M.C. 1998. *Geoecologia do maciço da Tijuca-RJ: uma abordagem Geo-Hidroecológica*. Dissertação de mestrado, Departamento de Geografia, IGEO/UFRJ, Rio de Janeiro, 141p
74. FERREIRA, Adjalme Dias. *Efeitos positivos gerados pelos Parques Urbanos: o caso do Passeio Público da Cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação apresentada ao curso de Pós Graduação em Ciência Ambiental da Universidade Federal Fluminense, UFF. *Mimeo*. S/d.
75. FERREIRA DA SILVA, N.M. *et alli*. *O Herbário do Jardim Botânico do Rio de Janeiro : um expoente da história da flora brasileira*. Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2001.
76. _____ . *Vegetação das Áreas do Entorno do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Horto Florestal e Parque Lage*. Série Estudos e Contribuições 12: 1994, 69 p.
77. FERREIRA DA SILVA, N.M. & VALENTE, M.C. *Plantas Úteis das Áreas do Entorno do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Horto Florestal*. Série Estudos e Contribuições 16: 1999, 80p.
78. FERREZ, Gilberto. *A Muito Leal e Histórica Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*. Rio, Raymundo de Castro Maya e outros, 1965;
79. _____. *Iconografia do Rio de Janeiro, 1530-1890 – catálogo analítico, 2 Vols.*, Rio de Janeiro, Casa Jorge Editorial, 2000;
80. _____. *Pioneiros da Cultura do café na era da independência. Louis Francois Lecesne e seus vizinhos*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura e Departamento de Assuntos Culturais, 1978.
81. *Floresta da Tijuca. Inventário dos documentos doados pelo Mosteiro de São Bento*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1991.
82. FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ / Iphan, 1997.
83. GARCIA, Lúcia. *Rio e Lisboa: construções de um Império*. Rio de Janeiro, Lisboa: Prefeitura do Rio e Câmara Municipal de Lisboa, 2007.
84. GAYVA, Denis. *Mapa do Parque Nacional da Tijuca*. IPLAN-RIO / FBCN. Rio de Janeiro. 1991.

85. GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro. UFRJ / Iphan, 1995.
86. GRAHAM, Maria. *Diário de uma Viagem ao Brasil*. São Paulo: Itatiaia, 1990.
87. *Guia do Patrimônio Cultural Carioca. Bens Tombados. 2008*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2008.
88. GUIMARÃES, Cêça (org) *Arquitetura e Movimento Moderno*, Rio de Janeiro: Coleção Proarq, FAU-UFRJ, 2006
89. GUIMARÃES, E.F. *et alli. Árvores do Jardim Botânico do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jardim Botânico, 1993, 198 p.
90. HEYNEMANN, Cláudia B. *Floresta da Tijuca: Natureza e Civilização no Rio de Janeiro - século XIX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1995.
91. *HISTÓRIA dos BAIRROS - Tijuca*. Coleção. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.
92. *HISTÓRIA dos BAIRROS - Laranjeiras*. Coleção. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.
93. *HISTÓRIA dos BAIRROS - Cosme Velho*. Coleção. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.
94. HOLANDA, Nestor de. *Itinerário da paisagem carioca*. Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1965.
95. *Jardim Botânico do Rio de Janeiro - 1808-2008*. Textos Sergio Tadeu de Niemeyer Lamarão... et alli. Rio de Janeiro: artepadilla, 2008.
96. JESUS, Gilmar Mascarenhas de. "Construindo a cidade moderna: a introdução dos esportes na vida urbana do Rio de Janeiro". *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, junho de 1999. Número especial sobre esportes.
97. LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Guanabara*. Setores da Evolução Fluminense – Volume 3. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007.
98. LEENHARDT, Jacques (org), *Nos Jardins de Burt Marx*, São Paulo: Editora Perspectiva, 2000

99. LEITHOLD, T. Von e RANGO, L. Von. *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*. Traduzido por Joaquim de Sousa Leão Filho. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.
100. LEMOS, Carlos A.C. *O que é Patrimônio Histórico?* Coleção Primeiros Passos nº 51. São Paulo: Brasiliense, 2004.
101. LESSA, Francisco de Paula Mayrink. *Vida e Obra do Conselheiro Mayrink*. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1975.
102. LERY, Jean de. *Journal de Bord en la terre de Brésil*. Paris: Editions de Paris, 1957.
103. MACHADO, José de Paula. *Parque Nacional da Tijuca*. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1992.
104. MACHADO, Marcello de Barros Tomé. *A modernidade no Rio de Janeiro: construção do cenário para o turismo*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Coordenadoria de Documentação e Informação Cultural, Gerência de Informação, 2008.
105. MACHADO, Paulo Afonso Leme. *Ação Civil Pública: ambiente, consumidor, patrimônio cultural, tombamento*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.
106. MANSUR, Kátia, et al. "Gnaiss Facoidal: a mais carioca das rochas". In: *Anuário do Instituto de Geociências*, 31(2), 2008, pp. 09-22.
107. MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo?: A Questão dos Bens Culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira / Fundação Pró-Memória, 1985.
108. MARQUES, Maria Fernanda Dias Almeida. *A valorização cultural de áreas urbanas: feiras de São Cristóvão e do Rio Antigo (Rua do Lavradio)*. Rio de Janeiro, FAU, PROARQ, 2002.
109. MARQUETE, R. et alli. *Checklist das Espécies Ocorrentes nas Áreas do Entorno do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - Pteridófitas e Angiosperma*. In: *Bradea* 37: 2001, 227-258.
110. MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
111. MAYA, Raymundo Ottoni de Castro Maya. *A Floresta da Tijuca*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1967.
112. MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. "A Paisagem como fato cultural". In YAZIGI, Eduardo (org). *Turismo e Paisagem*. Sao Paulo: Contexto, 2002. Pp. 29-64.

113. MITCHELL, W.J.T. "Imperial Landscape". In: *Landscape and Power*. Editado por Mitchell. Chicago: Chicago University Press, 1994.
114. *MUSEUS CASTRO MAYA*. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1994
115. NEPOMUCENO, Rosa. *O jardim de D. João: A aventura da aclimação das plantas asiáticas à beira da lagoa e o desenvolvimento do jardim Botânico do Rio de Janeiro, que vende dois séculos de umidade, enchentes, transformações da cidade, novos padrões científicos e mantém-se exuberante, com seus cientistas e suas árvores*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.
116. OLIVEIRA, Ana Rosa de & BARROSO, Cláudia Maria Girão. "SOS Parque do Flamengo". In: *Portal Vitruvius*, ano 6, vol.10, maio 2006, p.162;
117. _____, *Tantas vezes Paisagem*, Rio de Janeiro: FAPERJ, 2007
118. OLIVEIRA, Claudia Alves de. *Meio Ambiente Cotidiano: A Qualidade de Vida na Cidade*. Rio de Janeiro: Editora Lumens Juris, 2008.
119. *OS MUSEUS CASTRO MAYA*. São Paulo: Banco Safra, 1996
120. *PLANO de MANEJO DO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA*. IBDF / FBCN, Rio de Janeiro, 1981.
121. PESAVENTO, Fábio. "Novas perspectivas sobre o comércio de anil no Rio de Janeiro colonial: 1749-1820". In: *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada - Vol.1 | Nº 1 - Jan. - Jul. - 2006*
122. PESSÔA, José (organização) *Lucio Costa: documentos de trabalho*. Rio de Janeiro: Iphan, 2ª edição, 2004.
123. PEDROSA, Mário. In *Jornal do Brasil*, 9 de janeiro de 1958
124. PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. "Políticas públicas urbanas na Prefeitura do Rio de Janeiro". In: *Portal do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos*, nº 2008/101, novembro de 2008;
125. PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. *A defesa militar do porto e da Cidade do Rio de Janeiro em quatro séculos*. Rio de Janeiro, Imprensa do Exército, 1967.
126. PORTO, Eduardo Marques. "Tijuca, Aldeia de Guaragussu- Mirim". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXXIII, parte II, 1911.
127. *Rio de Janeiro – Uma Cidade no Tempo*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Patrimônio Cultural (DGPC). Rio de Janeiro, 1992;

128. _____. *Do Cosmógrafo ao Satélite – Mapas da Cidade do Rio de Janeiro*. Secretaria Municipal de Urbanismo, Centro de Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro, 2000;
129. _____. “História Urbanística do Rio de Janeiro no Início do Século XIX”. In *Revista Municipal de Engenharia*, janeiro-dezembro de 1990;
130. _____. *Planos Urbanos – Rio de Janeiro – O Século XIX*. Rio de Janeiro: IPP, 2008;
131. _____, *RIO Patrimônio Cultural*, Revista do Patrimônio Cultural da Cidade do Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 1, Dezembro 2008
132. PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, SMU, CAU, *Guia da Arquitetura Colonial, Neoclássica, Romântica no Rio de Janeiro*, Editora Casa da Palavra, 2000.
133. _____ *Guia da Arquitetura Eclética no Rio de Janeiro*, Editora Casa da Palavra, 2000.
134. _____ *Guia da Arquitetura Art Déco no Rio de Janeiro*, Editora Casa da Palavra, 2000.
135. _____ *Guia da Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro*, Editora Casa da Palavra, 2000.
136. RAMINELLI, Ronald. Vistas e paisagens: imagens do Rio de Janeiro colonial. In: *Revista de História* (USP). São Paulo, v.147, p.33-52, 2002.
137. REDONDO, Andréa Albuquerque G. “Riscos no Rio”. In: *Jornal O Globo*, Editorial, 28 de novembro de 2008;
138. REIS, José de Oliveira. “História Urbanística do Rio de Janeiro – O Rio: Cidade dos Pântanos e Lagoas”. In *Revista Municipal de Engenharia*, Janeiro-março de ‘986;
139. _____. *A Guanabara e seus governadores*. Rio de Janeiro: RIOTUR, 1977.
140. _____. *O Rio de Janeiro e seus prefeitos. Evolução urbanística da cidade*. Rio de Janeiro: RIOTUR, 1977.
141. RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007;
142. RIOARTE. *Corredor Cultural: como recuperar, reformar ou construir seu imóvel*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro / IplanRIO, 1985.

143. ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. "INEPAC: Um perfil dos 25 anos de Preservação do Patrimônio Cultural no Estado do Rio de Janeiro". In: *Arquitetura Revista*, v.8. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ, 1990.
144. RUDGE, Raul Telles. *As Sesmarias de Jacarepaguá*. São Paulo: Kosmos, 1973.
145. RUGENDAS, Johann Mortiz. *Viagem Pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Circulo do Livro.
146. SANT'ANNA, Sabrina Marques Parracho. *Construindo a Memória do Futuro: Uma Análise da Fundação do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. *Mimeo*. 2008.
147. SANTOS, J.R.M. 2001. *Plano de Manejo do Jardim Botânico*. Digitado, 27 p.
148. SANTOS, Paulo. *Quatro Séculos de Arquitetura no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, IAB, 1981;
149. _____. *Formação de Cidades no Brasil Colonial*, Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2001
150. SANTUCCI, Jane. *Os pavilhões do Passeio Público - Theatro Casino e Casino Beira-Mar*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
151. SCHLEE, Mônica Bahia e ALBERNAZ, Maria Paula, *Proteção das Encostas pela Legislação Municipal: uma avaliação da situação atual na cidade do Rio de Janeiro*, artigo apresentado no XIII Encontro da ANPUR – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, maio de 2009
152. SEGAWA, Hugo. *Ao Amor do Público: Jardins no Brasil*. São Paulo. FAPESP, 1996.
153. SILVA, Luiz Carlos & RAMOS, Antonio José Lopes de. "Pão de Açúcar, Rio de Janeiro: cartão postal geológico do Brasil". In: Schobbenhaus,C.; Campos,D.A.; Queiroz,E.T.; Winge,M.; Berbert-Born,M.L.C. (Orgs.) 2002. *Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil*. DNPM/CPRM - Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP) - Brasília 2002; 554pp; ilustr.
154. SILVA, J. Romão. *Denominações Indígenas na Toponímia Carioca*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1966.
155. SILVA, Luiz Eduardo Pinheiro da. *Casas de habitação no Rio de Janeiro: estudo de edificações nos bairros da Saúde e Gamboa, construídas entre 1875 e 1925*. Tese de Mestrado, FAU, 1998.

156. SILVA TELLES, Augusto Carlos da. "O Rio de Janeiro e sua Paisagem", In *Rio de Janeiro 1862 – 1927 Álbum Fotográfico da Formação da Cidade*, Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 1998.
157. SISSON, Rachel. *O Rio de Janeiro de D, João VI como etapa na formação da cidade contemporânea*. Rio de Janeiro, inédito, 2001.
158. SOARES, Maria Luíza Gomes. *Floresta Carioca: A interface urbano-tropical do Parque Nacional da Tijuca*. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ . *Mimeo*. 2006
159. SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés. *Bens Culturais e Proteção Jurídica*. Porto Alegre. Unidade Editorial, 1997.
160. SPHAN. *Proteção e Revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Publicação nº 31
161. SPIX, J.B.e MARTIUS, Karl Frederich Von. *Viagem pelo Brasil: 1817 / 1820*. São Paulo: Melhoramentos / INL, 1976.
162. TERRA, Carlos G., *O Jardim no Século XIX, Glaziou Revisitado*, Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2000.
163. THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: Mudanças de atitude em relação às plantas e animais (1500-1800)*. São Paulo. Companhia das Letras, 1989.
164. TOSTES, André. *Sistema de Legislação Ambiental*. Petrópolis, RJ: Vozes / CECIP, 1994.
165. WEINBERG, Bárbara; SILVA, Janie Garcia da. "O Passeio Público". In: *Revista da Cultura UFES-Vitória*, número 22. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1982
166. VASCONCELLOS, Silvio de. *Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos*. 5ª edição revisada. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais: 1979.
167. VIEIRA, Ana Cristina P, ALVES, Denise, *et alli*. *Meio Ambiente e Espaços Sagrados*. Curitiba: Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, vol, 1997.
168. VIEIRA, Ana Cristina P. *Inventário do Acervo Cultural do Parque Nacional da Tijuca*. Trabalho Técnico realizado em 1998 / 99. Rio de Janeiro.
169. _____. *Lazer e Cultura na Floresta da Tijuca*. Makron Books: São Paulo, 2000
170. VIOLLET-LE-DUC, Eugène E. *Restauração*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
171. ZAMBELLI, André; CABRAL, Carla; LODI, Cristina & AIZEN, Mário. "Da destruição à preservação: construção da paisagem da cidade do Rio de Janeiro".

In: *Revista do Patrimônio Cultural Carioca*, nº 01. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2008;
